

I ENCONTRO VIRTUAL DE GRUPOS DE PESQUISA E LABORATÓRIOS DE HISTÓRIA AMBIENTAL DO BRASIL

Caderno de resumos



10 e 11 de dezembro de 2020

I ENCONTRO VIRTUAL DE GRUPOS DE PESQUISA E LABORATÓRIOS DE HISTÓRIA AMBIENTAL DO BRASIL

Caderno de resumos

Encontro virtual organizado pelo

Laboratório História e Natureza (LabHeN)

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

10 e 11 de dezembro de 2020

Apoio

The Environmental Humanities Laboratory | KTH Royal Institute of Technology, Sweden

Occupy Climate Change!



I Encontro Virtual de Grupos de Pesquisa e
Laboratórios de História Ambiental do Brasil
10 e 11 de Dezembro de 2020



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Encontro Virtual de Grupo de Pesquisa e Laboratórios de História Ambiental do Brasil (1.: 2020.: Rio de Janeiro).

Caderno de Resumos [do] I Encontro virtual de grupo de pesquisa e laboratórios de história do Brasil/ Comissão organizadora: Bruno Azambuja Araújo, Gabriel Paes da Silva Sales, Hana Mariana da Cruz Ribeiro Costa, Natasha Augusto Barbosa, Paula Fortini Moreira – Rio de Janeiro, 10 a 11 de dezembro de 2020/ Laboratório de História e Natureza: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

140p.

1. História Ambiental do Brasil. 2. Pesquisa Histórica e Natureza. I. Título.

CDD: 577.09

Agradecimentos

A realização deste evento é resultado de um esforço coletivo, e seu sucesso foi possível graças ao apoio, colaboração e confiança de todas e todos que participaram de diferentes maneiras para que o **I Encontro Virtual de Grupos de Pesquisa e Laboratórios de História Ambiental do Brasil** pudesse acontecer.

É necessário reconhecermos, primeiramente, aos integrantes do Laboratório História e Natureza, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LabHeN/UFRJ), e aos seus coordenadores, a professora Dra. Lise Sedrez e ao professor Dr. José Augusto Pádua, que acreditaram no projeto quando este ainda era apenas uma ideia discutida em nossas reuniões.

Agradecemos aos colegas dos grupos de pesquisa e laboratórios que, mesmo em meio às atribulações de um ano difícil e tantos outros compromissos, aceitaram participar de um encontro tão especial para a rede de pesquisadores brasileiros de História Ambiental, e para a identificação dos grupos existentes em um país tão grande, diversificado e potente em suas narrativas ambientais.

Queremos dedicar toda a nossa gratidão aos participantes que estiveram presentes nos dois dias do **I Encontro Virtual de Grupos de Pesquisa e Laboratórios de História Ambiental do Brasil**, somando forças para a existência deste evento.

Comissão organizadora

Bruno Azambuja Araujo | Gabriel Paes da Silva Sales | Hana Mariana da Cruz Ribeiro Costa
Natasha Augusto Barbosa | Paula Fortini Moreira

Apresentação

O **I Encontro Virtual de Grupos de Pesquisa e Laboratórios de História Ambiental do Brasil**, além de produto da conjuntura que nos colocou o modelo virtual como única possibilidade viável, é desdobramento de uma conjunção de ideias que nascem antes mesmo do período de restrições em razão da pandemia de Sars-Covid-19.

A concepção do encontro surgiu nos encontros presenciais do LabHeN/UFRJ quando o grupo já vislumbrava no horizonte o desejo de realizar um evento de História Ambiental no Rio de Janeiro. A intenção manifestada nesse primeiro momento, foi impossibilitada devido à realidade sanitária imposta em março de 2020.

O LabHeN continuou a se reunir de forma remota, uma grande conquista dentro daquele contexto. Porém, um assunto recorrente em nossas reuniões era a inquietação em relação aos demais colegas de outras instituições e laboratórios pelo Brasil: como estavam se organizando? De que forma estavam conseguindo se reinventar em meio a um período tão crítico? Como poderíamos utilizar essa ferramenta virtual a qual estávamos nos familiarizando para aumentar esse diálogo e diminuir as distâncias que o isolamento forçado parecia querer aumentar? Foi o momento de partilhar e concretizar nossas ideias e perspectivas da qual esse encontro é fruto.

O **I Encontro Virtual de Grupos de Pesquisa e Laboratórios de História Ambiental do Brasil**, realizado entre os dias 10 e 11 de dezembro de 2020, propôs se colocar em um contexto amplo, e conectar grupos de pesquisa e laboratórios dedicados ao campo da História Ambiental. E assim, dialogar e conhecer as produções destes polos, aprofundando debates e reflexões que envolvem as interações socioambientais. Reunimos 17 grupos de pesquisa e laboratório espalhados por todas as regiões do Brasil com propostas e experiências diversas, proporcionando um momento de trocas de conhecimento e, sobretudo, de fortalecimento de uma rede dedicada as investigações das interações entre História, sociedade e natureza.

O momento delicado e de muitas angústias, vivenciado globalmente, trouxe grandes desafios, mas também possibilitou o encontro e a participação de todos os grupos que constam neste caderno, independente da distância geográfica. Este caderno de resumos é o produto do que esta rica experiência proporcionou.

Podemos atestar a diversidade de temas que demonstram as possibilidades e o desenvolvimento do campo da história ambiental no Brasil. Esperamos que os próximos encontros tenham mais grupos de pesquisas e laboratórios, e desejamos uma boa leitura para todas e todos.

Comissão organizadora

Bruno Azambuja Araujo | Gabriel Paes da Silva Sales | Hana Mariana da Cruz Ribeiro Costa
Natasha Augusto Barbosa | Paula Fortini Moreira

Prefácio

Laboratórios de pesquisa são pedras fundamentais da cultura acadêmica do Instituto de História da UFRJ desde sua fundação, em 2010 – na verdade, mesmo antes disto, quando este ainda era o Departamento de História. Espontaneamente, por vezes entusiasticamente, estudantes interessados nos temas e métodos de pesquisa de cada professor ou professora se agrupavam para aprender o artesanato da investigação histórica e escrever suas monografias. Quando José Augusto Pádua ingressou na UFRJ, em 2002, laboratórios de pesquisa foram também sua pedra fundamental para estabelecer conexões e diálogos com o corpo estudantil. Oito anos depois, em 2011, quando Lise Sedrez foi acolhida pela mesma instituição, ela já conhecia o laboratório de História Ambiental da UFRJ como uma realidade, uma prática com ótimos frutos, ainda que ainda não regulamentado.

As atividades de ensino e pesquisa em torno da História Ambiental que deram origem ao que inicialmente foi chamado de Laboratório de História e Ecologia, e hoje é o nosso LabHeN – Laboratório História e Natureza - cobrem, portanto, quase duas décadas. Foram duas décadas que viram o crescimento da História Ambiental não só na UFRJ, mas em várias universidades do Brasil - para não falar dos meios de comunicação e de inúmeros espaços sociais fora da academia onde essa perspectiva vem sendo debatida. Não é difícil entender o porquê. Além de ajudar a compreender uma das questões vitais e inescapáveis do nosso tempo – repensar e reinventar as relações entre a humanidade e os ambientes planetários –, a história ambiental encontra, no Brasil, uma quantidade impressionante de documentos e objetos de pesquisa, com derivações e implicações cruciais para o historiador. A natureza e a territorialidade marcaram profundamente a história deste país com nome de árvore e que detém a principal responsabilidade política pelo destino de vários tesouros ecológicos planetários (a começar pela Floresta Amazônica).

A trajetória do laboratório, assim, foi marcante, mas não sempre linear, como um rio que traça meandros, recebe afluentes, que alimenta vida em suas margens e contribui para bacias maiores. As narrativas nacionais prometiam mais quando não limitavam, e os estudos de história ambiental das Américas, com a chegada de Lise Sedrez, deram um novo impulso às atividades do Laboratório. Em 2014 ele foi oficialmente regulamentado com o nome de Laboratório História e Natureza. O novo nome procurou ampliar o alcance temático das nossas pesquisas e da nossa identidade, evitando também a confusão da História Ambiental com a ciência específica da Ecologia. A interlocução com a Ecologia, a Geografia, e a Antropologia, no âmbito das humanidades ambientais, ficou cada vez mais evidente, na cooperação interdisciplinar que a temática ambiental exige.

Outra mudança importante foi aproximar, no diálogo concreto do laboratório, estudantes de graduação, mestrado e doutorado, além de pesquisadores e docentes de outras instituições, inclusive com registro junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

Finalmente, em 2018 criamos uma ação de extensão, com o título “História Ambiental para Todos”, voltada para alunos do ensino médio, comunidades vulneráveis da cidade do Rio de Janeiro, e público em geral. A ideia, portanto, foi criar um espaço integrado de ensino, pesquisa e extensão em torno da História Ambiental – parte da missão da universidade pública como prevista na Constituição de 1988.

A experiência específica do LabHeN se aproxima, na última década, de trabalhos análogos que estão acontecendo em várias outras universidades. Nossos alunos encontram colegas de outros laboratórios em associações profissionais nacionais e internacionais, nas redes sociais, em múltiplos espaços. Diante da riqueza da nossa experiência na UFRJ, ficamos felizes em constatar que o crescimento das pesquisas em História Ambiental no Brasil está sendo marcado pela criação de mais laboratórios – alguns deles, coordenados por egressos do nosso LabHeN. Por esse motivo, apoiamos com entusiasmo a iniciativa dos alunos que no ano passado, em 2020, no contexto difícil da pandemia, resolveram fazer um levantamento dos vários laboratórios existentes e facilitar a intensificação do diálogo direto entre eles através do **I Encontro Virtual de Grupos de Pesquisa e Laboratórios de História Ambiental**

Nosso entusiasmo foi ainda maior pela autonomia apresentada pelos alunos, pelo protagonismo em todo o processo, e pela colaboração e apoio entre eles mesmos. Nem todos os membros do LabHeN são ou foram alunos da UFRJ. Isto teve pouca importância. O que eles queriam era trabalhar juntos, construir pontes, conversar com outros laboratórios.

O resultado desta experiência, deste aprendizado, desta caminhada está aqui, neste livro. Nossa participação, de Lise e José, foi modesta. Nosso orgulho, no entanto, é imenso. Os jovens membros do LabHeN mostram aqui, com seus colegas de outros laboratórios em todo o Brasil, uma admirável maturidade intelectual, o que nos traz excelentes expectativas para as novas gerações de historiadores ambientais.

Como gosta de dizer José Augusto, tudo flui.

Lise Sedrez | José Augusto Pádua

Sumário

Água, saúde e ambiente na história de projetos de desenvolvimento	2
A “nuvem de aedes” e o mosquito cosmotropical na grande aceleração: a permanência de <i>Aedes aegypti</i> como vetor de arboviroses urbanas na América Latina	3
Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da Universidade Federal da Fronteira Sul	4
Problematizando a erosão do solo no Oeste de Santa Catarina no século XX	5
Protagonismo feminino na Agroecologia na metade Norte do Rio Grande do Sul	8
Transformações e preservação ambiental no Oeste de Santa Catarina, nas décadas de 1980 e 1990	9
A materialização do tempo em uma paisagem transformada: abordagens a partir da suinocultura no Oeste de Santa Catarina (1920-1970)	10
“Integrar para não entregar”: O Projeto RADAMBRASIL e a Fronteira Sul (1964-1985)	11
A Floresta Nacional de Chapecó: histórico de criação de uma unidade de conservação em Chapecó (1960-1988)	12
“Esse cara tá podre!? Deve ser a poluição do rio!”: críticas ecológicas no cinema independente no Oeste Catarinense (1999-2020)	13
Soja: da Revolução Verde ao antropoceno no Oeste de Santa Catarina	15
Plano geral de caracterização fundiária do município de Xanxerê: Perspectivas e possibilidades interpretativas econômicas e socioambientais na década de 1970	16
Abelhas e História no Brasil: a introdução da <i>Apis mellifera</i> no Estado imperial brasileiro	18
O que mudou nos hábitos alimentares e na prática de exercícios físicos durante a pandemia do covid-19	20
Análise histórica das mudanças e permanências na produção de rapadura no Alto Oeste Potiguar	21
Plantas para fins alimentícios e medicinais	22
O vegetarianismo no Rio Grande do Norte: uma análise interdisciplinar entre tecnologia de alimentos e a história ambiental	23
Experiência de ensino, pesquisa e extensão do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Ambiental e Educação (GEPHAE/UNESC)	24

História Ambiental e História da Educação: A pedagogia Antropocêntrica no Ensino de Ciências (1960-1970)	25
Grupo de Pesquisa História e Natureza (GRHIN)	26
GPHAVI Grupo de Pesquisa de História Ambiental do Vale do Itajaí, FURB	
Universidade Regional de Blumenau (Santa Catarina): período 2004-2020	27
História, Meio Ambiente e Questões Étnicas: O debate em História Ambiental na Paraíba	29
Um patrimônio ambiental entre espigões?: Verticalização urbana e conflitos socioambientais na orla do Açude Velho (Campina Grande/PB, 1990-2010)	30
Naturezas – Culturas da Mata Atlântica: legados históricos e interações socioecológicas na paisagem	31
Revisão sistemática dos serviços ecossistêmicos do solo na região tropical	34
Vulnerabilidade socioambiental e de saúde na bacia hidrográfica dos rios Guapi-Macacu – RJ	35
Análise e distribuição espacial dos serviços ecossistêmicos do município do Rio de Janeiro	37
Decifrando as interações socioecológicas da banana com a Floresta Atlântica na Serra da Estrela: indicadores para a Gestão Multifuncional da Paisagem	38
As roças dos Orixás: pensar com as plantas o Candomblé	40
Quadros de percepção (ou janelas de mapeamento) dos ecossistemas emergentes no município do Rio de Janeiro, RJ	41
A história contada a partir das árvores: um ensaio sobre o reflorestamento da Floresta da Tijuca (RJ, Brasil), realizado na segunda metade do século XIX	43
Retratos de um paleoterritório: histórias escondidas na paisagem florestal de Grumari, RJ	44
Geografia nuclear e interpretação da paisagem energética das usinas nucleares de Angra dos Reis, Rio de Janeiro	46
Sobre carvoeiros e jaqueiras: transformação da paisagem e novos ecossistemas no maciço da Tijuca	47
Quando a floresta fala e nós escutamos: a interconexão Ecologia – Espiritualidade e a manifestação religiosa do neoxamanismo no Rio de Janeiro	50
Unidade Socioecológica da Paisagem: Uma Proposta Metodológica de Estudo Integrado da Paisagem	51
Paisagem sagrada do refúgio de vida silvestre da serra da estrela: dimensão simbólica, valores e usos rituais da floresta	52

Fronteira e Biodiversidade: estudos interdisciplinares no Laboratório de História Ambiental dos Cerrados	55
Uma História sujeita às águas e aos pirarucus mortos? Especulações não-humanistas por meio de imagens fotográficas e em movimento	56
A fronteira agrícola nos cerrados: o papel institucional da EMBRAPA para as pesquisas agrônômicas sobre a baixa fertilidade do solo	58
(1975-1995)	58
André Rebouças e as raízes históricas do Parque Nacional do Araguaia	59
Ciência, História e Meio Ambiente: os microrganismos e o desenvolvimento agrônomo no Cerrado Brasileiro	60
Viagens científicas e o conhecimento da fauna e flora do Mato Grosso de Goiás	61
Laboratório de História Ambiental e Estudos de Comunidade (LHA)	62
Corpo sob controle: gênero nos discursos regulatórios nas dietas para homens e mulheres	63
Antropoceno e ativismo na Grande Aceleração: os movimentos juvenis globais de identificação com o ambientalismo	64
O ódio a Greta Thunberg e ao ambientalismo nas redes online: notas para um estudo de gênero e história ambiental cultural no Brasil	65
Carne na Grande Aceleração: a criação de gado nas revistas rurais brasileiras (1985-2015)	66
A Polícia Militar do Paraná frente a desastres socioambientais: estratégias e limites para o desenvolvimento comunitário ambiental	67
A soja no Cone sul: uma história ambiental global	68
Histórias ambientais globais das plantations na Grande Aceleração	69
A era das dietas: corpo, gênero e história ambiental	71
A era das proteínas: o corpo na emergência das dietas desde Atkins às ‘dietas da carne’	72
Ativismo ambiental jovem e a identificação com o ambientalismo na internet: a perspectiva regional do Paraná entre 2000 e 2018	73
Covid-19 no Paraná: mapeamento de discursos e estratégias municipais de encontro com uma pandemia (2019)	74
Em busca de uma nutrição ambientalmente orientada: dilemas e alternativas alimentares à Grande Aceleração no sul do Brasil	75
Novas temporalidades na história ambiental: um mapeamento provisório	76
A emergência das pirâmides alimentares: representações em disputa na cultura ocidental (1970-1999)	77

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE - LABHIMA: núcleo de ensino, pesquisa e extensão	78
O TICO-TICO E O MONJOLO: natureza, ciência e cultura material no médio vale do rio Mogi Guaçu (1883-1975)	80
O Brasil e o desenvolvimento sustentável: Estado e recursos naturais (1992 - 2012)	82
OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: a presença feminina na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (2005-2018)	83
POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE: o caso da cidade de Piraju – São Paulo (1992-2015)	84
Migrantes e serrarias no Sudoeste do Paraná: a devastação da Floresta Ombrófila Mista (1940-1970)	86
Espaços de cultivo agrícola em meio à cidade: uma história socioambiental da Alemanha (do séc. XIX aos dias atuais)	87
A História da Utilização dos Campos e a Tecnificação do Espaço Agrário no Planalto Catarinense entre os Séculos XIX e XXI	88
A Cruz e a Floresta: imigrantes ucranianos e a transformação da Natureza (1895-1965)	89
(Des) africanização do Brasil rural nas páginas da revista Globo Rural (1985-2015)	90
A cidade e o lixo: a construção de uma urbanidade participativa (Porto Alegre, Brasil, 1975-2010)	91
História ambiental da pecuária na Amazônia de Colômbia	93
A vitivinicultura no planalto de Santa Catarina sob a perspectiva da história ambiental global	94
O rural e o urbano: ruralidades, meio ambiente e expansão urbana em Florianópolis	95
A paisagem do fogo e do agronegócio: Como as políticas ambientais de Vargas nos preparam para o Brasil de Bolsonaro (Região Nordeste de Santa Catarina / Brasil - 1937-1945)	96
Mulheres indígenas catadoras e transformadoras de frutos amazônicos: reprodução social e territorialidade na Amazônia Colombiana	97
Viagens pelo pampa: um estudo sobre diferentes formas de percepção ambiental no século	98
Espaços de experiência de produção e consumo em sistemas agroecológicos: Uma análise sobre apropriação social da agricultura em circuitos curtos de comercialização	99
Geografia da Devastação: Siderurgia e Floresta na configuração da fronteira do Rio Doce na primeira metade do século XX	100
A inserção em ONGs de proteção animal e sua relação com o abolicionismo de animais não humanos de todas as espécies	101

Entre os movimentos identitários e o ambientalismo: da contradição entre as experiências modernas de tempo e de espaço	102
LEHA/UEM – Laboratório de Pesquisa em Educação e História Ambiental da UEM	103
O Ecofeminismo em debate: teorias, ação política e educação ambiental	104
Práticas da Educação Ambiental nas escolas de Maringá	105
Educação Ambiental na esfera da ONU: políticas educacionais em perspectiva internacional	106
Laboratório História e Natureza (LabHeN)	107
História de um País Invadido: Pantanaís entre Bororo, Brasileiros, Belgas e Platinos (1870-1912)	108
O “revitalizar” indígena na experiência da Escuela-Ayllu de Warisata: indigenismo, educação e meio ambiente nos altiplanos bolivianos entre os anos de 1931 e 1940	109
Águas urbanas: a história das relações socioecológicas da cidade do Rio de Janeiro e seus ecossistemas hídricos (1808-1960)	110
A agência compartilhada de plantas e humanos na elaboração do mosaico de paisagens do Rio de Janeiro oitocentista: uma proposta metodológica	112
O Brasil Colonial (1500-1549) sobre a ótica da História Ambiental através das narrativas dos livros didáticos e paradidáticos	113
O Conselho Florestal Federal sob a gestão de Luciano Pereira da Silva (1946-1951)	114
A questão climática e as estruturas hidráulicas nas matas de caatingas (1825-1884)	115
Trabalhando o sal: natureza e sociedade no processo de industrialização da salicultura na Região dos Lagos Fluminense (1940 – 1970)	116
Vegetarianismo no Brasil no início do século XX: o caso da Sociedade Vegetariana Brasileira	117
História voraz: consumo de carne e matadouros	118
Gênero, cidade e natureza: mulheres e natureza urbana em Brasília (1957-1980)	119
Do mar ao seringal: os cronômetros de precisão do Observatório Nacional, estudos de meteorologia e o Plano de Defesa da Borracha (1909-1916)	120
A gênese de um gigante: meio ambiente e petróleo no Brasil 1940-1950	121
História Ambiental Urbana: as relações sociedade e natureza na favela do Morro da Babilônia na cidade do Rio de Janeiro (1995-2015)	122
<i>Por uma comida sem veneno: a formação do movimento agroecológico no Rio de Janeiro</i>	123
Gafanhotos na América do Sul (1897-1952)	124
Laboratório/Núcleo de pesquisa Memória, Cultura e Natureza – UEPG	125

O conhecimento ecológico tradicional na produção da erva-mate: contribuições da história oral ambiental	126
A historicidade socioecológica na paisagem dos sistemas tradicionais de produção de erva-mate	128
A pecuária nos Campos Gerais: um estudo sobre crimes ambientais (1981 – 2017)	129
Os sentidos da memória e das relações de Gênero na organização do Museu do Imigrante Holandês (Arapoti, 2010-2018)	130
Entre religiosidade e meio ambiente: as práticas socioculturais de benzimento em Clevelândia/PR	131
Sentidos da alimentação de consumidores de agroecológicos em Ponta Grossa/PR	132
Processo de ocupação em torno da Represa do Alagados em Ponta Grossa (PR), de 1945 a 1955	134
NEHSA - Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente	135
O Ceará em linha reta: tempo e espaço na produção de um território moderno*	136
Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR)	137
Transformações nas paisagens da Floresta com Araucária: a fronteira entre Brasil e Argentina	138
Gestão de recursos hídricos e História Ambiental: o rio Jacuí, Rio Grande do Sul	139
As transformações socioambientais provocadas pela modernização da agricultura no norte do Rio Grande do Sul: 1960-1990	140

**I Encontro Virtual de Grupos de Pesquisa e
Laboratórios de História Ambiental do Brasil
10 e 11 de Dezembro de 2020**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Água, saúde e ambiente na história de projetos de desenvolvimento

Dominichi Miranda de Sá

Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

André Felipe Cândido da Silva

Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

Saúde, ambiente, desenvolvimento e recursos hídricos são temas candentes na atualidade. Estão presentes em conjunto no noticiário diário, agenda política, ação governamental, fóruns científicos, cláusulas de acordos internacionais, e no cotidiano de populações, rurais e urbanas, em todo o mundo. A história recente do Brasil tampouco pode ser compreendida sem a referência a essas temáticas, ainda que a historiografia não tenha se ocupado de modo integrado desses objetos. A equipe deste projeto de pesquisa pretende, exatamente, articulá-los de modo a analisar o seu papel nos projetos políticos e na produção científica brasileira das últimas décadas. A aliança entre Estado e ciência tem sido promovida como motor essencial da modernização do país, mas há tensões constantes entre esses setores em todo o período. Que relações se estabeleceram entre política, conhecimento científico, saúde e recursos naturais no âmbito de projetos desenvolvimentistas realizados no Brasil do século XX? Com vistas a responder a essa questão de pesquisa, o projeto possui quatro linhas de pesquisa: i) a análise dos médicos e cientistas, e de disciplinas emergentes, como protagonistas de grandes projetos desenvolvimentistas do Estado brasileiro, em contextos democráticos e ditatoriais, sobretudo aqueles relacionados à integração do território, ao manejo de recursos hídricos e à expansão de fronteiras agrícolas no Cerrado e na Amazônia; ii) o exame dos impactos ambientais e de saúde de projetos desenvolvimentistas; iii) análise das ações sanitárias como promotoras do desenvolvimento e mitigadoras de seus efeitos, e iv) a compreensão do nascimento de ideias, atores e redes internacionais de pesquisa de cunho conservacionista como contrapartidas a projetos desenvolvimentistas.

Palavras-chave: programas de desenvolvimento, águas, história da saúde, ciência, ambiente e ecologia.

A “nuvem de aedes” e o mosquito cosmotropical na grande aceleração: a permanência do *Aedes aegypti* como vetor de arboviroses urbanas na América Latina

Gabriel Lopes

Casa de Oswaldo Cruz – Fiocruz

A apresentação pretende abordar aspectos históricos, científicos e ecológicos do retorno, alastramento e permanência do mosquito *Aedes aegypti* como vetor de arboviroses urbanas na América Latina a partir da década de 1980. Nas duas últimas décadas do século XX, o *Ae. aegypti* consolidou sua abrangência cosmotropical e a dengue tornou-se a primeira arbovirose pandêmica, o que aproximou cada vez mais o tema da saúde global com aspectos ecossistêmicos em estudos recentes. Os condicionantes ambientais, políticos e econômicos que facilitaram a circulação do vírus da dengue, como o crescimento urbano desordenado, falta de saneamento básico, mudança do estilo de vida e tratamento apropriado do lixo (especialmente plásticos e pneus, considerados criadouros ideais para as larvas), foram acompanhados de uma complacência em relação ao controle do mosquito após a erradicação do *Ae. aegypti* em diversos países das Américas em meados do século XX. Este processo de instalação da dengue em caráter endêmico não está separado de processos globais que estão no centro de discussões históricas e ecossistêmicas relacionadas à saúde em um âmbito espacial e temporal alargado. As questões de saúde, políticas públicas e complicadores como o crescimento urbano desordenado na América Latina também são atravessadas por novas questões pertencentes aos processos específicos da *grande aceleração*, que se intensificou a partir da segunda metade do século XX. Os dois principais marcos na história da dengue na América Latina são o surto de dengue de Cuba em 1981, com ocorrência da dengue hemorrágica, e o surto de dengue de 1986 no Brasil, que pavimentou a ocorrência endêmica desta doença até o presente e, dada a prevalência e permanência do *Ae. aegypti*, forneceu suas bases endêmicas dada a contínua e crescente circulação de 4 sorotipos da dengue ao longo das últimas décadas. De forma geral, pretendemos abordar como aspectos ecossistêmicos, científicos e políticos concorreram para estabilizar a dengue na América Latina e destacar o efeito de importantes elementos relacionados à *grande aceleração*. Uma das maiores preocupações atuais é que a crise climática continue a ampliar a área de alastramento de vetores como o *Ae. aegypti*, facilitando a adaptação dos mesmos em novas regiões do planeta. Como caso histórico específico, apresentaremos aspectos da epidemia que marca o estabelecimento da dengue no Brasil (1986) para articular aspectos ecossistêmicos, científicos e políticos diante da perplexidade dos poderes públicos frente à arbovirose urbana que se tornou uma *endemia de estimação* no Brasil na década de 1980. A ideia de uma “nuvem de *Aedes*”, como foi noticiada em 1986, associada à epidemia de dengue no Rio de Janeiro, se alia à perspectiva uma nuvem arbovirótica, com a circulação de diferentes sorotipos da dengue e outras arboviroses longo de décadas até o presente. Essa imagem articula dimensões ecossistêmicas e importantes condicionantes que se tornaram prevalentes com a *grande aceleração*.

Palavras-chave: dengue, *Aedes aegypti*, grande aceleração, América Latina, história da saúde global.

Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da Universidade Federal da Fronteira Sul

Dr. Marlon Brandt

Professor do PPGH e PPGGEO/UFS.

E-mail: marlon.brandt@uffs.edu.br

Dra. Samira Peruchi Moretto

Professora do PPGH/UFS

E-mail:samira.moretto@uffs.edu.br

Criado a partir de um grupo de estudos envolvendo estudantes da graduação e da pós-graduação, o **Fronteiras: Laboratório de História Ambiental da Universidade Federal da Fronteira Sul**, atua desde 2016. Em 2018, o grupo de estudos foi institucionalizado no diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, coordenado pelos professores Dr. Marlon Brandt e Dra. Samira Peruchi Moretto. Cerca de 20 alunos e 6 docentes participam do laboratório, sendo professores e alunos dos cursos de graduação em Geografia e História e do Programa de Pós-Graduação em História e Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul. O laboratório tem como objetivo fomentar o desenvolvimento de pesquisas através do aporte teórico da História Ambiental. Assim como, se compromete a integrar pesquisadores num espaço interdisciplinar, institucional, propiciando debates e diálogos convergentes com as temáticas e estudos sobre o meio ambiente. Dentre as pesquisas desenvolvidas pelo grupo, se destacam os projetos: “O corredor da Soja no Cone Sul: uma história ambiental comparada”, coordenado pelo professor Dr. Claiton Marcio da Silva, com financiamento do CNPq; o projeto “Transformações e preservação ambiental no Oeste de Santa Catarina, nas décadas de 1980 e 1990”, coordenado pela professora Dra. Samira Peruchi Moretto, com auxílio financeiro do edital interno da UFS e com bolsa de IC/CNPq; e o projeto “Suinocultura e transformação da paisagem no Oeste de Santa Catarina (décadas de 1920 a 1970)”, coordenado pelo professor Marlon Brandt - com auxílio financeiro do edital interno da UFS e com bolsa de IC/CNPq. Site do Laboratório: <http://fronteiras.eco.br> – E-mail do laboratório: fronteiras.uffs@gmail.com

Problematizando a erosão do solo no Oeste de Santa Catarina no século XX

Adriana Elizabeta Seitenfus

Graduanda em História na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
bolsista PIBIC/UFFS

Dra. Samira Peruchi Moretto

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

A campanha de colonização que teve início no século XX no Oeste de Santa Catarina trouxe para a região migrantes vindos principalmente das colônias do Rio Grande do Sul, em sua maioria as etnias alemã e italiana. A região, vista pelos governantes como um vazio demográfico, já era habitada por caboclos e indígenas, entretanto estes não proporcionaram tantas mudanças significativas no meio ambiente do Oeste Catarinense. Uma das primeiras atividades econômicas desenvolvida pelos colonizadores foi a atividade madeireira, sendo a Floresta Ombrófila Mista (FOM) ou Floresta com Araucária uma das formações vegetais mais afetadas pelas atividades das serrarias implantadas na região. Outras atividades econômicas passaram a ser introduzidas no Oeste de Santa Catarina com o passar do tempo, já que a destruição desenfreada das florestas tornou a madeira por vez escassa. A “vocação agrícola” fora mais um conceito difundido na região, sendo então a agricultura foi amplamente adotada e incentivada. A Revolução Verde deixou sua marca no Brasil, a partir de 1948 alguns movimentos voltados à modernização das técnicas agrícolas, equipamentos, sementes melhoradas e inseticidas, foram adotados por empresas governamentais. Em 1956 foi criada a Associação de Créditos e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC), cuja. No ano de 1970, a ACARESC lançou a Campanha de Conservação Solo, tendo o município de Chapecó como sede e principal objetivo o combate a erosão do solo. A partir da Campanha de Conservação do Solo é possível observar os aspectos sociais, econômicos e naturais da região do Oeste de Santa Catarina durante o século XX. Para compreender melhor os aspectos da necessidade e o impacto da Campanha na região, será utilizada a premissa da disciplina de História Ambiental. Será utilizado também, metodologias que abordam a análise de periódicos, já que as fontes utilizadas são em sua maioria matérias do jornal Folha D'Oeste datadas de 1970. A Campanha de Conservação do Solo foi amplamente difundida por meio destas matérias de periódicos, dando alusão à necessidade de se repensar as técnicas de manejo, que eram utilizadas e propiciando a perda da fertilidade do solo. O futuro das famílias agrícolas também era abordado com preocupação, assim como a destruição proporcionada pelo ser humano à natureza. Na análise das fontes também é possível observar a preocupação com a baixa produtividade, por conta da erosão do solo, afetando as lavouras, impedindo que produzissem de forma significativa. As novas técnicas de manejo de solo também visavam aumento nas produções para projetar o Oeste como celeiro catarinense.

Palavras-chave: Oeste de Santa Catarina, Campanha de Conservação do Solo, História Ambiental, Erosão.

Surto de Peste Suína Africana na região Oeste de Santa Catarina (1978)

Clóvis Alceu Cassaro

Graduando em geografia na Universidade Federal da Fronteira Sul,
bolsista de IC

Dr. Marlon Brandt

Universidade Federal da Fronteira Sul

A suinocultura é uma atividade presente na região Oeste do Estado de Santa Catarina desde pelo menos o final do século XIX pela população cabocla, com intuitos de subsistência e pequeno comércio com comerciantes locais. Sua criação era extensiva, com os animais criados soltos, compartilhando a floresta em comum com criadores vizinhos. A colonização, a partir da década de 1920, com a chegada de imigrantes riograndenses descendentes de europeus (principalmente alemães e italianos), por meio de processos de reterritorialização e aquisição privada de terras até então devolutas, promove a partir de então o declínio dessa prática na região. A partir do processo colonizatório, a criação de porcos passou a figurar enquanto prática voltada para o acúmulo de capital, sobrepujando as técnicas e moldes em que era praticada pela população cabocla, concomitantemente à substituição das florestas por lavouras e pastagens para suplantiar a produção agropecuária. Após a década de 1950, a suinocultura começa a aumentar sua importância enquanto matriz econômica regional, ganhando especial relevância com a introdução das primeiras agroindústrias e cooperativas na região, que acabam por trazer à luz um grupo econômico com um discurso político alicerçado na importância desse setor para o progresso regional. Ao longo da década de 1970, embarcado no pensamento industrialista em voga no Brasil, a produção agroindustrial oestina permanece em crescimento sem grandes gargalos até o ano de 1978, quando é notificado, no estado do Rio de Janeiro, o aparecimento de um foco de Peste Suína Africana (PSA). Uma série de restrições logísticas foram estabelecidas para evitar que a PSA se alastrasse pelos demais estados brasileiros, visto o grande risco que esta apresenta à vida dos animais. Mesmo assim, logo nos meses subsequentes, passaram a surgir casos e focos em outros Estados, incluindo Santa Catarina. Embora estivesse presente em diversas regiões catarinense, a peste atingiu sobremaneira a faixa mediana do Oeste, especialmente as atuais regiões intermediárias de Chapecó, Joaçaba e São Lourenço do Oeste, não por coincidência as localidades onde a suinocultura desempenhava importante papel econômico. Além do consumo ter diminuído devido a especulações sobre a origem da doença estar relacionada à alimentação dos animais com lixo, o Estado catarinense também adotou medidas para conter o avanço da doença sobre os plantéis, atuando principalmente na restrição da comercialização de porcos e o abate de animais infectados e suspeitos. O abate de animais foi coordenado pela Secretaria de Agricultura e executado pelas forças armadas, havendo uma certa diferenciação entre animais de produtores autônomos e produtores vinculados à agroindústria, com apenas animais do primeiro grupo sendo sacrificados (de acordo com as fontes recolhidas até o momento). Essa diferenciação é multifatorial, principalmente pelos animais dos associados serem vacinados contra a Peste Suína Clássica, mas também pelo respaldo político que os dirigentes dessas empresas dispunham, sendo, possivelmente, fator de relevância que levou grande massa de produtores a se associarem

às cooperativas no início da década de 1980, além de ser fato marcante ainda presente no imaginário na suinocultura regional.

Palavras-chave: Suinocultura, Cooperativas, Secretaria de Agricultura de Santa Catarina, Agroindústrias e PSA.

Protagonismo feminino na Agroecologia na metade Norte do Rio Grande do Sul

Daiana Paula Varotto

Mestre em História - Universidade Federal da Fronteira Sul

A produção de alimentos é historicamente atribuída como responsabilidade das mulheres e, na agricultura, o que é produzido dentro da propriedade para consumo próprio, via de regra, não é contabilizado como produtivo ou parte da renda da família, todavia, a partir do momento que estes excedentes são comercializados, principalmente em feiras, e passam a gerar renda, é que percebe-se a importância do trabalho feminino como produtivo. O reconhecimento deste trabalho como produtivo ainda é um desafio e em um cenário em que a produção é voltada para grandes *commodities* para exportação ou produção de proteína, o uso intensivo de insumos químicos, como os adubos e agrotóxicos. Essa produção de alimentos que se diferencie deste modelo convencional, implantando pela Revolução Verde, vem sendo desenvolvida, desde a década de 1980, em diversas localidades no Sul do Brasil, nas pequenas propriedades, de mão de obra familiar, sem o uso de agrotóxicos e com uma série de outros atributos, bem como ações na comercialização, pesquisa e formação, conhecida como produção agroecológica, com intensiva e maciça presença das mulheres. O presente trabalho tem como objetivo apresentar parte dos resultados da pesquisa realizado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus de Chapecó/SC, na Linha de Pesquisa História do povoamento, da agricultora e do meio ambiente, que investiga o protagonismo feminino na Agroecologia nos territórios que correspondem aos núcleos Planalto e Alto Uruguai do Rio Grande do Sul da Rede Ecovida de Agroecologia. A análise de se deu a partir de produções acadêmicas, pesquisa em documentos escritos e produções audiovisuais nas entidades que atuam na promoção da Agroecologia e entrevistas com agricultoras, pesquisadoras, técnicas e extensionistas rurais por meio da metodologia da história oral. Como resultados verificamos o protagonismo feminino em todas as etapas que envolvem a Agroecologia, em especial pelas agricultoras, que além própria produção sem agrotóxicos como alternativa de agricultura, desdobra-se nas esferas de promoção da saúde, geração de renda e menor impacto ao meio ambiente.

Palavras-chave: Agroecologia, Mulheres, História Ambiental, Rio Grande do Sul.

Transformações e preservação ambiental no Oeste de Santa Catarina, nas décadas de 1980 e 1990

Gabrieli Elisa da Costa

Graduanda em História na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
bolsista PIBIC/UFFS

Dra. Samira Peruchi Moretto

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

O início do século XX, no estado de Santa Catarina, é marcado por intensa transformação em função da colonização e desmatamento. Com o desmatamento houve uma redução do volume madeirável, e outras atividades econômicas, como agropecuária e monoculturas de árvores exóticas se intensificaram. O objetivo deste trabalho será investigar o processo histórico da transformação ambiental no Oeste do Estado, nas décadas 1980 e 1990, dando enfoque para as medidas de conservação e preservação dos remanescentes florestais. Somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988 é que a Mata Atlântica passa a ser considerada patrimônio nacional, havendo, de certa maneira, maior controle nas ações sobre o meio ambiente. Para atingir os objetivos propostos utilizaremos como fontes: relatórios de governo, censos demográficos, os periódicos regionais e estaduais e a legislação federal. Visa-se, portanto, entender como a ocupação influenciou o processo de transformação da paisagem, podendo auxiliar nas futuras medidas para conservação dos ecossistemas envolvidos.

Palavras-chave: História Ambiental, transformação da paisagem, preservação e conservação florestal.

A materialização do tempo em uma paisagem transformada: abordagens a partir da suinocultura no Oeste de Santa Catarina (1920-1970)

Gerson Junior Naibo

Graduando em geografia na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
bolsista PIBIC/CNPq

Dr. Marlon Brandt

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

A paisagem é um elemento do espaço geográfico, composto pelo conjunto de estruturas materiais e imateriais que se constituem por meio das condições na qual ela é submetida ao longo do tempo. Sendo assim, a paisagem é também herança das culturas e costumes das sociedades humanas que a transformam. Nessa perspectiva, essa pesquisa se propõe a compreender a historicidade das práticas de criação de porcos no Oeste de Santa Catarina, a partir das análises e das relações com a paisagem e os resultados que se conformam a partir desse enredo paisagístico. A metodologia que sustenta essa pesquisa é baseada nos princípios da História Ambiental e da Geografia Histórica. Para esse caminho metodológico foram realizados dois movimentos: a) compressão da História e Geografia do contexto regional como possibilidade de relacionar os elementos constituintes da paisagem e abarcar como tais práticas foram significantes ou não, para a promoção de tais modificações, e b) pesquisas nos acervos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM) e no Museu Histórico de Pinhalzinho para o registro de imagens fotográficas que permitam entender as transformações da morfologia paisagística e as formas como as práticas de suinocultura eram realizadas em diferentes momentos históricos (1920-1970). As conclusões apresentadas nesse resumo são resultados de dois anos de pesquisas de Iniciação Científica com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no qual se concluiu que a suinocultura, desde o período em que prevaleciam as técnicas de criação de porcos à solta, está já desempenhando um papel de extrema importância para a subsistência das famílias caboclas que residiam na região e até mesmo para a própria economia local, com a comercialização e troca do excedente de produção. Outro elemento importante é que com o avanço das técnicas e a modernização dos modos de produção atrelada às questões agroindustriais, as mudanças paisagísticas foram intensificadas e transformaram significativamente as formações naturais, de maneira desordenada e desenfreada.

Palavras-chave: História Ambiental, Geografia Histórica, Transformação da Paisagem, Suinocultura, Oeste de Santa Catarina.

“Integrar para não entregar”: O Projeto RADAMBRASIL e a Fronteira Sul (1964-1985)

Leandro Gomes Moreira Cruz

Mestrando em História na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

A investigação proposta tem como objetivo central analisar os reflexos das políticas autoritárias do Estado brasileiro sobre a população humana e não-humana da Fronteira Sul durante os governos militares (1964-1985). A partir do conceito de estado de exceção, propomos investigar como o Estado brasileiro, usando-se da construção de um aparato técnico-jurídico, legitima o projeto desenvolvimentista e relega à exclusão as populações humanas, fauna e flora tradicionais no oeste catarinense, o sudoeste paranaense e o norte riograndense. Compreendendo esses construtos como parte integrante de um grande projeto biopolítico do Estado, entendemos os relatórios do projeto RADAMBrasil – projeto de mapeamento do território nacional – como uma fonte privilegiada para compreender o planejamento de gestão de território e população. Além dos referidos relatórios, contribuirão para essa pesquisa documentos oficiais dos órgãos governamentais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem como o acervo documental da Comissão Pastoral da Terra e de outras entidades vinculadas aos trabalhadores do campo. Para alcançarmos nossos objetivos, apontamos algumas das questões orientadoras para a leitura das fontes: como compreender as relações entre o Estado e a natureza não-humana? Como se apresentavam as relações entre humanos e não-humanos mediante o projeto estatal de modernização do campo e suas implicações? Quais as consequências da modernização imposta pelo Estado brasileiro com relação as associações entre grupos humanos e espécies não-humanas? E por fim, seria possível repensar a relação humanos/não-humanos a partir do modo de vida tradicional da região? Essas são questões que estão colocadas como meio de obter uma compreensão mais profunda das relações ecológicas e suas transformações na fronteira sul. No campo teórico-metodológico, nos fundamentamos na História Ambiental, buscando nos referenciais neomaterialistas uma análise que dê conta de enfrentar as questões propostas considerando as existências humanas e não-humanas no recorte temporal e espacial referido.

Palavras-chave: agricultura, meio ambiente, humanos, não-humanos, neomaterialismo.

A Floresta Nacional de Chapecó: histórico de criação de uma unidade de conservação em Chapecó (1960-1988)

Michely Cristina Ribeiro

Graduanda em História na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
bolsista PIBIC/CNPq

Dra. Samira Peruchi Moretto

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

No início do século XX, com o andamento do processo de colonização na região oeste do estado de Santa Catarina, as transformações na paisagem provocadas pela ação antrópica passaram a ocorrer em maior escala. Caracterizada pela presença da Floresta Ombrófila Mista (FOM) e Floresta Estacional Decidual (FED), a floresta foi desmatada em grande parte para possibilitar a implementação de áreas de cultivo e criação de animais. Além disso, neste período, a indústria madeireira era importante para a movimentação econômica do Estado. A intensidade da exploração madeireira levou a debates sobre o esgotamento das florestas. Uma das medidas instituídas a partir dessas discussões foi a criação de parques florestais destinados à realização do reflorestamento. Entre as unidades criadas pelo Instituto Nacional do Pinho (INP) está o Parque Florestal João Goulart, instituído em 1961. Com a extinção do INP na década de 1960 e a criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o Parque Florestal João Goulart, passou a ser denominado Floresta Nacional de Chapecó, por meio da portaria nº 560 de 25 de outubro de 1968. O objetivo da presente pesquisa consiste em analisar a criação da unidade, bem como sua atuação até o ano de 1988, que antecede o período de aplicação do primeiro plano de manejo da unidade. Para isso, partimos da abordagem proposta pela História Ambiental. Como fontes, são utilizados periódicos regionais, documentos oficiais da FLONA, mapas e iconografia. A criação da FLONA de Chapecó ocorre em um contexto em que os plantios de araucária nos outros parques não contemplaram as expectativas de seus planejadores. Portanto, espécies exóticas passaram a ser utilizadas em maior quantidade. Como resultado, o local em estudo apresenta uma paisagem composta por áreas de plantio de exóticas e de araucária, assim como áreas de mata nativa.

Palavras-chave: Floresta Nacional de Chapecó, Oeste catarinense, Reflorestamento.

“Esse cara tá podre!? Deve ser a poluição do rio!”: críticas ecológicas no cinema independente no Oeste Catarinense (1999-2020)

Morgana Elisha Jahnke

Mestranda da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

O presente trabalho abordará um recorte dentre os objetivos que desenvolveremos ao longo da pesquisa de pós-graduação. Dessa forma, discutiremos, de forma geral, as críticas ecológicas representadas nas narrativas fílmicas da Canibal Filmes, uma produtora de cinema independente, que surge sob a aurora da década de 1990, inicialmente com o nome Canibal Produções. Em 1991, Petter Baiestorf passa a editar seus *fanzines* e gravar seus curtas, médias e longas-metragens de baixo orçamento no município de Palmitos, que contém cerca de 16 mil habitantes, no Oeste Catarinense, formado por uma colonização recente, aproximadamente cem anos, decorrente do desmantelamento da cultura originária indígena e cabocla, a partir da instalação de grupos colonizadores de alemães protestantes. Apenas em 2000 é denominada Canibal Filmes. Encontra-se em plena atividade no tempo presente e ao longo de sua história, somam-se mais de cem filmes de horror, sexo e violência, pautados em críticas sociais, ecológicas, políticas e religiosas. Sendo assim, investigaremos como objetivo principal, num recorte temporal entre 1999 e 2020, as denúncias ambientais através do cinema de ficção da Canibal Filmes. Para tanto, utilizaremos o média-metragem *Zombio* (1999), de 45 minutos, produzido pela Canibal Mabuse, analisado como fonte histórica, porque visa refletir de que forma as críticas ecológicas ou denúncias ambientais inseridas no cinema agem como criadoras de consciências ecológicas, o que pode gerar outras formas do ser humano se relacionar com a natureza, não apenas uma perspectiva verticalizada, por isso o recorte estende-se até o tempo presente. Portanto, indagamos a Canibal Filmes enquanto cinema ambiental, entre suas divergências e contradições, ao que concerne elementos como tema, o cenário ou a denúncia. *Zombio* foi filmado em VHS, em 1998 numa ilha no rio Uruguai, conhecida como Ilha Redonda (próxima a vila da Ilha Redonda/Sede Oldenburg - Palmitos) em menos de uma semana, com um orçamento de R\$300,00 e teve repercussão nacional e internacional. O filme foi lançado, no ano seguinte, em Curitiba, no evento Supertrash 2. As filmagens diurnas foram realizadas na ilha, as noturnas na propriedade de Claudio Baiestorf na vila da Ilha Redonda. *Zombio* é o primeiro filme de zumbi nacional, o enredo apresenta um casal de turistas passeando às margens do rio Uruguai quando são atacados por zumbis, consequência de uma mutação em humanos contaminados pela poluição do rio. A pesquisa tem como pressuposto a interdisciplinaridade, portanto, dialoga com a História Ambiental, o cinema ambiental e as concepções teóricas e metodológicas da história-cinema. As interpretações a serem discutidas são resultados de uma análise pluridiversificada da linguagem cinematográfica através da fonte fílmica mencionada. A pesquisa abre brechas para uma série de análises distintas, tendo em vista que existem inúmeras fontes a serem exploradas e poucas bibliografias que abordam a Canibal Filmes. Sendo assim, o trabalho proporcionará outros olhares acerca da arte catarinense e suas narrativas historiográficas, propomos uma reflexão em torno das culturas, especificamente a contracultura que surge como um movimento artístico no oeste catarinense.

Palavras-chave: Canibal Filmes, Cinema Independente, Oeste Catarinense, Palmitos e Denúncias ambientais.

Soja: da Revolução Verde ao antropoceno no Oeste de Santa Catarina

Tailana Benelli

Graduanda em História na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Dr. Claiton Marcio da Silva

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

A soja se apresenta no Brasil como a grande propulsora da modernização da agricultura, sendo elevada por alguns autores, à rainha do agronegócio. Na região Oeste Catarinense não seria diferente, com a intensa colonização na primeira metade do século XX por colonos neoeuropeu, a soja foi introduzida na região com a intenção de modernizar o modelo considerado arcaico de agricultura e de desenvolver uma região que até então era vista como atrasada em relação ao desenvolvimento nacional. Foi no período após Segunda Guerra Mundial que ocorreu a então chamada Revolução Verde, na qual levou a uma intensa produção agrícola mundial e uma excessiva utilização de agrotóxicos, fertilizantes químicos e demais insumos. Com isso temos grandes produções da soja e cada vez mais a necessidade de expandir-se a área cultivada. Para que houvesse a introdução da soja na região, necessitou-se por parte das autoridades governamentais e do agronegócio, que realizassem um intenso incentivo à produção da soja, através de matérias de jornais da região, com a finalidade de convencer que esta seria a nova fonte de riqueza. Além disso, com a soja já implantada na região, houve também uma excessiva campanha para a utilização do óleo de soja, a fim de convencer que era melhor que a banha de porco. A presente pesquisa buscou analisar a *commodity* soja na região oeste de Santa Catarina e os motivos ocasionados por ela que aceleraram a mudança do meio ambiente pelos humanos – o Antropoceno – entre os anos de 1960 a 2010. A metodologia utilizada está na análise de dados estatísticos da soja, na análise de periódicos regionais, estaduais e nacionais e demais textos do campo da História Ambiental, a fim de compreender como ocorreu a inserção da soja, a Revolução Verde, o Antropoceno e as mudanças ambientais e socioambientais na região.

Palavras-chave: História Ambiental; *Commodities*; Revolução Verde; Soja; Transformações Ambientais.

Plano geral de caracterização fundiária do município de Xanxerê: Perspectivas e possibilidades interpretativas econômicas e socioambientais na década de 1970

Tiago João Benetti

Mestre em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

No ano de 1977, o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), emitiu o Plano geral de caracterização fundiária da faixa de fronteira do estado de Santa Catarina – Caracterização fundiária do município de Xanxerê incluso na faixa de 100 a 150 quilômetros, apresentando importantes referências sobre a situação agrária da região na década de 1970. O referido relatório buscou identificar quais eram as principais carências organizacionais e as preocupações das autoridades com o futuro expansionismo agrário e econômico do município. Neste documento são apresentados relatórios, ofícios, documentos oficiais e entrevistas referentes à situação de Xanxerê, além de algumas características relacionadas à formação histórica, os já antigos problemas sociais e os novos impulsos econômicos regionais. Outros fatores abordados são referentes à questão de posse das terras, os conflitos acerca da documentação formal inexistente por parte dos posseiros, a produtividade do período e as culturas agrícolas existentes na cidade. Tais informações, apresentam as motivações a respeito da escolha de determinadas ações relacionadas as situações documentais na localidade, tangendo em direção ao pensamento expansionista que era efetuado em outras localidades do Oeste de Santa Catarina. O referido plano apresenta importantes dados a respeito da situação que, segundo o relatório, não possibilitava maior desenvolvimento agrícola e social neste Município. Neste sentido, os entraves relacionados à posse da terra e a mentalidade das pessoas que ali moravam, bloqueava qualquer possibilidade de expansão, ao contrário do que estava ocorrendo nos municípios vizinhos. Outro fator importante, está relacionado à constituição social, econômica e agrícola de Xanxerê, além de inventário acerca da formação natural e dos solos, do clima, indicações de plantio e informações técnicas acerca das espécies de matas nativas constantes. Por fim, apresenta referências sobre a produção agrícola e pecuária local, além da estrutura governamental e assistencial fornecida ao município, assim como dados do IRASC, EPAGRI e IBGE. O uso da terra e suas propriedades naturais, presentes no estudo apresentado pelo INCRA demonstram a preocupação de efetuar o devido levantamento sobre o que poderia ser produtivo ou não na localidade, possibilitando ao colono, um aspecto geral sobre as condições do solo e suas propriedades fertilizantes, além de trazer dados de pesquisas quanto à erosão do solo e possibilidade de mecanização da lavoura. Através de tais ações, surgem novas vilas, novos empreendimentos comerciais e uma nova visão sobre o uso do solo, alterando a identidade e identificação dos moradores, agora presentes em maior número, com a terra. A interpretação deste documento possibilita a obtenção de importantes dados sobre a região de estudo, e são estas pertinentes informações que pretendo apresentar através da análise e interpretação deste inventário, apontando relevantes indicativos sobre a organização socioambiental de Xanxerê na década de 1970, com intuito de viabilizar interpretações sobre a formação econômica local através das relações agrícolas, ambientais e econômicas.

Palavras-chave: Caracterização, Fundiária, INCRA, Xanxerê, Socioambiental.

Grupo de Análises Interdisciplinares Ambientais – GAIA

Gabriel Pereira de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

O Grupo de Análises Interdisciplinares Ambientais (GAIA) surgiu em 2017 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, no campus Pau dos Ferros. O grupo é formado por cerca de 10 estudantes dos Cursos Técnicos do campus de Informática, Apicultura e Alimentos, todos esses cursos no formato Integrado ao Ensino Médio. O grupo conta também com a participação de professores do campus das áreas de História, Biologia, Sociologia e Geografia, sendo coordenado pelo professor Gabriel Pereira de Oliveira. A proposta do GAIA é pensar, desde uma perspectiva interdisciplinar, a questão ambiental na Educação Básica e de modo articulado aos cursos técnicos do campus, analisando as relações entre grupos humanos e o restante da natureza ao longo do tempo e em diferentes lugares. Há várias pesquisas dos integrantes do grupo, especialmente com base na relação entre a questão ambiental na caatinga e a formação técnica nos cursos do campus.

Abelhas e História no Brasil: a introdução da *Apis mellifera* no Estado imperial brasileiro

Camila Alves de Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

Fernanda Raquel Fernandes Campos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

Vitória Sofia de Freitas Felipe

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

Gabriel Pereira de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

Luciene Xavier de Mesquita Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

Leonardo Emmanuel Fernandes de Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

As abelhas são insetos de grande importância à vida no planeta, beneficiando inúmeras espécies vegetais e animais, como a própria espécie humana. Apesar disso, as abelhas dificilmente aparecem em trabalhos do campo da História, despontando apenas, quando muito, como mero pano de fundo às ações humanas. Ao mesmo tempo, estudos do campo da biologia e, sobretudo, da Apicultura até procuram abordar a história das abelhas, mas sem haver, muitas vezes, um diálogo com as metodologias historiográficas. O presente projeto de pesquisa busca aprofundar essa formação mais holística no IFRN em torno do trabalho com as abelhas. Mais especificamente, o intuito desta pesquisa é analisar um fenômeno marcante à experiência das abelhas no Brasil, embora ainda muito pouco estudado, que é a introdução da espécie *Apis mellifera* no Brasil durante o século XIX. As principais fontes para essa pesquisa são estudos e periódicos científicos da época, relatórios de presidente de província e relatos de viajantes. A espécie europeia *Apis mellifera* se difundiu no Brasil em conjunto com o ideário de apicultura moderna. Importante ressaltar também que isso resultou em grandes impactos para as espécies nativas de abelhas do Brasil, em especial as chamadas melíponas, as abelhas sem ferrão. Essa pesquisa tem-se mostrado importante não só aos estudos das três referidas áreas científicas, mas também para a formação integral do grupo integrante do projeto e da comunidade acadêmica em geral, especialmente no curso técnico de Apicultura do *campus* Pau dos Ferros. Ao mesmo tempo, essa discussão é crucial diante do momento

atual de crise ambiental, em que a compreensão interdisciplinar é preceito essencial para aprofundarmos nossos debates e mobilizações.

Palavras-chave: Abelhas, Apicultura, História Ambiental.

O que mudou nos hábitos alimentares e na prática de exercícios físicos durante a pandemia do covid-19

Geovanna de Castro Feitosa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

E-mail: castro.feitosa@academico.ifrn.edu.br

Isadora Costa Lima

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

E-mail: costa.isadora@academico.ifrn.edu.br

Natieli Piovesan

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

A pandemia causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), no ano de 2019 e 2020, proporcionou uma alteração instantânea no modo de vida de toda a população, inclusive nos hábitos alimentares. O objetivo deste trabalho é analisar quais impactos alimentares foram gerados nas pessoas, sejam eles positivos ou negativos, a partir do decreto de isolamento social, envolvendo as mudanças nos hábitos alimentares gerais, tendo em vista a grande influência dos alimentos para um bom funcionamento do sistema imunológico, no consumo de bebidas alcoólicas e também no tocante à prática de exercícios físicos, além de tentar vislumbrar como as doenças crônicas podem comprometer ainda mais a saúde das pessoas com o desequilíbrio dos fatores indicados. A coleta de dados se deu através de um formulário online divulgado por meio das redes sociais, a fim de atingir um público superior a 1000 (mil) pessoas no território nacional. Os resultados revelam que houve mudanças significativas no modo de vida das pessoas, considerando que se passou a ter uma maior preocupação e atenção com a saúde, já que a Covid-19 pode ser potencialmente agravada caso o sistema imunológico do corpo humano não esteja devidamente resistente às enfermidades.

Palavras-chave: Alimentação, coronavírus, sintomas, pandemia, agravamento.

Análise histórica das mudanças e permanências na produção de rapadura no Alto Oeste Potiguar

Joyce Louise Aquino Lima

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

Letícia Lopes Barreto

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

Lívia Brenda da Silva Barbosa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

A rapadura é um produto derivado do melado que tem como matéria-prima a cana-de-açúcar. Esse alimento tem grande importância social no estudo do período colonial, apresentando-se como um subproduto açucareiro, cerne da economia da América Portuguesa no século XVII. Importante ressaltar também que a rapadura mantém muitas tradições quanto à forma de sua produção até os dias de hoje. A referente pesquisa tem por objetivo analisar e comparar historicamente as mudanças e as permanências na produção de rapadura da região do Alto Oeste Potiguar. Além disso, a caracterização dos aspectos produtivos e a descrição das relações sociais estabelecidas nessa cultura de produção desenvolvem um papel de destaque nos rumos deste trabalho, uma vez que compõem os elementos de análise bem como a tecnologia de alimentos. Para isso, foram realizadas visitas a três engenhos da zona rural da cidade de Coronel João Pessoa – RN com o fito de explorar na prática o objeto de estudo, além de pesquisas orais efetuadas com seus respectivos proprietários. Já para a conjuntura referencial, o autor que fundamentou os diálogos acerca da historiografia e seu papel de relevância, mencionamos Marc Bloch (2001); estudos sobre o período colonial, seletamos os trabalhos de Antonil (1837), Stuart Schwartz (1988) e Prado (1961); por conseguinte, sobre os aspectos produtivos da rapadura, optamos por Rodrigues (2001) e Lira (2001).

Palavras-chave: Rapadura, História, Alimentos, Indústria Alimentícia.

Plantas para fins alimentícios e medicinais

Marcos Vinícius Dias Correia

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

Daniele Bezerra dos Santos

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

Os usos e importância das plantas estreitam a relação entre grupos humanos e o restante da natureza a partir da dispersão do conhecimento sobre esses vegetais, fazendo com que vários saberes se disseminem ao longo da história. Essa cultura vai sendo repassada por diversas gerações e criando uma história da utilização das plantas para fins alimentícios e medicinais, em que cada comunidade cria sua história em relação plantas para fins alimentícios e medicinais. No entanto, segundo Pinto et al. (2006), apesar da importância, os usos de plantas medicinais vem sendo cada vez mais ameaçado por diversos fatores como a facilidade de acesso à medicina moderna e êxodo rural. Pensando nisso, esta pesquisa analisa o conhecimento popular em torno dos usos de plantas para fins alimentícios e medicinais.

Palavras-chave: Plantas medicinais, conhecimentos populares, saúde, alimentos.

O vegetarianismo no Rio Grande do Norte: uma análise interdisciplinar entre tecnologia de alimentos e a história ambiental

Maria Aliny Feitosa de Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

Mariana Karis Alves de Carvalho

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros

O vegetarianismo e suas diferentes vertentes perpassam questões como consumismo, visão política, saúde física e ética relacionada à vida animal e aos impactos ambientais. Apesar de a cada dia o número de vegetarianos crescer, ainda existem muitos fatores que desmotivam a adesão a esse regime, como o chamado tabu alimentar, o machismo e a falta de conhecimento sobre a alimentação isenta de carne. Com base em discussões do curso técnico de Alimentos e do campo da História Ambiental, analisamos neste trabalho algumas influências sociais, ambientais e históricas em torno do vegetarianismo no sertão da atual região Nordeste, em especial no Estado do Rio Grande do Norte e proximidades.

Palavras-chave: Vegetarianismo, História Ambiental, Rio Grande do Norte, Alimentos.

Experiência de ensino, pesquisa e extensão do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Ambiental e Educação (GEPHAE/UNESC)

Carlos Renato Carola

UNESC – Universidade do Extremo Sul Catarinense

O Grupo de Estudo e Pesquisa em História Ambiental e Educação (GEPHAE) foi oficialmente instituído no dia 03 de março de 2006. Está cadastrado no portal do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde o ano de sua fundação. O GEPHAE parte da premissa de que a “devastação ambiental” e as “mudanças climáticas” são os efeitos colaterais do paradigma desenvolvimentista da civilização moderna globalizada, mundo orientado hegemonicamente pelo paradigma da modernidade Euro-Occidental e suas ideologias: desenvolvimento/crescimento econômico (PIB), trabalho e progresso (econômico e tecnológico), prosperidade neoliberal e neopentecostal. Como Grupo de Pesquisa, o GEPHAE surgiu, juntamente com diversas outras entidades e movimentos, uma resposta do meio acadêmico no sentido de contribuir com o enfrentamento da crise civilizatória do mundo contemporâneo. No campo da pesquisa, o GP desenvolve estudos de História Ambiental e Educação Ambiental no Brasil e América Latina, observando prioritariamente: 1) Ideias de cultura e natureza na história e historiografia; 2) Ideias de cultura e natureza na História da Educação, na cultura escolar e no pensamento pedagógico latino-americano. No primeiro campo de observação, procura identificar e problematizar discursos e narrativas que justificam a “dominação” e “conquista” do mundo natural com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico. No campo da educação, o GEPHAE estuda concepções de homem e natureza difundidas em livros escolares, nas disciplinas curriculares e no pensamento pedagógico. Ao longo de sua caminhada de 14 anos, vem articulando e manejando, coletivamente, ferramentas teóricas de autores/as que auxiliam na elucidação e compreensão dos problemas socioambientais, entre os quais: “Cultura e natureza na experiência histórica” (José Augusto Pádua), “Pedagogia do Oprimido” (Paulo Freire), “Banalidade do Mal” (Hannah Arendt), Obstáculo Epistemológico (G. Bachelard), “Ética de respeito à vida” (Albert Schweitzer), Antropocentrismo e especismo (Sonia Felipe), Identidade Planetária (E. Morin), “Pedagogia da Terra e Ecopedagogia” (Francisco Gutiérrez e Moacir Gadoti), “Ideias para adiar o fim do mundo” (Ailton Krenak), Modernidade/Colonialidade (Anibal Quijano e Enrique Dussel), educação, linguagem e alteridade (Jorge Larrosa e Carlos Scliar). Quando maneja-se a ferramenta “obstáculo epistemológico”, por exemplo, problematiza-se a ideologia antropocêntrica como um “obstáculo” para a percepção e compreensão da complexidade ecológica do sistema natural do Planeta; e desmistifica o antropocentrismo no sentido de se afirmar que ele não é inerente ao ser humano, é uma construção histórica e cultural difundida e ensinada pela pedagogia antropocêntrica, no âmbito do projeto da modernidade/colonialidade. Além de pesquisas desenvolvidas no âmbito da graduação (TCCs e PIBIC) e pós-graduação (PPGE/UNESC), o GEPHAE organiza cursos de formação de professores e participa de debates regionais relacionados a problemas ambientais.

Palavras-chaves: História Ambiental; Educação Ambiental; Ecopedagogia.

História Ambiental e História da Educação: A pedagogia Antropocêntrica no Ensino de Ciências (1960-1970)

Catia Elaine Alves Constante

Profa. História Escola Joaquim Ramos, Criciúma, SC
Mestrado em Educação no PPGE/UNESC

Este breve resumo apresenta aspectos principais da dissertação: **Pedagogia Antropocêntrica em Livros Didáticos de Ciências (1960-1970)**. Uma pesquisa de História Ambiental no campo da História da Educação brasileira. O objetivo principal da pesquisa foi perceber e caracterizar as representações do mundo natural, principalmente animais e plantas, nos manuais didáticos e nas diretrizes curriculares do período estudado. Partimos da premissa de que a gravidade e dimensão global da “crise ambiental” exige mudanças profundas em todos os aspectos da vida humana moderna, principalmente na cultura escolar. Para observar as fontes de pesquisa, manejamos algumas ferramentas teóricas, entre as quais: sensibilidade ambiental e racionalidade científica na relação entre “Homem e Mundo Natural”, de Keith Thomas; o conceito de livro didático enquanto objeto de estudo, de Circe Bitencout; o conceito de “obstáculo epistemológico”, de Gaston Bachelard; e os conceitos de especismo e antropocentrismo, de Peter Singer e Sonia Felipe. No âmbito metodológico, situamos o estudo no campo da pesquisa bibliográfica e documental. Selecionamos 16 livros didáticos e definimos dois objetivos específicos: 1) Identificar as concepções de homem e natureza nos conteúdos referentes a animais e plantas; 2) Classificar e caracterizar as tendências da pedagogia antropocêntrica em cada obra analisada. Usamos o termo “pedagogia antropocêntrica” como pensamento e prática educativa que confere um lugar de “superioridade” ou “centralidade” da espécie humana no Planeta Terra; e manejamos o conceito de antropocentrismo como “obstáculo epistemológico” que dificulta ou impossibilita uma visão ecológica do ecossistema planetário. Por meio das ferramentas teóricas e dos objetivos previamente definidos, caracterizamos cinco tendências da pedagogia antropocêntrica: a) Pedagogia antropocêntrica tradicional; b) Pedagogia antropocêntrica científica; c) Pedagogia antropocêntrica liberal; d) Pedagogia antropocêntrica conservacionista; e) Pedagogia antropocêntrica preservacionista. Nas considerações conclusivas, destacamos a urgência de se problematizar a práxis da pedagogia antropocêntrica no espaço escolar; destacamos que o antropocentrismo não é um elemento inerente ou natural da condição humana, é uma formação histórico-cultural que condiciona o indivíduo a perceber a natureza como “recurso natural” e o ser humano como a espécie superior e mais inteligente do mundo animal. Na sociedade moderna o homem antropocêntrico foi supervalorizado e a educação escolar vem contribuindo para esta supervalorização.

Palavras-chaves: Crise Ambiental; Ensino de Ciências; Antropocentrismo; Obstáculo Epistemológico.

Grupo de Pesquisa História e Natureza (GRHIN)

Wesley Kettle

Universidade Federal do Pará - Campus Ananindeua

Vinculado à Universidade Federal do Pará, o Grupo de Pesquisa História e Natureza (GRHIN) reúne desde 2016 docentes e estudantes pesquisadores interessados em investigar as relações entre as sociedades e o meio ambiente. Apesar do principal interesse ser o debate sobre a Amazônia em suas diversas temporalidades, é nossa intenção também dialogar com temas de outras espacialidades. Temos como objetivo principal promover um espaço de diálogo entre os membros que participam do grupo, desenvolvendo atividades de ensino, pesquisa e extensão. No processo de aprendizado mútuo, buscamos o aprimoramento das investigações, da produção de conhecimento e da prática docente no que se refere à relação História e Natureza. Destacamos como objetivos 1) Produzir materiais pedagógicos na área da História e Natureza; 2) Criar um repositório dos trabalhos produzidos pelos membros do GRHIN; 3) Divulgar reflexões de autoria dos membros do GRHIN; 4) Reunir um acervo de materiais didáticos para o Ensino de História Ambiental; 5) Divulgar atividades e eventos de História Ambiental; 6) Desenvolver ações de extensão voltadas para formação continuada de professores e licenciandos. Nosso site: www.grhin.webnode.com

Palavras-chave: Amazônia, Interdisciplinaridade e Educação Ambiental.

GPHAVI Grupo de Pesquisa de História Ambiental do Vale do Itajaí, FURB Universidade Regional de Blumenau (Santa Catarina): período 2004-2020

Martin Stabel Garrote

Universidade Regional de Blumenau - FURB

O GPHAVI está registrado no CNPq desde 2004, é vinculado no Departamento de História e Geografia, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, CCHC da FURB. É um grupo inter e transdisciplinar com o objetivo de compreender as relações, interações e interdependências entre sociedade e natureza no território do Vale do Itajaí, Bioma Mata Atlântica, onde está a Serra do Itajaí, principal remanescente da Floresta Ombrófila Densa de SC. Foi criado em 2004 pelo interesse e projeto de Iniciação Científica de um estudante da História da FURB. Além da IC, que estimulou o desenvolvimento do grupo, outros fatores são: (a)interesse em pesquisas de História Ambiental na Mata Atlântica do Vale do Itajaí do recém-criado PARNA Serra do Itajaí; (b)resultados positivos da primeira pesquisa que proporcionou um videodocumentário, e fomento da FAPESC, dando início a estrutura do laboratório; (c)contato com pesquisadores do LABIMHA-UFSC, destaque influência dos estudos de Nodari, Mundstock, Klanovicz e Santos, e a ampliação da própria área com os eventos, nos ST da ANPUH, e aqui destaco os incentivos recebidos quando avaliado em 2008 pelo colega Carola da UNESCO, e no IV Simpósio da SOLCHA através do contato com Martinez da UNESP; (d)interesse de estudantes-furb pelas pesquisas e nas bolsas; (f)incremento das políticas públicas nacionais e estaduais de ciência entre 2004 e 2016. O grupo é coordenado pelos professores Gilberto Friedenreich dos Santos (geógrafo) e Martin Stabel Garrote (historiador), fundadores, e tem os pesquisadores: Vanessa Dambrowski (bióloga), Carlos Eduardo Zimmermann (biólogo), e Nelson Afonso Garcia Santos (sociólogo). O grupo desenvolve pesquisa no Ensino Médio e Graduação, com bolsas para os estudantes, e na pós-graduação. As principais linhas de pesquisa adotadas são: (a)História Ambiental do Desenvolvimento Regional; (b)Ecologia da Paisagem; (c)Tecnologia Social, Desenvolvimento Regional e Sustentabilidade Ambiental. No ensino, a História Ambiental é trabalhada na disciplina de Geohistória no curso de História Já foi ofertada disciplina História Ambiental de Santa Catarina em uma especialização de Geografia, e em disciplina Tópicos Especiais de Desenvolvimento Regional, nas turmas de mestrado e doutorado. O principal tema das pesquisas de IC são as Unidades de Conservação. Também foram realizados estudos nos temas dos viajantes, da mineração do ouro e cal, exploração da madeira, rizicultura, fumicultura, e com povos tradicionais. Como extensão foram feitas exposições, palestras, projetos em parceria com ONGs e empresas, divulgação das atividades através da página institucional da universidade, blog, fanpage, canal-youtube, e pesquisas em equipes interdisciplinares, como na elaboração de Plano de Manejo de UCs. Alguns resultados em números: 14 artigos em revistas; 35 artigos completos, 12 resumos expandidos, e 77 resumos publicados em eventos; 3 capítulos de livro, 6 TCCs, 1 Monografia, 3 Dissertações e 2 Teses; e foram realizadas 63 iniciações científicas por onde 69 estudantes passaram até 2020. Agradecemos as agências: FAPESC, e UNIEDU (PIPe Art.170 e FUMDES Art.171) de Santa Catarina, e o CNPq (PIBICs), assim como a CAPES (PROSUP) por possibilitar os recursos de bolsas, fomentando as Iniciações Científicas, e aos estudantes-

bolsistas que experimentaram as pesquisas e possibilitaram o desenvolvimento das atividades do GPHAVI.

Palavras-chaves: Grupo de pesquisa; História Ambiental; Vale do Itajaí; Universidade Regional de Blumenau; Santa Catarina.

História, Meio Ambiente e Questões Étnicas: O debate em História Ambiental na Paraíba

Prof. Dr. Jose Otávio Aguiar
Universidade Federal de Campina Grande

Prof.^a Dr.^a Juciene Ricarte Apolinário
Universidade Federal de Campina Grande

Hoje, falar de História Ambiental não se trata de anunciar um assunto novo ou algo impensável, é, antes de tudo, discutir um panorama que há anos vem sendo criado e debatido. Sabendo que no Brasil o debate permanece centralizado em regiões do Sul do país, o objetivo dessa comunicação se trata de apresentar um grupo de pesquisas ligado à linha “Cultura Poder e Identidades” do Mestrado em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e a linha “Sociedade e Recursos Naturais” do Programa de Pósgraduação interdisciplinar em Recursos Naturais da UFCG. O grupo, antes de tudo, procura estabelecer um programa transdisciplinar próprio à proposta teóricometodológica das lides da chamada História Ambiental. Reúne pesquisadores de diversas áreas das ciências do homem e das ciências da natureza e da vida, quais sejam, primordialmente, historiadores dedicados ao estudo das relações entre História, Sociedade, Etnia e Natureza, mas também etnobiólogos, biogeógrafos, geógrafos, físicos, filósofos, sociólogos, etc. Promovendo a interação e troca de experiências entre diferentes gerações, níveis de trabalho e departamentos, bem como o diálogo interdisciplinar. Em sua história, o grupo conta com uma rica produção em livros e artigos científicos, que promovem a parceria e a interação entre seus membros desde 2008, os quais desenvolvem pesquisas nos campos do Direito Ambiental, Educação Ambiental, Etnohistória e Meio Ambiente, História da Biologia, História das viagens científicas, História da Alimentação e dos Recursos Naturais.

Palavras-chave: Meio Ambiente, Questões Étnicas, Historiografia, História Ambiental e Paraíba.

Um patrimônio ambiental entre espigões?: Verticalização urbana e conflitos socioambientais na orla do Açude Velho (Campina Grande/PB, 1990-2010)

Felipe Cardoso de Souza

Universidade Federal de Campina Grande

A presente pesquisa é desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, na linha de pesquisa “Cultura, Poder e Identidades” a nível Mestrado. A pesquisa tem como temática a verticalização urbana e arquitetônica da orla do Açude Velho de Campina Grande/PB, durante as décadas de 1990 e 2000. O Açude Velho compreende uma área tombada e protegida por lei para preservação desta e do seu entorno. O objetivo da pesquisa, portanto, consiste em investigar como foi possível a materialização de projetos de verticalização urbana numa área legalmente protegida e tombada. Para tanto, buscamos analisar os motivos pelos quais esta região atraiu interesses da especulação imobiliária; quais as ações políticas do município frente aos interesses da indústria da construção civil e imobiliária; quais as fragilidades na aplicabilidade das leis, focalizando a quem interessa essas fragilidades, bem como, contextualizar os sujeitos históricos em suas ações frente a esta teia de interesses; e, por fim, quais são os conflitos no plano material e discursivo, a exemplo da contradição entre as leis e as práticas político-sociais, bem como as representações construídas sobre o projeto de verticalização em análise. As fontes utilizadas baseiam-se, principalmente, em documentos oficiais, fotografias e entrevistas realizadas por meio da História Oral, e, os procedimentos metodológicos adotados baseiam-se no confronto alternado entre as fontes para a busca de uma verossimilhança na construção de respostas frente aos objetivos propostos. O campo teórico-metodológico que orienta o nosso trabalho é o da História Ambiental, a partir da mobilização dos conceitos de *paisagem* (SCHAMA, 1996) e *interesses* (WORSTER, 1991). Considerando, ainda, a importância da interdisciplinaridade para a História Ambiental, fazemos uma interface com a História Cultural, a partir da mobilização do conceito de *representação* (CHARTIER, 1990), bem como, a utilização de uma literatura produzida por outros campos do saber, como o Direito Ambiental, Arquitetura, Geografia e Sociologia, no intuito de enxergarmos com amplitude possíveis olhares sobre um dado problema científico e recorte temático. Portanto, buscamos com nosso trabalho construir uma narrativa que contempla as preocupações socioambientais atravessadas pelas transformações que nos cercam, seguindo as esteiras do que nos diz Bloch (2002): que o objeto da História é o homem – no seu tempo e no seu espaço; e, parafraseando o autor com o uso das contribuições da História Ambiental: homem e espaço em interações, a partir do tempo e por meio de ações.

Palavras-chave: Verticalização urbana, Campina Grande/PB, Açude Velho, Paisagem e Conflitos socioambientais.

Naturezas – Culturas da Mata Atlântica: legados históricos e interações socioecológicas na paisagem

Alexandro Solórzano

Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica, Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio

Um consolidado corpo teórico e um conjunto de evidências tem mostrado cada vez mais a necessidade de se compreender sociedade e natureza não como domínios distintos. Foi a partir dessa premissa, e com uma trajetória que combina Geografia Histórica com a História Ambiental, que se deu início às pesquisas de Biogeografia e Ecologia Histórica no Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio no início dos anos 2000. Na época as pesquisas se organizavam em torno do Grupo de Pesquisa de História Ambiental da Mata Atlântica coordenado por Rogério Oliveira. A partir de 2018, com a criação do LaBEH, o corpo teórico-metodológico dos chamados Sistemas Socioecológicos tornou-se uma linha mestra de nossas investigações. Compreender como as sociedades interagiram com as florestas no passado, produzindo paisagens marcadas com história, tornou-se um campo muito importante de investigação nas últimas décadas. O nosso objetivo principal é analisar as transformações da paisagem que ocorreram na floresta atlântica da região Sudeste, a fim de compreender as atuais interações socioecológicas e os resultados deste processo histórico-ecológico. Investigamos a relação sociedade-natureza e a forma como essa relação se inscreve na paisagem florestal atual, com os seguintes objetivos específicos: a) compreender o padrão de distribuição espacial de diferentes organismos e suas relações com os seres humanos; b) identificar e analisar os legados socioecológicos impressos e manifestos na estrutura material, biológica e cultural da paisagem; c) entender a percepção simbólica da floresta a partir da cosmovisão dos diferentes grupos sociais presentes nas áreas de estudo; e) produzir mapas de distribuição dos elementos histórico-culturais; f) analisar a origem e distribuição dos chamados Novos Ecossistemas; g) analisar a estrutura e composição de diferentes trechos de floresta e h) avaliar a distribuição espacial e provisão de serviços ecossistêmicos nas áreas de estudo. Usamos um conjunto de métodos e técnicas tanto da Geografia como aquelas mais comuns à História, Ecologia e Antropologia. Aplicamos a Metodologia de Leitura da Paisagem que indica três etapas importantes: 1) investigar o processo histórico de uso e ocupação da paisagem; 2) decifrar, através das evidências da cultura material os usos humanos pretéritos; 3) entender as mudanças ecológicas atuais, a partir da composição de espécies (presença de exóticas; padrões de distribuição, etc.). Essas pesquisas são feitas por meio de trabalhos de campo exploratórios nos ambientes florestais para desvendar vestígios materiais e biológicos; através da realização de pesquisa de fontes históricas e; através de entrevistas para compreender as histórias e geografias orais dos grupos sociais que usam a floresta. As ferramentas de SIG fornecem um importante recurso para a elaboração de mapas temáticos a partir dos dados obtidos em campo e dos documentos históricos. Também são empregadas técnicas específicas de ecologia vegetal para o inventário da estrutura e composição dos trechos de floresta e de pedologia para investigar as propriedades químicas e físicas do solo e a provisão de serviços ecossistêmicos.

Palavras-chave: Geografia Histórica, Ecologia Histórica, Sistemas Socioecológicos, Novos ecossistemas e Transformação da Paisagem

Serviços Ecossistêmicos em Florestas Urbanas: Armazenamento Hídrico dos Solos de Novos Ecossistemas

Alexandra de Carvalho Loureiro

Graduanda em Geografia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

LaBEH – Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica

O processo histórico de uso e ocupação da floresta do Parque Nacional da Tijuca (PNT) ocorre desde a época colonial, com a produção intensiva de cana-de-açúcar, café, criação de animais, fruticultura, além da introdução de diversas espécies exóticas para diferentes usos e finalidades. Ao mesmo tempo, a matriz energética da cidade desde o século XVII até meados do século XX foi pautado exclusivamente na produção de carvão vegetal, a partir da biomassa das florestas cariocas, incluindo o PNT. Nesse sentido, vestígios físicos e biológicos que retratam o passado do PNT são encontrados nos solos da floresta. Por mais que a configuração atual da mata do PNT seja este mosaico de florestas com idades, composições e usos passados diferentes, estas florestas realizam funções ecossistêmicas diversas que são aproveitadas pela cidade. Estas funções são fundamentais para fornecer serviços ecossistêmicos, como a manutenção da qualidade do solo, da água, do ar e da vida da fauna, da flora e dos habitantes da cidade. A floresta urbana do Maciço da Tijuca, é resultado dessa interação entre natureza humana e não humana, com a presença de paisagens contendo o que vem sendo classificado como novos ecossistemas – ou ecossistemas emergentes – que possuem padrões de estrutura e dominância de espécies e não vistos anteriormente na Mata Atlântica. A introdução de espécies exóticas como a jaqueira (*Artocarpus heterophyllus* Lam.) no século XIX nessa floresta contribuiu para a formação da paisagem atual. O bom funcionamento destes ecossistemas é necessário para continuar provendo múltiplos serviços ecossistêmicos (SE). Os SE são os benefícios que os seres humanos obtêm dos ecossistemas, tais como sequestro de carbono, purificação da água, comida, entre outros. Este conceito tem se tornado uma ferramenta fundamental na interface ciência e política pública, pois visa informar da melhor maneira resultados científicos para tomadores de decisão. Muitas lacunas existem nesta temática, principalmente em relação ao papel dos solos de novos ecossistemas como provedor de serviços. Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo geral avaliar o serviço de armazenamento de água em novos ecossistemas do Parque Nacional da Tijuca. Para isso, foram selecionadas três áreas no setor Serra da Carioca onde serão coletadas 18 amostras compostas dos solos de novos ecossistemas e áreas adjacentes na profundidade 0-20cm, as quais serão submetidas ao laboratório para análise química e física, para fins de diagnóstico das áreas. Para a avaliação do SE de armazenamento de água, será utilizado o método de gravimetria. Serão coletadas 18 amostras de solo a fim de analisar os aspectos hidrológicos destas nas seguintes profundidades 0-10cm, 10-40cm, 40-60cm. Análises complementares de infiltração da água no solo também serão realizadas através do infiltrômetro mini disc. O intuito dessa pesquisa é contribuir para um maior entendimento do efeito dos novos ecossistemas no SE de armazenamento de água no solo, além de fornecer informações para uma gestão eficiente de parques no que tange a questão da presença de espécies exóticas na paisagem.

Palavras-chave: Novos Ecossistemas, serviços ecossistêmicos, solos, Parque Nacional da Tijuca.

Revisão sistemática dos serviços ecossistêmicos do solo na região tropical

Aline Furtado Rodrigues

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
LaBEH – Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica

A abordagem dos Serviços Ecossistêmicos (SE) busca contribuir para um melhor diálogo entre ciência e tomadores de decisão de maneira a promover o uso sustentável dos recursos naturais. Nessa abordagem, com frequência, os solos têm sido pouco discutidos e por vezes negligenciados. Nos últimos dez anos, estudos teóricos e empíricos realizados nas regiões temperadas sobre os SE do solo tem se destacado. No entanto, pouco se sabe como a abordagem dos SE do solo tem sido discutida na região tropical. Portanto, o presente estudo teve por objetivo avaliar o estado da arte da abordagem dos SE do solo em regiões tropicais através de uma revisão sistemática. A pesquisa foi conduzida através dos portais de busca Web of Science, Scopus e Scielo, em busca de artigos publicados até março de 2019. Foram encontradas 41 publicações relacionadas a SE do solo na região tropical de 2001 a 2019. Os países com maior número de publicações foram Brasil (n=8), Colômbia (n = 6) e México (n = 4). Embora a maioria desses estudos tenha considerado o SE do solo, ficou aparente a falta de uma definição consistente para o conceito. A revisão dos métodos utilizados para avaliar os SE do solo, mostrou que a maioria dos estudos mediu o capital natural e os processos do solo, e somente um estudo realizou a valoração monetária. Pesquisas futuras são necessárias para definir melhor os SE do solo; especificamente, para distinguir serviços de propriedades e processos de solo. Dada a dinâmica global por trás da abordagem do SE do solo e fortes exemplos de abordagens do SE do solo que orientam as decisões sobre políticas e uso da terra em regiões não tropicais, há um grande potencial para integrar a abordagem às políticas e práticas em regiões tropicais. O desenvolvimento de ferramentas de avaliação do SE do solo em regiões tropicais poderia transformar a forma como as decisões de uso da terra são informadas, mitigar a degradação do solo e proteger os ecossistemas que os solos sustentam.

Palavras-chave: capital natural, funções do solo, propriedades do solo, valoração

Vulnerabilidade socioambiental e de saúde na bacia hidrográfica dos rios Guapi-Macacu – RJ

Bianca Pereira Alvim Porto

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
LaBEH – Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica

Os indicadores de sustentabilidade podem contribuir para a avaliação da Vulnerabilidade socioambiental e de saúde ao articular as estratégias locais e regionais às globais pela abrangência e caráter integrador. As vulnerabilidades socioambientais e da saúde expõem as questões mais sensíveis e auxilia na avaliação da relevância de determinadas áreas para a mitigação dos problemas. A interpretação do processo saúde-doença apresenta a análise das condições socioambientais e suas implicações. Assim sendo, a presença de agravos e doenças de veiculação hídrica apresenta desafios de análise sobre a sociedade e o ambiente. Considerando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a defesa da abordagem da sustentabilidade a presente pesquisa se propõe a identificar as áreas que possuem maiores vulnerabilidades associadas da Bacia Hidrográfica dos Rios Guapi-Macacu – RJ, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, porção leste da Baía de Guanabara. Responsável pelo abastecimento de água de quase dois milhões de pessoas, possui um histórico de usos e impactos ambientais e a presença de cultivos anuais como aipim, milho, feijão, cultivos perenes como a banana e pastagens, além da intensificação do uso da terra através da urbanização e industrialização com o estabelecimento de empreendimentos como o Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro. A região possui algumas comunidades com características diversas, como a do Faraó na Micro Bacia Hidrográfica do Rio Batatal com relevante área agrícola e a comunidade de caranguejeiros de Itambi, nos mangues da APA de Guapimirim e diversas Unidades de Conservação. O objetivo geral desta investigação é realizar a análise da vulnerabilidade socioambiental e de saúde integrada aos indicadores de sustentabilidade. Como objetivos específicos propomos: avaliar a vulnerabilidade socioambiental e de saúde na região; levantar as vulnerabilidades existentes que afetam a sustentabilidade na área de estudo; elaborar indicadores de sustentabilidade e construir um índice para identificação das áreas prioritárias para intervenção na escala local/regional. As etapas da investigação são: realizar o levantamento de estudos técnicos e científicos realizados na região leste da Baía de Guanabara; obter dados primários através de entrevistas semiestruturadas com atores-chave e comparar estes dados avaliando os padrões de incidência de agravos-doenças de veiculação hídrica e resiliência na região; e a compilação e avaliação de dados secundários sociais, ambientais e de saúde de fontes de pesquisas e bases de dados de instituições. As transformações no espaço e as ações humanas devem ser avaliadas pelos aspectos físico-ambientais e socioeconômicos, por estarem associados e terem um impacto na região, assim como a importância da região para a distribuição da água na porção leste da região metropolitana pelo Sistema Imunana Laranjal. Diante do exposto, o projeto se propõe a oferecer uma contribuição para a análise de sistemas socioecológicos como subsídio às políticas públicas voltadas para mitigar as vulnerabilidades socioecológicas. Compreender o arranjo espacial existente e definir as áreas mais vulneráveis à escassez hídrica, alagamentos, pobreza multidimensional, doenças de veiculação hídrica, desmoronamentos e demais riscos ao ambiente na área de

estudo pode fornecer subsídios para conservação dos recursos naturais, para o planejamento urbano e possíveis alterações nos Planos Diretores dos municípios envolvidos.

Palavras-chave: paisagem; geoprocessamento; uso do solo; riscos; sustentabilidade.

Análise e distribuição espacial dos serviços ecossistêmicos do município do Rio de Janeiro

Carine Sznechuk de Lacerda

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
LaBEH – Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica

O século XXI enfrenta desafios em diversas esferas: pandemias, erradicação da fome, pobreza extrema, mudanças climáticas, perda de biodiversidade, esgotamento de recursos, água potável, poluição e transição energética. Desafios que, para serem compreendidos, confrontados, ou até mesmo resolvidos, necessitam de percepção sistêmica, ou seja, do entendimento de que todas estas esferas são interconectadas e interdependentes em diferentes escalas e não possuem soluções simples ou lineares. A concepção do conceito de Antropoceno foi uma etapa fundamental para a formulação de soluções para estas adversidades, pois mudou significativamente a percepção da relação entre sociedade e natureza. Agora, no século XXI, não é mais possível desconectar as relações entre sistemas naturais e sociais, uma vez que compreendemos que todas as sociedades planetárias são interdependentes e dependentes dos ecossistemas globais, que por sua vez, recebem influência positiva e negativa das ações sociais, em diferentes esferas e escalas. Ao aceitarmos o conceito de Antropoceno, tanto a ideia de natureza intocada quanto a sociedade desnaturalizada estão desatualizadas, e a separação acadêmica das ciências humanas, sociais e naturais, revela-se um obstáculo ao progresso do conhecimento e à resolução de problemas socioecológicos urgentes. Esta percepção sistêmica de mundo permite que a estrutura conceitual de serviços ecossistêmicos (SE), aqui entendidos como os benefícios obtidos pelas pessoas da natureza que trazem bem-estar social, ganhe força e espaço nas agendas políticas, acadêmicas, institucionais e sociais, e possa ser vista como uma ferramenta eficaz para gestão territorial, uma vez que não considera os sistemas ambientais apenas como fonte de recursos, mas como sistemas necessários para a manutenção da vida. Para que o conceito de SE possa ser colocado em prática e discutido entre diferentes atores sociais, a primeira etapa é o mapeamento dos SE no território. Este mapeamento envolve a identificação de oferta (áreas de provisão), demanda (beneficiários e suas localizações) e fluxo (de matéria, energia, informações), pois muitas vezes a área de provisão de SE está distante da área de demanda, como em uma metrópole que recebe alimentos de uma região agrícola distante, por exemplo. A pesquisa parte da premissa de que há uma distribuição desigual de áreas com alto potencial de provisão de SE no município do Rio de Janeiro, resultantes da lógica urbana histórica de ocupação do território municipal, e que esta desigualdade espacial na oferta de SE afeta diretamente o bem-estar de populações mais vulneráveis, contribuindo para o aumento da desigualdade social. O mapeamento de SE no território do Rio de Janeiro pretende investigar a possibilidade de áreas com maior número de beneficiários de SE estarem espacialmente distantes das áreas com alto potencial de provisão de SE e, portanto, maior qualidade de vida e bem-estar para a população em seu entorno.

Palavras-chave: sistemas socioecológicos, serviços ecossistêmicos urbanos, gestão de base ecossistêmica, mapeamento de serviços ecossistêmicos.

Decifrando as interações socioecológicas da banana com a Floresta Atlântica na Serra da Estrela: indicadores para a Gestão Multifuncional da Paisagem

Eduardo Pinheiro

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
LaBEH – Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica

Podemos entender que a atual paisagem da Mata Atlântica no Rio de Janeiro é fruto de um processo histórico de produção social responsável por transformar as paisagens, desenhando inúmeras formas e objetos, artificiais ou naturais como o mosaico de remanescentes de vegetação nativa do estado em diferentes estágios sucessionais. Neste contexto, é possível compreendermos que os atuais remanescentes florestais estão repletos de marcas e heranças de tais interações socioecológicas na paisagem. Em grande parte do estado do Rio de Janeiro é possível observar faces de contato e áreas de conexão entre atividades agrícolas e remanescentes de vegetação nativa de Mata Atlântica. Dentre estas atividades que vem moldando e interagindo com as florestas pode-se citar a bananicultura. A transformação da paisagem resultante de um longo processo complexo de interação da bananicultura com as áreas de vegetação nativa de Mata Atlântica, hoje protegidas por unidades de conservação precisa ser compreendida por meio da investigação interdisciplinar e aplicação da perspectiva de sistemas socioecológicos. A produção de banana, quase de forma extrativista, é muito comum nas áreas de remanescentes florestais inseridas nas UCs, principalmente em pequenas propriedades situadas nas bordas de tais florestas e predominantemente em áreas declivosas e menos férteis. O presente projeto busca atender demandas socioambientais para a conservação da biodiversidade e valorização dos agroecossistemas de baixo impacto ambiental no âmbito das áreas naturais protegidas, visando preencher uma lacuna para a elaboração do plano de manejo do Refúgio de Vida Silvestre Estadual da Serra da Estrela (REVISEST). Destarte, se pretende atender demandas práticas que avancem no campo teórico, tanto em uma perspectiva biogeográfica, quanto, na relação sociedade-natureza, a partir da compreensão dos processos de transformação da paisagem pautados nas interseções dos campos da Geografia, História e Ecologia. Os objetivos específicos são: a) Identificar o papel da banana como vetor histórico-cultural de transformação da paisagem fluminense e sua importância no processo histórico de ocupação da Serra da Estrela; b) Estudar as características ecológicas e biogeográficas da banana em ecossistemas tropicais, avaliando suas funcionalidades ecossistêmicas e seus impactos no contexto da interação banana-floresta na Serra da Estrela; c) Propor um modelo de gestão multifuncional da paisagem para subsidiar a elaboração de instrumentos de gestão para o REVISEST. A proposta metodológica abrange: uma revisão bibliográfica e levantamento de documentos históricos; trabalhos de campo para levantamento das áreas de bananais e suas principais características; entrevistas abertas para compreender as histórias e geografias orais dos bananicultores e; elaboração de mapa locacional das áreas potenciais de bananais na Serra da Estrela. Como resultado, esperamos poder compreender melhor a relação banana-floresta no REVISEST e assim subsidiar o planejamento e a tomada de decisão administrativa em direção a redução de possíveis conflitos territoriais.

Palavras-chave: Sistemas socioecológicos; relação banana-floresta; Gestão Territorial; Geografia Histórica; Ecologia Histórica.

As roças dos Orixás: pensar com as plantas o Candomblé

Elena Geppetti

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
LaBEH – Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica

As plantas atuam em múltiplas dimensões da vida humana. Muitas vezes, saberes etnobotânicos foram estratégicos para a sobrevivência e reprodução cultural das populações minoritárias. O objetivo desta pesquisa é investigar as relações entre pessoas e plantas no contexto do Candomblé – uma religião afro-brasileira que se baseia no culto de divindades (orixás) mediado por relações com animais, lugares e plantas. A principal questão decorre de uma constatação de partida: uma vez que esta religião tem origem no continente africano, como as práticas rituais ligadas a elementos naturais daquele continente sobreviveram e se adaptaram a contextos geográficos distantes, tais como o Brasil e mais contemporaneamente em diversas cidades europeias, como Roma, Madrid e Berlin? Mais especificamente, gostaríamos de entender como o culto por meio das plantas sobrevive nas diversas configurações de terreiros (locais de culto) que marcam o Candomblé (locais urbanos, peri-urbanos, ou rurais, com e sem acesso a áreas de floresta)? Ou seja, nestes contextos, interessa-nos saber quais são, em detalhes, as estratégias relacionadas ao cultivo das inúmeras espécies vegetais associadas a este culto (formas de manejo de matas, plantio de jardins, construção de estufas em climas temperados, etc.). O trabalho interessa-se, portanto, pela dimensão fenomenológica – interativa e relacional – das formas rituais mediadas por plantas e partirá desta abordagem para compreender a dimensão transformacional do Candomblé. Assim, o trabalho se desenvolverá por meio de uma associação de diferentes metodologias: pesquisa etnográfica e levantamentos botânicos e cartográficos, todos realizados de forma colaborativa – ou seja, na qual a pesquisadora associa-se às demandas dos interlocutores, tendo em vista a construção de um contexto de pesquisa mais equânime e com repartição dos benefícios decorrentes da investigação. O contexto de pesquisa é comparativo, e abrange três configurações distintas no que se refere à implantação dos terreiros, às formas de manejo e ao contexto geográfico mais amplo considerado: 1) terreiro com fragmento de mata em contexto peri-urbano: Terreiro Bate folhas/Manso Bandunquenqué, Salvador; 2) terreiro “de laje”, em contexto urbano, sem espaço para o cultivo de plantas: Ilê Axé Oluaiyé Ni Oyá, Rio de Janeiro; 3) terreiro em região temperada, fora do Brasil, com pouco espaço para os cultivos e difícil acesso à matrizes vegetais: Ilê Oba Sileké, Berlin. Através desse estudo, procuraremos compreender como os conhecimentos etnobotânicos do Candomblé se fazem presentes na formação florística do Brasil – uma vez que permitem estabelecer uma perspectiva transatlântica sobre tal formação. De modo mais amplo, espera-se que esta pesquisa lance luz sobre práticas minoritárias que mediam sistemas socioambientais, valorize saberes marginalizados e parte de práticas de culto estigmatizadas – e por isso não bem compreendidas – de modo a questionar as relações entre natureza e cultura estabelecidas no Ocidente.

Palavras-chave: Etnobotânica, religiões afro-brasileiras, socioecologias transatlânticas, fenomenologia

Quadros de percepção (ou janelas de mapeamento) dos ecossistemas emergentes no município do Rio de Janeiro, RJ

Felipe Noronha

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
LaBEH – Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica

Transformações na paisagem são produto das necessidades culturais e relações sociais do momento histórico de cada sociedade. Consequentemente, os ecossistemas modificados por esses usos respondem a estas transformações, sobretudo em relação aos aspectos relacionados à sua estrutura, composição, funcionamento e funcionalidades. Os ecossistemas remanescentes desses processos guardam consigo marcas da história de uso do solo. Dentro da perspectiva dos sistemas socioecológicos tais ecossistemas podem ser reconhecidos como ecossistemas emergentes ou novos ecossistemas. Ecossistema emergente é configurado por uma assembleia nova de espécies (nativas ou exóticas) que surgiu como resultado de ações humanas como diferentes tipos de cultivos, introdução de espécies ou uma combinação desses e outros fatores. Esses ecossistemas são resultantes de uma agência humana capaz de cruzar um limiar socioecológico que motiva uma nova trajetória do ecossistema e que não depende do manejo humano para sua manutenção. O presente projeto tem como objetivo geral discutir e caracterizar ecossistemas emergentes no município do Rio de Janeiro a partir de quadros de percepção ou janelas de mapeamento distribuídos pelo território municipal. Como objetivos específicos buscaremos i) discutir conceitos relacionados a ecossistemas emergentes; ii) caracterizar os aspectos morfológicos, estruturais, funcionais e de gênese dos ecossistemas emergentes inseridos nos quadros de percepção; iii) demonstrar a atuação de processos antropogênicos históricos na transformação da paisagem nessas janelas de mapeamento; iv) desenvolver uma metodologia para reconhecimento e descrição de ecossistemas emergentes no município do Rio de Janeiro; v) discutir qual o limiar de novidade ecológica a ser considerado para classificação de ecossistemas emergentes; vi) levantar padrões que contemplem as características gerais dos ecossistemas emergentes do município e; vii) propor um sistema de classificação e mapeamento dos ecossistemas emergentes no município. Desde meados do século XVIII até os dias atuais procederam-se distintos períodos de uso e ocupação do solo que se modificaram conforme as demandas históricas e dinâmicas do mercado, da sociedade e das políticas públicas. Essas transformações da paisagem no tempo refletem na cobertura vegetal um mosaico dinâmico de ecossistemas emergentes com distintas configurações e que respondem às funcionalidades socioecológicas de cada época e lugar. Sendo assim, três quadros de percepção ou janelas de mapeamento serão delimitados como áreas de investigação: 1) os maciços costeiros da zona sul da cidade, 2) a bacia hidrográfica do rio Piabas na zona oeste e, 3) o Parque Estadual do Grajaú na zona norte. Serão realizadas análises temporais de imagens de satélite (antigas e recentes) e mapeamento dos ecossistemas emergentes em cada janela; serão analisados dados secundários de inventários florestais localizados em cada janela; serão realizados caminhamentos e transectos para verificação da verdade terrestre e preenchimento de fichas de descrição das características gerais dos ecossistemas emergentes, para determinar os limiares socioecológicos e; serão discutidas novas formas de representação dos ecossistemas emergentes no sistema de classificação

da cobertura vegetal e uso das terras do município do Rio de Janeiro. Fica então a reflexão sobre as perspectivas das políticas de conservação da biodiversidade e gestão territorial ao considerarem os ecossistemas emergentes como componentes importantes na busca pelas sustentabilidades dos sistemas socioecológicos.

Palavras-chave: Transformação da Paisagem, Sistemas Socioecológicos, novidade ecológica, limiares socioecológicos, uso e cobertura, Sistemas de Informação Geográfica.

A história contada a partir das árvores: um ensaio sobre o reflorestamento da Floresta da Tijuca (RJ, Brasil), realizado na segunda metade do século XIX

Gabriel Paes da Silva Sales

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Rajan R. Guedes-Bruni

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

A Floresta da Tijuca (RJ, Brasil), configura-se como resultado da agência humana e não humana, com: espécies que foram poupadas pelos diferentes manejos do solo, espécies cujas populações foram reduzidas localmente, e ainda, espécies introduzidas (nativas e exóticas). Caracteriza-se como um original projeto de reflorestamento, iniciado em 1862, que perdurou até o final do século XIX, e que foi responsável pelo plantio de dezenas de milhares de árvores. A compreensão da atual floresta requer considerar, além da intervenção silvicultural, a própria dinâmica florestal e o papel desempenhado pelas diferentes interações ecológicas estabelecidas entre diversos organismos, em seus variados níveis. Essa pesquisa, valendo-se da integração de ferramentas de diferentes áreas do conhecimento, tem os seguintes objetivos: (a) reconhecer evidências das áreas onde ocorreu o plantio de mudas; (b) investigar quais espécies foram selecionadas para plantio e por quê; (c) identificar a forma de cultivo, propagação e plantio associando-as a silvicultura praticada à época; (d) identificar a formação de uma cultura acadêmica genuinamente brasileira no manejo dos recursos florestais à luz da silvicultura das escolas europeias; (e) gerar subsídios ao enriquecimento do escopo teórico da jovem restauração ecológica praticada no Brasil, considerando a complexidade biológica encontrada atualmente fruto do pioneiro reflorestamento investigado nesse estudo. Foram analisadas diferentes fontes documentais, depositadas em arquivos e bibliotecas. O estudo das coleções botânicas, depositadas em herbário, assim como a cartografia e climatologia históricas, o uso de iconografias, bem como trabalhos de campo - que incluíram amostragem sistemática de vegetação, técnicas de coleta de madeira e contagem de anéis de crescimento - constituíram etapas fundamentais do estudo. Ao unir passado e presente, através do diálogo entre linhas de pesquisa de natureza e escopo teóricos distintos, a História Ambiental amplia possibilidades de expansão investigativa. A fonte documental ganha relevo e ampliação conceitual ao considerar outros registros que não aqueles típicos aos arquivos históricos e bibliotecas. Compreender a historicidade encerrada num registro de coleção biológica, na idade de uma árvore, no nome de uma planta ou animal, redimensiona não só sua conceituação, como amplifica a compreensão do passado e aponta para um futuro em que patrimônios histórico e cultural, não só se complementam, como tornam-se ainda mais relevantes para a sociedade.

Palavras-chave: História Ambiental, Metodologia de Pesquisa, Fitossociologia, Herbário e Dendrocronologia.

Retratos de um paleoterritório: histórias escondidas na paisagem florestal de Grumari, RJ

Isabelle Soares Pepe

Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia
Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

A dicotomia na relação sociedade-natureza se projeta consideravelmente sobre as florestas tropicais, que muitas vezes são consideradas uma natureza estática, sem história e com poucos habitantes, onde sua complexidade estrutural e funcional se deu apenas por processos naturais. O presente trabalho investigou: i. a transformação da paisagem de Grumari, bairro localizado no extremo sudoeste do Maciço da Pedra Branca (RJ), que possui, atualmente, a maior área de cobertura vegetal do município e ii. os legados socioecológicos encontrados na floresta, com o intuito de desvendar quais e como as interações humanas com meio físicobiológico contribuíram para a construção da atual paisagem florestal. Para isso foram usadas metodologias oriundas da Geografia, História e Ecologia que perpassaram a investigação de documentos históricos com fontes primárias e secundárias extraídos de Arquivos Históricos, complementados pela identificação e sistematização de vestígios materiais encontrados em trabalhos de campo, segundo a Metodologia de Leitura da Paisagem. Por fim, utilizou-se a fitossociologia para análise do componente arbóreo ao redor dos vestígios encontrados, no sentido de compreender as resultantes ecológicas do encontro entre a dinâmica social e natural. Foram inventariadas oito unidades amostrais da vegetação arbórea perfazendo 0,32 ha. Foi encontrado um total de 90 espécies, sendo *Guarea guidonia*, *Piptadenia gonoacantha*, *Sparattosperma leucanthum*, *Gallesia integrifolia* e *Joannesia princeps* as mais conspícuas. A encosta florestal de Grumari foi habitada por populações humanas, possivelmente desde os povos sambaquieiros; passando por indígenas Tupinambás; colonizadores portugueses; instituições religiosas de poder; latifundiários e pequenos lavradores posseiros - que até hoje ocupam o território - e, mais atualmente, o Poder Público, que exerce a governança ambiental através das Unidades de Conservação. Alguns efeitos da modificação dos ecossistemas para a sobrevivência e atividades econômicas referentes a distintos momentos históricos estão impressos na paisagem através de vestígios como: depósitos malacológicos, resquícios de carvoarias, ruínas e antigos caminhos, geralmente associados à presença de espécies exóticas, e espécies nativas que apresentam padrões atípicos de dominância na floresta. A associação desses elementos encontrados na paisagem conta histórias para além da história escrita. Depois de mais de 200 anos de intenso uso do solo para agricultura, fornecimento de energia e água e habitações humanas, a vegetação avançou sobre áreas de antigas roças, carvoarias e pastos abandonados. A floresta seguiu trajetórias de sucessão ecológica únicas, que expressam a história e a cultura em sua composição e estrutura. A complementaridade de fontes - escritas, materiais, biológicas e fotográficas - contribuíram para a compreensão da complexidade da paisagem e dos fatores histórico-ambientais que a levaram à configuração atual. Além disso, permitiu dar luz a grupos sociais sistematicamente invisibilizados que foram importantes agentes de transformação do espaço com suas práticas culturais. A reunião dessas informações e a sistematização de vestígios materiais revelam as complexidades e dão concretude à discussão sobre florestas como paisagens culturais.

Palavras-chave: História Ambiental; Ecologia Histórica; Mata Atlântica; transformação da paisagem; dicotomia sociedade-natureza.

Geografia nuclear e interpretação da paisagem energética das usinas nucleares de Angra dos Reis, Rio de Janeiro

João Pedro Garcia Araujo

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
LaBEH – Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica

A partir do fim do século XIX as diversas manifestações da energia nuclear têm despertado a curiosidade humana e sido amplamente estudadas. Atualmente, a explosão da primeira bomba atômica nos EUA em 1945 e o advento da “era nuclear” são cotados para se tornarem o marco geológico do início do Antropoceno. Na Geografia, a energia nuclear é objeto de estudos desde a década de 1950 e recentemente constituiu-se uma nova subdisciplina, a Geografia Nuclear, que busca compreender diferentes perspectivas da relação entre seres humanos e a radiação ionizante através do espaço, do lugar e do tempo. Embora o Brasil seja um dos únicos países do mundo a dominar todo o ciclo do combustível nuclear e a possuir grandes reservas de urânio, além de ter um programa nuclear (militar e civil) relativamente longo, estudos sobre Geografia Nuclear ainda são escassos em nosso país. Esta pesquisa se debruça sobre a Central Nuclear de Angra dos Reis, único empreendimento deste tipo em todo território nacional, localizada em um dos maiores fragmentos contínuos de Mata Atlântica do estado do Rio de Janeiro. Nosso objetivo é interpretar a transformação da paisagem ao redor da central nuclear, da década de 1960 até os dias atuais. De forma específica, pretendemos: (1) identificar as variáveis relevantes que compõem o sistema socioecológico na área da central nuclear, antes e depois da instalação do empreendimento; (2) analisar o funcionamento desse sistema socioecológico através de alterações em seu metabolismo social em função da instalação da central nuclear; (3) discutir o papel da central nuclear como lugar que transforma o espaço ao seu redor, criando uma paisagem energética; (4) descrever a paisagem energética criada pela central nuclear, comparando-a com a paisagem existente na mesma área antes da instalação do empreendimento; (5) comparar a paisagem energética criada por usinas nucleares em diferentes países. Para tanto, utilizaremos, na íntegra ou com adaptações, quatro ferramentas teórico-metodológicas: (1) o quadro teórico de sistemas socioecológicos de McGinnis e Ostrom; (2) o conceito de metabolismo social do Instituto de Ecologia Social de Viena; (3) o conceito de paisagem energética de Pasqualetti e Stremke; (4) a teoria relacional dos três domínios de Sack. A estas ferramentas se somarão a *repeat photography* (sequências de imagens de um mesmo local obtidas em tempos distintos), incluindo tanto fotografias tradicionais quanto para imagens aéreas, e a metodologia de leitura da paisagem de Solórzano e colaboradores. Os dados serão obtidos a partir de pesquisas documentais e bibliográficas e de trabalhos de campo exploratórios. Esperamos que esta pesquisa contribua para reduzir a grande lacuna existente na Geografia Nuclear do Brasil e traga uma nova perspectiva para o estudo da relação natureza-cultura existente entre a central nuclear, os núcleos populacionais próximos e a Mata Atlântica.

Palavras-chave: Energia nuclear, Mata Atlântica, Sistemas socioecológicos e Transformação da paisagem.

Sobre carvoeiros e jaqueiras: transformação da paisagem e novos ecossistemas no maciço da Tijuca

João Pires Albuquerque Caldas

Graduando em Geografia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

LaBEH – Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica

A paisagem não pode ser concebida como algo estático e imutável e, nesse sentido, podemos perceber que os remanescentes florestais do Maciço da Tijuca que existem hoje não constituem paisagens naturais e intocadas, mas, na realidade, são produtos das relações entre sociedade e natureza tendo a Mata Atlântica como palco desses desdobramentos. Essa herança pode ser compreendida nas florestas urbanas cariocas quando se analisa os vestígios dos grupos (principalmente, ex-escravizados) que habitavam as matas para a produção de carvão vegetal durante o acelerado crescimento da cidade no século XIX. Essas carvoarias, fruto de um trabalho oculto, deixaram marcas na paisagem. Outro aspecto de destaque na estruturação das florestas urbanas do Rio de Janeiro é a presença da jaqueira (*Artocarpus heterophyllus* Lam.), de origem do sudeste da Ásia, que foi introduzida na cidade no século XIX visando a disseminação de espécies com alto valor alimentício. Sua incrível adaptação possibilitou a expansão da espécie por muitas áreas do Maciço, estando associada aos diversos usos e ocupações humanas promovidas nesse espaço. Essa complexa paisagem que se forma, estabelece, através da regeneração natural com a incorporação de novos elementos ecológicos – resultante do uso e ocupação do território –, a formação de novos ecossistemas. Essa sofisticada concepção abre a possibilidade para uma nova forma de percepção e manejo da natureza, inclusive dentro dos debates de gestão territorial e manejo de ecossistemas. A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender o processo de transformação da paisagem das vertentes sul do Maciço da Tijuca através do mapeamento dos legados físicos e biológicos (carvoarias, ruínas, jaqueiras) bem como realizar uma caracterização socioecológica dos novos ecossistemas de jaqueira. Apresenta como etapas investigativas: a) Localizar e georreferenciar os indivíduos de jaqueira através de excursões de campo ao longo do sistema caminhos (primários e secundários) explorando suas áreas do entorno e pontos mais remotos da floresta; b) Compreender a distribuição espacial e a sobreposição dos elementos histórico-culturais com a presença da jaqueira; c) Descrever os parâmetros de estrutura e composição dos novos ecossistemas. Os pontos amostrados serão transferidos para ambiente SIG (através do software ArcGIS), usando como base as informações associadas às características geológicas da área de estudo disponibilizadas pelo IPP e, posteriormente, utilizados para a produção de mapas de análise da sobreposição espacial desses elementos. Em outra etapa, se realizará transectos de 60 x 5m em áreas com diferentes graus de ocupação de jaqueira e em diferentes porções da paisagem. Como resultado, esperamos poder compreender melhor a intensidade do uso da Floresta da Tijuca ao longo dos anos e interpretar o papel da jaqueira como produto de uma relação entre cultura e floresta, observando como ela se especializa, decifrando o seu papel constituinte nesses novos ecossistemas.

Palavras-chave: Sistemas Socioecológicos, *Artocarpus heterophyllus*, ecossistemas emergentes, florestas urbanas.

“De uma erva só se enfada o Gado”: introdução de gramíneas africanas no Vale do Paraíba, uma perspectiva espacial

Lucas Brasil

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
LaBEH – Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica

O Vale do rio Paraíba do Sul figura como palco de uma das maiores e mais velozes produções de riqueza no Brasil colonial e de uma das transformações mais radicais do bioma Mata Atlântica. No processo de expansão da ocupação, a distribuição na paisagem das atividades econômicas como agricultura de gêneros alimentícios, pastos e lavouras de café era influenciada por fatores de ordem econômica, mas também físico-ecológica, como altitude, tipos de solo, proximidade de cursos hídricos, etc. A introdução e dispersão pelo vale de gramíneas africanas (capim-gordura, *Melinis minutiflora*; capim-jaraguá, *Hyparrhenia rufa*, etc) para dar suporte à criação de animais ocorreu concomitantemente à expansão da fronteira agrícola para implementação de café. A narrativa dominante da chegada das gramíneas no Novo Mundo é de introduções acidentais. Porém existem componentes ecológicos, econômicos e culturais que podem auxiliar na compreensão do estabelecimento de capins africanos no Brasil. A demanda de gado para abastecimento interno e a baixa palatabilidade das gramíneas nativas do bioma Mata Atlântica são motivações suficientemente fortes para que houvesse mais interesse e planejamento envolvidos no processo de sua introdução do que o mero acaso comumente evocado. Corroborando com a perspectiva adotada por Judith Carney, busca-se romper com uma visão colonizada em que os africanos escravizados são retratados como mera mão de obra forçada, ocultando as contribuições oriundas do continente africano. Neste sentido, a introdução, aclimação e dispersão de gramíneas africanas dependeu do conhecimento gerado por estes povos ao longo de séculos. Quando as lavouras de café atingiam a precoce senescência eram abandonadas, e os fazendeiros rumavam para novas terras, deixando para trás terrenos depauperados que logo foram colonizados por tais gramíneas africanas. Desta forma a existência destas espécies propiciou a conversão das referidas terras em vastas áreas de pastagem, presentes em grande parte até os dias atuais. Assim, busca-se incorporar a contribuição africana na paisagem, compreendendo a presença destes capins como um legado indireto da transferência forçada de centenas de milhares de africanos para o Brasil. Para compreender a distribuição destas gramíneas na paisagem do Vale do Paraíba do Sul do século XIX são utilizados diferentes métodos, como: análise de documentos históricos; georreferenciamento de mapas históricos; e modelagem de áreas potenciais para lavoura cafeeira, de gêneros alimentícios e de pastos em ambiente SIG com base em manuais agrícolas do século XIX. Para compreensão da evolução das áreas de pastagem através do tempo, serão gerados mapas de uso do solo a partir de ortofotos e imagens de satélite. Para identificar os legados desta introdução, serão avaliados parâmetros físicos e biológicos das pastagens atuais, como compactação, teor de matéria orgânica e ocorrência de espécies em tais áreas. Desta forma, pretende-se construir uma geografia histórica de gramíneas africanas através do tempo, lançando um olhar mais complexo sobre a paisagem, incorporando os diferentes agentes na co-construção das paisagens, sejam eles humanos omitidos das histórias oficiais como os

africanos escravizados ou elementos não-humanos pouco abordados, como gramíneas provenientes do outro lado do Atlântico.

Palavras-chave: gramíneas; espécies exóticas; agência africana; paisagem; geografia histórica.

Quando a floresta fala e nós escutamos: a interconexão Ecologia – Espiritualidade e a manifestação religiosa do neoxamanismo no Rio de Janeiro

Marcelo Luiz Guedes Fonseca

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
LaBEH – Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica

Nos últimos 10 anos houve um crescimento dos grupos de Neoxamanismo urbano na cidade do Rio de Janeiro. Esses grupos trazem sua narrativa própria baseadas nos universos do xamanismo indígena, Norte Americano, Andino, Amazônico e de outras regiões do Brasil e do mundo. Essas narrativas associam-se a outras visões místicas e religiosas e manifestam-se, em sua maioria, nos entornos das Unidades de Conservação (UC'S) da cidade. Essas manifestações configuram-se como um novo movimento religioso onde a perspectiva fenomenológica se expressa na relação simbiótica entre ecologia (especialmente a floresta), religião, e espiritualidade. E para investigar essa nova perspectiva buscaremos desenvolver uma pesquisa qualitativa e descritiva, onde pautaremos nossos referenciais teóricos ancorados na compilação bibliográfica e análise das recentes relações entre ecologia e religião que é um campo novo acadêmico que entrecruza ecologia, religião, espiritualidade, tradições indígenas, de forma interdisciplinar, revelando como as tradições religiosas e espirituais se relacionam com as questões e prioridades ambientais contemporâneas. Estaremos pautados também, pelo campo da ecologia espiritual de Leslie Sponsel onde os pensamentos, ações, legados e os princípios holísticos anunciados nas tradições indígenas, fazem da ecologia espiritual uma realidade vibrante e viável, englobando ações, motivos, e atitudes que se fundamentam na visão animista da natureza muito característica das tradições indígenas. Os objetivos específicos são: a) Compreender como os praticantes percebem e usam a floresta para as suas práticas religiosas; b) Identificar onde se manifestam e como se organizam essas manifestações; c) Compreender a visão dos gestores públicos das UC'S sobre a presença dessas manifestações em seus entornos; d) Aprofundar o conhecimento e a prática no campo acadêmico da religião e da ecologia, em sua dimensão espiritual, e como as tradições religiosas ancestrais indígenas estabelecem uma relação contemporânea com as questões ambientais numa metrópole como o Rio de Janeiro. Assim pretendemos identificar, nessa fenomenologia religiosa, as implicações tanto para seus atores envolvidos e no relacionamento destes com os fenômenos ecológicos, manifesta na paisagem florestal da cidade, e com a gestão pública.

Palavras-chave: Relação Sociedade – Natureza, florestas urbanas.

Unidade Socioecológica da Paisagem: Uma Proposta Metodológica de Estudo Integrado da Paisagem

Maria Luciene da Silva Lima

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
LaBEH – Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica

A paisagem efetivamente é um fator de identidade, portanto, existem diversas perspectivas para estudo das paisagens. Seja qual for o enfoque, será sempre um desafio observar seus processos de transformação para pensar estratégias de atuação para sua gestão. A dinâmica de transformação das paisagens se desenvolve com muita rapidez, especialmente em tempos em que a tecnologia, o ritmo da vida e os valores culturais em estão em processo de aceleração. Nesse sentido, sempre haverá o tom da subjetividade em relação a paisagem. Contudo, reconhecer seu caráter histórico e atual, nos permite refletir sobre o futuro que desejamos ter sobre a utilização dos nossos recursos naturais e usufruto das paisagens. A presente pesquisa volta-se para um estudo integrado da paisagem a partir de diferentes gradientes da paisagem e partindo-se de uma concepção prévia de Unidades Socioecológicas da Paisagem (USEP). Unidades de Paisagem são comumente empregadas em metodologias aplicadas em diagnósticos de paisagem, ou estudos ambientais. Esses mapeamentos de Unidade de Paisagem, são compreendidos como ferramenta capaz de avaliar potencialidades e fragilidades para gestão territorial em diferentes escalas geográficas, para fins de reconhecimento dos seus valores culturais. Portanto, a Unidade Socioecológica da Paisagem (USEP) reproduz unidades representadas por feições ou características homogêneas a partir do uso e cobertura do solo, propriedades físicas, bióticas, sociais, de serviços ecossistêmicos, seus simbolismos culturais e identificação de jurisdição institucional ou ausência da mesma - pois entende-se que os instrumentos legais são participantes dos processos históricos e colaboram no grau de transformação da paisagem. Pressupõe-se como hipótese que tais delimitações permitiram uma compreensão da paisagem sob a ótica dos sistemas socioecológicos para entendimento das dinâmicas espaciais existentes nas áreas estudadas, podendo ser empregado em diagnósticos e monitoramentos ambientais voltados ao planejamento e gestão territorial. Esse diagnóstico seria uma síntese entre diferentes dimensões de paisagem, mas que ao serem integradas, podem fornecer informações para o reconhecimento delas a partir de suas características físicas, bióticas, culturais e sociais, e as interações de entorno. Nesse sentido, essa pesquisa busca responder essa questão, se fundamentando nas políticas de paisagem existentes, ou ausência das mesmas, para atender aos objetivos a seguir: 1) correlação de diferentes áreas geográficas em seus níveis de heterogeneidade/ fragmentação; 2) diagnósticos de paisagem como instrumentos de gestão territorial frente à expansão de projetos e intervenções na paisagem; e 3) elaboração de indicadores socioecológicos que possam instrumentalizar tal gestão territorial.

Palavras-chave: Ordenamento Territorial, Paisagem Cultural, Geoprocessamento.

Paisagem sagrada do refúgio de vida silvestre da serra da estrela: dimensão simbólica, valores e usos rituais da floresta

Thomaz de La Rocque Amadeo

Graduando em Geografia

Departamento de Geografia e Meio Ambiente - PUC-Rio
LaBEH – Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica

Nomear de Antropoceno o momento em que vivemos suscita a impossibilidade de pensar natureza sem sociedade e sociedade sem natureza. Nesse sentido, cada dia é mais importante refletir sobre a inserção das populações locais e de suas culturas dentro da lógica de gestão e da práxis das Unidades de Conservação (UC), sem que, no entanto, estes territórios deixem de cumprir sua função de conservação. Dentro deste grande escopo, ganha notoriedade o uso religioso de florestas que ocorrem dentro de UCs. É neste contexto que o presente trabalho busca investigar a relação, a percepção e cosmovisão ecológica da Umbanda, da Assembleia de Deus e da União do Vegetal com a floresta e os vestígios socioecológicos, oriundos do uso religioso das matas, impressos na paisagem do Refúgio de Vida Silvestre da Serra da Estrela (REVISEST). Para tal foram realizados campos exploratórios e conversas livres com praticantes e líderes das religiões supracitadas e com gestores de Unidades de Conservação. A partir de tais métodos busca-se compreender a relação entre a percepção simbólica que estes grupos culturais lançam sobre as matas e suas práticas religiosas nas florestas, destacando formas diferentes de perceber e lidar com o ambiente florestal e, em última análise, com a natureza. Nesse contexto, destaca-se o conceito de paisagem por conta de seu potencial de relacionar a dimensão material e a dimensão simbólica presente na área de estudo e pelo poder desta categoria nos revelar uma síntese da relação entre grupos culturais e, nesse caso, a floresta que os cerca. Como resultado das interações mata-culturas percebe-se uma paisagem florestal com a assinatura dos vestígios do uso sagrado desta floresta. Dentre estas marcas podem ser citadas a abertura de clareiras, a presença de fogueiras, a realização de oferendas e a preservação ou plantio de espécies de valor religioso, cada uma destas assinaturas recebendo seu próprio conjunto de significados. A partir de um olhar específico lançado por cada grupo sobre esta floresta diversos símbolos são percebidos. Por exemplo, a Umbanda vê nos rios e cachoeiras a morada de *Oxum* e nas matas a presença de *Ossaim*. Já os fiéis da Assembleia de Deus adentram estas matas pois nelas acreditam ter suas preces potencializadas por estar mais próximos à Deus ao subirem aos montes, como indicam passagens bíblicas. Por fim, os seguidores da União do Vegetal vêem o Mariri e a Chacrona como plantas sagradas. Para além disso, a existência de conflitos territoriais tanto entre os grupos religiosos entre si quanto entre estes e a gestão da REVISEST se anunciou com o desenvolvimento do trabalho. O choque entre gestão da área protegida e grupos religiosos se dá por conta de certas práticas consideradas ilegais dentro do território da Unidade de Conservação. Por conta disso, o presente estudo busca melhorar o diálogo entre grupos religiosos e a gestão da UC, gerando assim mais informação sobre o assunto. A partir disso, pode fomentar ricas informações para a elaboração do zoneamento que constará no futuro plano de manejo da REVISEST.

Palavras-chave: Paisagem simbólica, Relação religião-floresta, Naturezas-culturas.

Geografia Histórica dos Caminhos da Floresta da Tijuca: Um Subsídio para Compreensão das Dinâmicas Socioecológicas

Vicente Leal E. Fernandez

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
LaBEH – Laboratório de Biogeografia e Ecologia Histórica

A Mata Atlântica vem sendo manejada de diferentes formas e intensidades desde antes da chegada do colonizador europeu, sendo produto de uma longa história de interação entre sociedade e natureza. Essa histórica relação foi deixando marcas no interior da floresta que podem nos ajudar a compreender essa paisagem complexa, revelando múltiplas histórias, usos e significados. Nesse sentido, podemos dizer que a Floresta da Tijuca (RJ) é um exemplo dessa resultante dialética entre os seres humanos e a natureza. Na busca pelo entendimento de como ocorreu o processo de transformação dessa floresta recorreremos aos caminhos antigos inseridos nela, tendo em vista que os mesmos podem revelar aspectos importantes desse processo. Deste modo, ao compreendermos como a floresta chegou ao atual estágio poderemos fazer projeções futuras com maior precisão e, assim, auxiliar no manejo do Parque Nacional da Tijuca. Além disso, o reconhecimento dessa história e processo de transformação poderá valorizar o patrimônio histórico-cultural da floresta e seus caminhos, trazendo à tona a importância de grupos sociais deixados de lado pela historiografia tradicional. Levando esses aspectos em consideração, esta pesquisa tem como objetivo compreender o papel dos caminhos antigos no processo de transformação da paisagem na Floresta da Tijuca. Além disso, para suprir uma lacuna que a Geografia e os estudos de transformação da paisagem apresentam no que diz respeito a divulgação científica, será elaborada uma nova metodologia para que esses trabalhos possam aprimorar sua capacidade de disseminação do conhecimento científico. Nesse sentido, estão sendo realizada uma pesquisa bibliográfica no campo da Divulgação Científica, buscando ferramentas que possam ser aplicadas a essa nova metodologia. Com a intenção de conhecer a história da Floresta da Tijuca e seus caminhos antigos, está sendo feito um levantamento bibliográfico a partir da investigação de fontes primárias e secundárias referentes aos caminhos antigos e área de interesse. Ao mesmo tempo, estamos realizando um levantamento exploratório na área de estudo através de excursões de campo ao longo dos caminhos antigos e suas áreas do entorno, bem como ao longo de outros caminhos e trilhas secundárias para inventariar os vestígios humanos impressos na paisagem. Na tentativa de compreender a possível relação entre os caminhos antigos e a estrutura e composição da vegetação, estão sendo realizadas análises fitossociológicas de áreas próximas aos caminhos em questão. A partir do levantamento exploratório da área de estudo, está sendo feito um mapeamento dos pontos de interesse para que possamos compreender a distribuição espacial dos legados socioecológicos. Por último, estão sendo realizadas entrevistas à distância com frequentadores dos caminhos antigos no Parque Nacional da Tijuca para que possamos compreender melhor a dinâmica que estes caminhos têm dentro do funcionamento do parque. Até o momento foram inventariados 19 caminhos antigos, dos quais quatro apresentam calçamento de pedra, totalizando 549 metros. Com relação a outros legados socioecológicos, foram encontradas 354 carvoarias, que atestam que a floresta foi utilizada em algum momento como fonte energética, e 127

vestígios físicos de assentamentos humanos, como ruínas de casas, pontes e antigos aqueodutos e captações de água.

Palavras-chave: Interações sociedade – natureza, Mata Atlântica, História Ambiental, Paleoterritórios, Divulgação científica.

Fronteira e Biodiversidade: estudos interdisciplinares no Laboratório de História Ambiental dos Cerrados

Sandro Dutra e Silva

Universidade Estadual de Goiás e Centro Universitário de Anápolis

O Laboratório de História Ambiental dos Cerrados (LAHAC) está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente do Centro Universitário de Anápolis (Mestrado e Doutorado em Ciências Ambientais). O LAHAC tem como missão desenvolver pesquisas em história ambiental, cumprindo o caráter transdisciplinar que rege esse campo historiográfico, comprometido com a racionalidade e a epistemologia ambiental. Nesse sentido, o Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, por meio desse laboratório, cumpre um papel fundamental no debate transdisciplinar envolvendo as humanidades e as demais disciplinas envolvidas no debate ambiental. O LAHAC tem como visão ampliar os estudos históricos ambientais no diálogo com outras disciplinas, buscando reforçar os pressupostos históricos e as suas complexidades na construção do conhecimento e saber ambiental. Para tanto, no âmbito do LAHAC desenvolvemos pesquisas, ministramos cursos e disciplinas, realizamos atividades extensionistas relacionadas com sua missão e visão institucional. Participam do LAHAC professores de diferentes áreas do conhecimento envolvidos nos estudos históricos ambientais dos Cerrados, além de pesquisadores de iniciação científica, mestrandos, doutorandos e outros pesquisadores que desenvolvem estágio de pós-doutoramento. O LAHAC defende que a diversidade é um dos elementos fundamentais na produção do conhecimento, favorecendo a construção de um espaço coletivo para o desenvolvimento da racionalidade ambiental. O LAHAC também procura compreender os Cerrados a partir das suas particularidades históricas, que consideramos a partir do contato com outras ciências como a geologia, arqueologia, ecologia e outras áreas da humanidade. Por isso, consideramos fundamentais o debate sobre a concepção histórica dessa formação biogeográfica, considerada, atualmente, pela visão dominante dos biomas. Consideramos o uso dessa categoria (cerrados), também, por não assumir a reprodução de visão dominante e oficial dos biomas, mas por reforçar a necessidade política do conhecimento em lutar contra modelos reprodutores de considerar as complexas relações entre sociedade e natureza no Brasil. A apresentação do LAHAC no contexto dos laboratórios de história ambiental no Brasil tem por intenção apresentar um balanço das atividades e pesquisas desenvolvidas. De forma geral, os estudos desenvolvidos no LAHAC têm privilegiado contextos históricos relacionados à expansão das fronteiras e seus contatos com a biodiversidade e os recursos naturais dos cerrados.

Palavras-chave: História Ambiental, Cerrado, Fronteira, Biodiversidade, Recursos Naturais.

Uma História sujeita às águas e aos pirarucus mortos? Especulações não-humanistas por meio de imagens fotográficas e em movimento

André Vasques Vital

Centro Universitário de Anápolis, Goiás

Sandro Dutra e Silva

Universidade Estadual de Goiás e Centro Universitário de Anápolis

A presente comunicação realiza um breve balanço dos trabalhos realizados em quatro anos de pós-doutorado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente (PPGSTMA) e do Laboratório de História Ambiental do Cerrado – LAHAC. Esses quatro anos caracterizam-se pela execução de dois projetos paralelos que se complementam na busca por uma escrita da História que inclua as águas e demais entidades não-humanas como agentes ativos na constituição do passado. Segue-se o ingresso dos não-humanos com a sua presença e materialidade nos acontecimentos do passado por meio das surpresas, das seduições, dos limites, das ansiedades, dos constrangimentos e de outros efeitos que emergem mundo afora. Para tanto, esses trabalhos afastam-se, assim, do correlacionismo: a ideia de que só é possível compreender a atuação de um objeto (ou coisa) na correlação com as representações de um sujeito. O primeiro desses projetos parte da análise de fotografias de pirarucus mortos, em diferentes estados de decomposição nas margens do rio Araguaia, tiradas e publicadas em revistas e livros entre os anos de 1917 e 1950. Da disposição dos cursos fluviais no estado de Goiás emergiu a ideia do Planalto Central do Brasil como “fronteiras das águas” já no século XVIII, por ser local das nascentes dos rios que compõem as principais bacias hidrográficas do Brasil (Tocantins-Araguaia, São Francisco e Paraná). A disposição hidrográfica associada a quantidade e tamanho dos pirarucus (*Arapaima gigas*) capturados no rio Araguaia geravam forte expectativa entre as elites goianas sobre a possibilidade de implantação de uma indústria pesqueira no estado, especialmente ligada a exploração desse peixe. A contingente proliferação de animais mortos e suas ossadas, tanto nas margens do rio Araguaia, quanto em fotografias publicadas, geraram diferentes sentimentos entre as elites locais, que iram desde a euforia pelos possíveis ganhos econômicos até o temor de extinção da fauna aquática, gerando intensas controvérsias ao longo do século XX. Nesse projeto, busca-se seguir a participação dos pirarucus mortos na constituição desses debates. O segundo projeto, por outro lado, segue um objetivo de caráter teórico. Busca-se a partir de séries de animação de fantasia e ficção científica, bem como clipes de música, responder o que são as águas por meio de suas diferentes manifestações no tempo e na sua própria constituição. A forma como as águas emergem nessas imagens em movimento são tratadas como especulações sobre a sua fisicalidade e presença no universo. Por meio dessa análise, busca-se formas alternativas de compreender o tempo e a própria noção de agência histórica. Esse segundo projeto funciona como um campo de experimentações de uma história não-humanista (sem o caráter teleológico sugerido pela noção de pós-humanismo), que sirva de base para o primeiro projeto e outros trabalhos futuros.

Palavras-chave: Águas, *Arapaima gigas* (Pirarucu), Agência dos Não-Humanos, Cerrado.

Miracle or Scientific Food Production? Desafios e complexidades da história do desenvolvimento agrônomo da soja nos Cerrados

Cassiano Brito Rocha

Universidade Estadual de Goiás

Sandro Dutra e Silva

Universidade Estadual de Goiás e Centro Universitário de Anápolis

Até o início da década de 1950, os Cerrados, uma área que ocupa cerca de 22% do território brasileiro, era visto como de pouca utilidade agrícola. Havia uma apenas uma produção muito incipiente nas proximidades dos riachos. Contudo, no contexto da “Grande Aceleração”, um tipo de agricultura ganha impulso a *Scientific Food Production* para suprir a demanda mundial por alimentos. Em um período de 40 anos este modelo de agricultura foi capaz de reduzir a fome no mundo de 60% para 17% em 2000. O Cerrado antes considerado improdutivo, passou a ser uma das áreas mais produtivas do Mundo, e a Soja ocupa um papel central na constituição deste cenário. Contudo, o “Milagre” dos Cerrados, não é fruto de um processo inexplicável pelas leis naturais, ao contrário ele se explica pela *Scientific Food Production* e de uma forma bem específica pelo trabalho da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. O trabalho procura se fundamentar em fontes coletadas em arquivos da Embrapa e também na *Rockefeller Archive Center*, bem como em outros dados de fontes secundárias relativas à produção da soja no Brasil.

Palavras-chave: Cerrado, Soja, Desenvolvimento Agrônomo, Embrapa.

A fronteira agrícola nos cerrados: o papel institucional da EMBRAPA para as pesquisas agronômicas sobre a baixa fertilidade do solo (1975-1995)

Kárita de Jesus Boaventura
Universidade Estadual de Goiás

Sandro Dutra e Silva
Universidade Estadual de Goiás e Centro Universitário de Anápolis

A história da intervenção agrícola sobre a extensa área que atualmente denominamos como “bioma Cerrado” foi possível apenas a partir da confluência de diversos projetos e agências públicas e privadas, aproximando diferentes áreas do conhecimento como agronomia, economia, ciências ambientais, entre outras, ao longo de décadas. O maior desafio para este empreendimento girou em torno de converter grandes áreas de solos “naturalmente” inférteis em aptos para a agricultura em larga escala. Um dos pontos decisivos para a “conquista dos Cerrados”, como os defensores do agronegócio em larga escala se referem a este processo histórico, reside na criação da Embrapa e, mais especificamente, em uma de suas unidades, a CPAC. Nesta perspectiva, a instituição coordenou a dinâmica de pesquisas em fertilidade dos solos de cerrados desde meados da década de 1970, promovendo um importante avanço científico sobre a produtividade agrícola do Brasil. Esse trabalho procura, a partir de um olhar historiográfico, analisar fontes privilegiadas para uma história ambiental dos cerrados, como os relatórios da Embrapa CPAC, produzidos entre 1975 e 1995. Esses documentos apresentam uma importante contribuição sobre os estudos científicos sobre os solos e a ecologia dos cerrados e, em última instância, sobre a própria construção da ideia dos cerrados com uma potencial fronteira agrícola.

Palavras-chave: Desenvolvimento Agrônomo, Embrapa, Cerrado, Fronteira Agrícola, Solos.

André Rebouças e as raízes históricas do Parque Nacional do Araguaia

Márcia Helena Lopes

Centro Universitário de Anápolis

Sandro Dutra e Silva

Universidade Estadual de Goiás e Centro Universitário de Anápolis

Existe um consenso na história dos parques nacionais brasileiros de que a primeira proposta para a criação de uma unidade de conservação dessa categoria no território nacional remonta ao período do Segundo Império, e foi defendida pelo engenheiro André Pinto Rebouças no ensaio “Excursão ao Salto do Guayra”, escrito em 1876 e publicado em 1898 na revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). A pesquisa, “André Rebouças e as raízes históricas do Parque Nacional do Araguaia”, explora a relação entre a representação do mundo natural e as ideias iniciais sobre a criação de um parque nacional para a proteção da flora e da fauna da ilha do Bananal. Neste trabalho, analiso o ensaio inaugural sobre parques nacionais no país em conexão com trabalhos bibliográficos sobre o pensamento de seu autor, André Pinto Rebouças. A sugestão apresentada por Rebouças tornou-se a principal referência sobre a gênese da ideia de parques nacionais no país, de tal sorte que a maior parte dos estudos sobre o assunto enfatizam o seu caráter visionário. Considero que esse é um texto relevante, menos pela questão da origem do movimento em prol dos parques brasileiros, o qual efetivamente surgiu anos mais tarde, e mais pelas possibilidades que oferece para a compreensão das ideias elucubradas pelo intelectual quanto ao papel dos parques nacionais na construção de uma nação moderna.

Palavras-chave: Desenvolvimento Agrônomo, Embrapa, Cerrado, Fronteira Agrícola, Solos.

Ciência, História e Meio Ambiente: os microrganismos e o desenvolvimento agrônomo no Cerrado Brasileiro

Sandro Dutra e Silva

Universidade Estadual de Goiás e Centro Universitário de Anápolis

Jadson Belém de Moura

Centro Universitário de Anápolis e Faculdade Evangélica de Goianésia/FACEG

O processo de expansão da fronteira agrícola no bioma Cerrado apresenta momentos históricos distintos e com a ocupação de áreas com características fitogeográficas e edáficas distintas. Entre as décadas de 1930 a 1950, a principal região do Cerrado no Brasil Central para a expansão da agricultura era a área de floresta tropical conhecida na época com Mato Grosso de Goiás. Além da distinção florística, o Mato Grosso de Goiás era caracterizado pela qualidade edáfica, com solos de “terra roxa”, hoje classificados como Nitossolos, e que favoreciam a expansão de culturas como café e arroz. A partir da década de 1970, sobretudo a partir da criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), novos estudos passaram a considerar os solos das formações florestais das savanas brasileiras, considerados ácidos e de baixa fertilidade. Dentre os estudos para o melhoramento agrícola nas áreas de cerrados, destacaram-se as pesquisas relacionadas aos microrganismos promotores de crescimento vegetal e a importância destes para a ecologia do Cerrado. Estes microrganismos desempenham funções imprescindíveis na manutenção de ecossistemas naturais. Eles possuem a capacidade de nutrir a planta e auxiliá-la na absorção de água, e são fundamentais no estabelecimento de plantas em áreas onde o solo é pouco fértil, como no caso dos Latossolos, que representam 80% dos solos de Cerrado. Pesquisas da Embrapa vem utilizando bactérias que suprem toda a necessidade de nitrogênio das culturas, como a soja por exemplo, economizando cerca de 9 bilhões de dólares todos os anos em adubação, além do enorme benefício ambiental da redução da utilização de nitratos, um elemento tóxico que pode contaminar corpos hídricos. A atuação de microrganismos pode reduzir gastos com nitrogênio, fósforo e irrigação, além de reduzir a emissão de gases do efeito estufa na agricultura de maneira sustentável e ecológica. Assim, esse trabalho propõe apresentar os microrganismos como agentes históricos na compreensão dos cerrados como fronteira agrícola, e ao mesmo tempo, como indicadores para a conservação desse ameaçado bioma.

Palavras-chave: História Ambiental, Cerrado, Microrganismos, Biodiversidade, Agronomia.

Viagens científicas e o conhecimento da fauna e flora do Mato Grosso de Goiás

Vivian da Silva Braz

Centro Universitário de Anápolis

Sandro Dutra e Silva

Universidade Estadual de Goiás e Centro Universitário de Anápolis

A região conhecida como Mato Grosso de Goiás compreendia uma grande área florestal, inserida no bioma Cerrado no centro-sul do estado de Goiás, Brasil. Este ecossistema foi intensamente ocupado por atividades agropecuárias em meados século XX no contexto das políticas de interiorização do Brasil, e dessa paisagem atualmente restam poucos fragmentos. Devido à exuberância da floresta e ao acesso por caminhos existentes desde o período colonial essa região foi alvo de interesse de naturalistas desde o início do século XIX, como Auguste de Saint-Hilaire e Emmanuel Pohl. Por ali passaram ainda Johan Natterer em 1893 e mais recentemente em 1934 uma expedição do Museu Paulista, liderada pelo ornitólogo Olivério Pinto. As observações e resultados das expedições revelam uma região peculiar e particularmente rica, com uma grande diversidade de flora e fauna. A documentação da diversidade ali existente é uma forma de compreender os processos de desmatamento e de transformação ambiental dessa região.

Palavras-chave: Ornitologia, História Ambiental, Cerrado, Fronteira, Biodiversidade

Laboratório de História Ambiental e Estudos de Comunidade (LHA)

Jo Klanovicz (Coordenador)

Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), Guarapuava, Paraná

O LHA (<https://lhaunicentro.wordpress.com/sobre/>) foi criado na Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro), em Guarapuava, Paraná, em 2011. De início sua denominação era Laboratório de História Ambiental e Gênero, que foi reformulada em 2017. A proposta era aproximar dois grupos de pesquisa, um ligado à história ambiental e outro ligado aos estudos de gênero, com o objetivo de nuclear investigações em ambas as áreas e fomentar pesquisas que também aproximassem as duas áreas. Na medida em que foi se consolidando como espaço de articulação de saberes em torno de história ambiental, vinculou-se fortemente ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário (PPGDC), passando a congregar um número cada vez maior de doutorandos(as), mestrandos(as) e estudantes desenvolvendo iniciação científica. Nesse sentido, além de conectar pesquisas de história ambiental e estudos de gênero, passou também a discutir esses dois campos em relação aos estudos de comunidade. O LHA reúne atividades do Grupo de Pesquisa Envirotech History, and Community Studies, e entende história ambiental como estudo das relações entre humanos e não humanos no passado e toma ambiente como uma categoria que sintetiza as dimensões natural e construída do mundo palpável. As linhas de pesquisa atualmente articuladas no laboratório são: Teoria e Metodologia de História Ambiental e Estudos de Comunidade; História Ambiental, Desastres e Estudos de Comunidade, e História Ambiental, Ciência e Natureza no Antropoceno. O LHA apresenta uma estrutura física que reúne a Biblioteca Lucas Mores de História Ambiental, arquivo de fontes de pesquisa e uma hemeroteca e oferece atividades regulares de extensão e de ensino, especialmente no PPGDC, com disciplinas no mestrado e no doutorado e faz parte da estrutura multiusuária de pesquisa da universidade. Abordagens interdisciplinares fundamentam as investigações demais atividades do LHA, que, além de profissionais de História também é habitado atualmente por profissionais do Direito, Psicologia, Nutrição, Agronomia, Segurança Pública, Letras e Biologia.

Palavras-chaves: história ambiental, interdisciplinaridade, Paraná.

Corpo sob controle: gênero nos discursos regulatórios nas dietas para homens e mulheres

Ana Clara Gaeta Hipolito da Silva

Graduando em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

(E-mail: anaclaragaetahipolitodasilva@gmail.com)

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (orientadora)

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento

Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Este projeto de Iniciação Científica, em estágio inicial, tem dois objetivos: traçar as diferentes abordagens que os livros de dieta têm para mulheres e homens, examinando se reforçam ou criam estereótipos para cada gênero no Brasil, e mapear as justificativas para o uso de dietas apenas estéticas (ou seja, que estão voltadas à força, à magreza como símbolos de saúde). A pesquisa será realizada considerando análise do conteúdo das fontes de pesquisa, que são os livros, e do discurso construído nessas publicações. Os livros apresentam grande disparidade nas dietas recomendadas para esses gêneros, corroborando estereótipos para ‘machos’ e ‘fêmeas’, dessa forma sendo mais uma das diversas amarras que prendem esses indivíduos de forma subjetiva e objetiva. A investigação busca aproximar Estudo de Gênero, Corpo e História Cultural na problematização das obras. O recorte temporal será de 1980-2010. A pesquisa integra o projeto *A Era das Dietas*, desenvolvido na Unicentro.

Palavras-chaves: corpo, gênero, dietas, ambiente.

Antropoceno e ativismo na Grande Aceleração: os movimentos juvenis globais de identificação com o ambientalismo

Bianca Rocha Barreto

Graduanda em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)
Bolsista do Programa de Iniciação Científica CNPq (brbarreto05@gmail.com)

Jo Klanovicz (orientador)

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Esta pesquisa de Iniciação Científica realizada entre 2019 e 2020 versou sobre ativismo ambientalista jovem durante a Grande Aceleração do Antropoceno, a partir de uma leitura que envolveu história ambiental e história cultural. Ao longo da pesquisa, e com base na discussão recente sobre cidadania ambiental, fomos prestando atenção no protagonismo que esse novo ambientalismo, de caráter eminentemente juvenil, veio a ter no século XIX, personificado na ambientalista sueca Greta Thunberg. A investigação teve um percurso pautado por levantamento bibliográfico e webgráfico com relação à discussão ampla sobre Antropoceno, Grande Aceleração e Cidadania Ambiental contemporâneas, e entre seus desdobramentos enveredou para a leitura em torno da trajetória de Greta Thunberg e os embates entre ambientalismo na web e os ataques que esse movimento tem recebido nos espaços virtuais.

Palavras-chaves: história ambiental, ambientalismo jovem, Grande Aceleração.

O ódio a Greta Thunberg e ao ambientalismo nas redes online: notas para um estudo de gênero e história ambiental cultural no Brasil

Bianca Rocha Barreto

Graduanda em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)
Bolsista do Programa de Iniciação Científica CNPq (brbarreto05@gmail.com)

Jo Klanovicz (orientador)

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Esta pesquisa de Iniciação Científica, em caráter embrionário, busca analisar os embates sobre ambientalismo jovens e cidadania ambiental na internet, interseccionando misoginia, violência de gênero, negacionismo climático e etarismo, por meio do mapeamento de discursos brasileiros de ódio contra a ambientalista sueca Greta Thunberg de 2018 a 2020. O acirramento político em torno do Acordo de Paris (2015) e a COP24 (Polônia, 2018) tem construído tensões na ecopolítica global e a emergência de novas cidadanias ambientais encontra em movimentos juvenis uma das formas mais articuladas de pressão pública em torno das questões climáticas, como é o caso de Fridays for Future e X-Rebellion, e Greta Thunberg figura, nesse sentido, como personificação e voz autorizada desses grupos. Dados já levantados permitem perceber, no Brasil, dimensões hierarquizantes e assimétricas nas vozes contra o ambientalismo, na sua maioria masculinas, e uma nova onda de ambientalismo feminino e juvenil. Nesse sentido, uma leitura que articula estudos de gênero e de juventude e história ambiental cultural permite aprofundar a problematização das críticas em torno desse ambientalismo e sua importância na história contemporânea. A investigação começa a ser realizada a partir da constituição de um corpus documental de posts em redes sociais como Twitter e aplicação de tracking de grupos envolvidos nesses embates.

Palavras-chaves: antiambientalismo, Greta Thunberg, internet.

Carne na Grande Aceleração: a criação de gado nas revistas rurais brasileiras (1985-2015)

Ellem Nataly Tratch Carriel

Graduanda em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

E-mail: ellemnathaly@gmail.com

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (orientadora)

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Esta pesquisa de iniciação científica, em estágio inicial, está ligada à análise de revistas rurais brasileiras que foram publicizando e disseminando práticas de criação de gado no Brasil, com vistas a buscar como e em que momento a pecuária foi sendo articulada à ideia de que proteínas de origem animal seriam fundamentais para o incremento do mercado interno e externo. Busca, também, discutir as diferentes estratégias propostas pelas revistas para expandir a atividade na história contemporânea do país. A produção de gado no Brasil está intimamente ligada às mudanças de padrão de produção e consumo que tomaram conta do país no período da Grande Aceleração, mas especialmente no final do século XX, com pressões socioambientais significativas.

Palavras-chaves: Pecuária, Brasil, consumo de carne.

A Polícia Militar do Paraná frente a desastres socioambientais: estratégias e limites para o desenvolvimento comunitário ambiental

Fabio Antonio Matucheski Zarpelon

Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Jo Klanovicz (orientador)

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Nesta pesquisa de mestrado busco discutir o papel da Polícia Militar do Estado do Paraná na construção de estratégias de mitigação de riscos socioambientais no âmbito de barragens presentes no estado do Paraná. O tema faz parte de uma pesquisa em nível de mestrado no âmbito de um programa interdisciplinar que tem como preocupação a aproximação entre algumas questões de história ambiental e desenvolvimento comunitário. Analiso esse tema considerando a Usina Hidrelétrica Governador Bento Munhoz da Rocha Netto – Foz do Areia, considerando-a como uma consequência da modernização dos riscos no Antropoceno e como produto natucultural.

Palavras-chaves: história ambiental, desastres, defesa civil, desenvolvimento comunitário.

A soja no Cone sul: uma história ambiental global

Jo Klanovicz (coordenador)

Docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

(jo@unicentro.br)/Bolsista Pq2-CNPq

Este projeto compara os processos de expansão do cultivo de soja (*Glycine max.*) no Brasil, no Paraguai e na Argentina, levando em conta a própria conceituação da monocultura em termos de história ambiental (plantations), os processos de instalação de projetos agrícolas de grande escala, seus impactos socioculturais e ambientais, as formas de apropriação e construção de discursos científicos e não científicos sobre elas, o papel da tecnologia na sociedade, os discursos de ‘correção da natureza’ na paisagem transformada e o uso de tecnologias de força bruta no processo de industrialização da sojicultura na região desde a segunda metade do século XX. A investigação considera uma abordagem de *envirotech history* nas quais trabalhos de fronteira são estabelecidos entre humanos e não humanos, tendo a soja como vetor de leitura das relações tecidas entre estados, mundo natural e demais envolvidos na cadeia da commodity e na constituição da agropaisagem sojícola. Interessa, também, perceber os processos de ‘sojização’ de práticas agrícolas. O projeto tem apoio da Fundação Araucária de Apoio à Pesquisa Científica do Estado do Paraná, conta com equipe internacional e tem vigência de 2017 a 2022.

Palavras-chaves: monoculturas, sojicultura, história global.

Histórias ambientais globais das plantations na Grande Aceleração

Jo Klanovicz (jo@unicentro.br)

Docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Esta pesquisa tem apoio do CNPq na forma de Bolsa Pq2.

Esta pesquisa tem dois objetivos. O primeiro é redelimitar e expandir investigação em curso sobre história comparada do cultivo de soja no Brasil e nos EUA, para uma história ambiental global das monoculturas da soja e da fruticultura de clima temperado no Antropoceno (especificamente na Grande Aceleração). O segundo é discutir a História Global como perspectiva do fazer historiográfico e suas implicações para a prática de pesquisa na História Ambiental das commodities agrícolas desde a segunda metade do século XX. A História Ambiental da circulação de plantas é interessante para a reflexão sobre a forma como construímos narrativas de distribuição e de relações ecológicas em deslocamentos que variam no tempo e no espaço, e que, em última instância, servem para refletir sobre escalas e escopos da pesquisa histórica. Recentemente, uma das áreas de interesse da História Ambiental tem sido a globalidade de algumas plantas em detrimento de plantas não globais. Nesse sentido, pretendo discutir as atividades agrícolas monocultoras como fenômeno de História Global, entendendo-as como vetor para a ampliação da escala histórica que pode fornecer o substrato para a reinvenção ou para o surgimento de novas questões acerca dos processos de planejamento que envolvem a circulação de conhecimentos, de artefatos, de habilidades necessárias ao cultivo, de poder e de agentes ecológicos. A monocultura na perspectiva de uma história ambiental é vetor para a problematização da História Global e de suas implicações, diálogos, encontros e desencontros com a História Ambiental, permitindo muitas entradas para a problematização de seu estatuto nas pesquisas históricas interessadas nos mundos da agricultura. Ao se falar em História Global é necessário pensar a história como um problema de perspectiva por meio da qual fenômenos que uma vez foram pensados como particularizados e desconectados entre si agora escapam de prisões interpretativas lococêntricas. É esse desenvolvimento recente da perspectiva histórica global e da sua relação com a História Ambiental que pretendo trabalhar. Na Grande Aceleração, a agricultura em regime de monocultura é fenômeno global, em termos biológicos, econômicos, sociais, culturais e políticos, e diversos autores observam que a plantation está intimamente ligada à história moderna e contemporânea, no sentido de ser um dos primeiros espaços ocidentais de prevalência de sistematização, racionalização, quantificação, mensuração e domínio, imitação da natureza. No período em foco, a agricultura em regime de monoculturas representa desafio para a pesquisa em História Ambiental e, especialmente, serve como vetor tanto para o entendimento histórico das interações entre humanos e não humanos bem como para provocar a discussão sobre o fazer historiográfico quando se pratica História Ambiental em conexão com História Global a partir de uma leitura que dê atenção aos impactos interrelacionados do consumo e da produção na era moderna, à natureza complexa da distribuição de alimentos, patógenos, conhecimentos, às consequências ecológicas da pesquisa agrícola, aos debates internacionais sobre o impacto de estados, de empresas, de organizações não governamentais nos ciclos ecológicos, nas políticas de água e de solo, no encorajamento de alguns modelos de produção e distribuição de commodities em detrimento de outros.

Palavras-chaves: história agroambiental, história global, monoculturas.

A condição mais que humana no Antropoceno: oportunidades e limites teórico-metodológicos da história ambiental entre narrativas de extinções, de bem-viver, de refúgio e vulnerabilidade

Jo Klanovicz (coordenador)

Docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Este projeto guarda-chuva busca mapear e discutir temas ambientais contemporâneos como extinção, especismos, refúgio, tempo profundo, pandemias e novas temporalidades por públicos diversos, bem como refletir sobre a construção de novas narrativas que consideram o Antropoceno como noção estruturante de mundo e das relações interespecie. Para isso, o projeto abriga discussão conceitual em torno de História Ambiental, do Antropoceno e da Grande Aceleração, da extinção e da condição mais-que-humana com bases articuladoras de recentes compreensões de mundo, em fontes primárias e secundárias que dão discursividade e performatizam esses conceitos. O projeto abriga dimensões investigativas e formativas, envolvendo equipe de estudantes de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado, do Laboratório de História Ambiental e Estudos de Comunidade, da Unicentro. O projeto está vigente entre 2019 e 2025.

Palavras-chaves: condição mais-que-humana, teoria e metodologia da história, história ambiental.

A era das dietas: corpo, gênero e história ambiental

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz

Docente da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

(lucianarfk@gmail.com)

Esta comunicação articula a emergência de dietas para o que denomino de “corpos (in)satisfeitos” em meio à Grande Aceleração da produção de alimentos entre norte e sul globais, com ênfase no Brasil. Os “corpos do Antropoceno” são microbiomas que passaram a conviver, a partir dos anos 1950, com a oferta cada vez maior de alimentos, com implicações ecológicas amplas até para a formulação de desejos. A pesquisa aproxima gênero e história ambiental, considerando as relações que homens e mulheres estabelecem com seus corpos frente à emergência de inúmeras dietas ligadas à massificação da busca por corpos saudáveis. Esses corpos têm sido historicamente construídos nas relações entre sociedade e mundo natural, nas concepções de indústria alimentícia e que interferem no estabelecimento, inclusive, de novas paisagens agrícolas. Para isso, tenho articulado diferentes fontes e mapeado dietas que se tornaram um gênero literário de bastante comercialização desde os anos 1980 até 2010, em nível global. Neles, tenho identificado quais dietas e alimentos de origem vegetal e animal vieram a se tornar alvos de publicidade e de reforço na busca por corpos modernos, bem como quais os impactos dessas produções culturais sobre a mudança de hábitos alimentares e de processos socioambientais mais amplos. O projeto está vigente de 2018 a 2025.

Palavras-chaves: gênero, história ambiental, corpos, dietas.

A era das proteínas: o corpo na emergência das dietas desde Atkins às ‘dietas da carne’

Marilia Guedes Domingos

Graduanda em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

E-mail: maryyguedes@hotmail.com

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (orientadora)

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento

Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Nesta pesquisa de iniciação científica em estágio embrionário, buscamos mapear os discursos que colocam a proteína animal como solução definitiva para dietas voltadas à boa forma e ao emagrecimento. Buscamos, também, observar como são construídos argumentos contrários e favoráveis ao uso predominante de proteínas na alimentação humana em detrimento de outras bases alimentares como carboidratos. Para isso, buscamos analisar livros de dietas que têm como centro o consumo de carnes e que têm circulado no Brasil especialmente desde os anos 2000. A pesquisa integra o projeto *A Era das Dietas*, desenvolvido na Unicentro.

Palavras-chaves: dietas, corpos, proteínas.

Ativismo ambiental jovem e a identificação com o ambientalismo na internet: a perspectiva regional do Paraná entre 2000 e 2018

Marine Javolski Dias

Graduanda em Biologia, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)
Bolsista do Programa de Iniciação Científica CNPq (marinej.dias@gmail.com)

Jo Klanovicz (orientador)

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento
Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Esta pesquisa de iniciação científica realizada entre 2019 e 2020 sobre ativismo jovem e identificação com o ambientalismo na internet em dimensão regional no Paraná adotou enfoque teórico-metodológico que relacionou História Ambiental e Educação Ambiental, observando as publicações juvenis que versam sobre questões ambientais em âmbito escolar no estado. Observa-se que, no âmbito da Educação Ambiental, falta de tempo, pouca informação ou pouco interesse em trabalhar com tema, porque ainda está estabelecido como transversal, faz com que estudantes não tenham muita adesão escolar, porém têm discutido essas questões de maneira mais ampla em redes sociais ou outros locais virtuais.

Palavras-chaves: educação ambiental, ambientalismo juvenil, Paraná.

Covid-19 no Paraná: mapeamento de discursos e estratégias municipais de encontro com uma pandemia (2019)

Marine Javolski Dias

Graduanda em Biologia, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)
Bolsista do Programa de Iniciação Científica CNPq (marinej.dias@gmail.com)

Jo Klanovicz (orientador)

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Esta pesquisa de iniciação científica, em estágio embrionário, busca mapear em publicações oficiais municipais do estado do Paraná (399 municípios) discursos que articulam estratégias em relação ao aparecimento da Covid-19 no estado do Paraná. Utiliza-se, para isso, uma metodologia de tracking documental na internet, para depois comparar produções discursivas e tomadas de decisões públicas em torno da pandemia. Esse mapeamento será cotejado com uma discussão mais ampla sobre epidemias e pandemias na história e no debate ecológico que aproxima História e Ciências Biológicas.

Palavras-chaves: Covid-19, Paraná, ecológica.

Em busca de uma nutrição ambientalmente orientada: dilemas e alternativas alimentares à Grande Aceleração no sul do Brasil

Marta Nichelle do Amaral

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)
E-mail: marta.nichelle@gmail.com

Jo Klanovicz (orientador)

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Entre os padrões de produção e consumo de alimentos na sociedade brasileira desde a segunda metade do século XX, a modernização agropecuária caminhou de mãos dadas com processos mais amplos de industrialização, urbanização e migrações internas. A alimentação passou por importantes transformações quando se pensa na busca, oferta e disponibilidade de produtos, bem como do surgimento de novas formas de aquisição, como é o caso de supermercados. Na virada do século XX para o XXI, ela também viu-se incorporada em debates mais amplos, tais como os que pautaram a busca por segurança alimentar e nutricional, mas que também aparecem na constituição de movimentos políticos e éticos que se aproximam cada vez mais de discussões socioambientais vinculadas à busca de alternativas futuras de alimentação, mais sustentáveis e eticamente orientadas. O processo político de escolha do que comer, para uma parcela da humanidade que pode se orientar, insere-se a partir de novas relações de poder ligadas à ecopolitização da comida, e decisões em torno do que produzir, como produzir e como consumir alimentos têm impactos ambientais, acometendo o bem-estar de humanos e não-humanos. Desta forma, essas condições colocam o humano numa posição de refletir o quanto suas decisões influenciarão a vida individual e coletiva do planeta. A Nutrição, como campo de conhecimento, deslocou o olhar da simples maior produção e distribuição de alimentos para a discussão em torno da sustentabilidade alimentar ao longo do da segunda metade do século XX, mas ainda não construiu um arcabouço que rompa com a dimensão técnica do conhecimento para aderir a uma perspectiva mais ampla, politizada e eticizada do alimento. Nesse sentido, pretendo articular alimentação e nutrição aos estudos das humanidades ambientais, buscando defender a ideia de que uma leitura mais ampla em torno da alimentação na contemporaneidade prescinde do desenvolvimento do que chamamos de ‘nutrição ambientalmente orientada’. Para isso, esta investigação, desenvolvida no Doutorado do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, da Unicentro, analisa a (in)segurança alimentar, nutricional e ambiental no Sul do Brasil, considerando os processos de modernização de regimes alimentares que a região vem presenciando na Grande Aceleração e as alternativas que têm sido desenvolvidas para garantir novas ou diferentes formas de produzir e consumir alimentos a partir da categoria de segurança planetária.

Palavras-chaves: alimentação, Grande Aceleração, história ambiental, desenvolvimento comunitário.

Novas temporalidades na história ambiental: um mapeamento provisório

Milena Perardt Garbossa

Graduanda em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)
Bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET-História)
E-mail: milenacpgarbossa@gmail.com

Jo Klanovicz (orientador)

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Esta pesquisa de Iniciação Científica, em estágio embrionário, busca mapear e discutir novas periodizações que a História Ambiental tem oferecido ao debate historiográfico em meio à emergência do Antropoceno como período da História da presença humana no planeta. Busca-se discutir propostas de periodização e o debate sobre temporalidades na História considerando o encontro entre História Ambiental e História da Historiografia, partindo da leitura e análise de produções acadêmicas sobre o Antropoceno e conceitos correlatos desde 2000, quando a noção foi reposicionada no debate interdisciplinar pelo cientista Paul Crutzen e rapidamente disseminada na historiografia ambiental.

Palavras-chaves: história ambiental, história da historiografia, temporalidades.

A emergência das pirâmides alimentares: representações em disputa na cultura ocidental (1970-1999)

Rodrigo de Souza Sequeira

Graduando em História, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

E-mail: rodrigossouzalive@hotmail.com

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (orientadora)

Docente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento

Comunitário, Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro)

Esta pesquisa de iniciação científica, em estágio inicial, busca historicizar as representações de pirâmides alimentares (que surgiram na Suécia e depois foram adotadas pelos EUA e pelo Brasil) desde os anos 1970. Pretende-se discutir as diferenças existentes em orientações alimentares, portanto, entre norte e sul globais, mapeando grupos de alimentos que se destacaram em cada uma das pirâmides com o objetivo de perceber quais grupos são privilegiados na disputa pela manutenção do consumo de alimentos. Além de discussões ligadas à saúde, alimentos mostram muito da cultura, do território e das relações entre estado, política e corpos e, nesse sentido, as pirâmides são vetores interessantes para entender o papel da comida no contexto social e sua influência direta na vida das pessoas, no trânsito de ideias e estilos de vida. A pesquisa integra o projeto *A Era das Dietas*, desenvolvido na Unicentro.

Palavras-chaves: Dietas, pirâmides alimentares, corpos.

LABORATÓRIO DE HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE - LABHIMA: núcleo de ensino, pesquisa e extensão

Cássia Natanie Peguim
UNESP, Assis – SP

Paulo Henrique Martinez
UNESP, Assis – SP

O Laboratório de História e Meio Ambiente – LABHIMA é espaço de formação continuada de professores e de construção de propostas de pesquisa, estratégias de ensino e atividades de extensão que possam criar pontes entre o conhecimento elaborado na universidade e a comunidade externa. O LABHIMA está vinculado ao Departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Fundado em 2003 pelo historiador Paulo Henrique Martinez, completa em 2020 dezessete anos de vivências com graduandos e pós-graduandos, ações educativas coletivas e pesquisas individuais sobre humanidades ambientais, patrimônio, museus e desenvolvimento sustentável. As ações em patrimônio e museus caracterizam-se pela preservação, recuperação e divulgação do patrimônio ambiental e cultural do município de Assis, cidade localizada no oeste paulista e caracterizada pela expansão da fronteira agrícola, pelo ocultamento da presença indígena, pela busca da modernização e pela urbanização acelerada. Para promover a articulação entre educação formal e não formal e a promoção da educação patrimonial o LABHIMA optou pela ação educativa em museus por estes espaços possibilitarem a sensibilização, o desenvolvimento da autoconsciência e a transformação humana. Na educação ambiental realizou projetos que fizeram uso do audiovisual como instrumento didático em potencial na elaboração de crítica social sobre políticas públicas de meio ambiente e o conceito de desenvolvimento sustentável. As pesquisas individuais em iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado buscam dialogar com os projetos coletivos e procuram problematizar a exploração dos recursos naturais, as relações de apropriação e exploração dos rios e terras, as políticas públicas de meio ambiente no Brasil, entre elas a de proteção da fauna e flora, do patrimônio cultural e natural, bem como a cooperação internacional em educação e tecnologia para o desenvolvimento sustentável. Fazendo uso de fontes variadas, como Coleção de Leis do Império, literatura de viajantes dos séculos XVIII e XIX, legislação do Brasil República, revistas de divulgação científica nacionais e internacionais, jornais e entrevistas e dispondo de metodologias da História Ambiental, História Política, História das Ciências, História Regional e História do Tempo Presente, as pesquisas revelam aspectos históricos das relações sociedade e mundo natural nos estados de São Paulo, Paraná, Goiás, Santa Catarina e no bioma amazônico durante o império e a república brasileira. Parte significativa destas pesquisas receberam apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. O LABHIMA, como laboratório, procura ressaltar a importância da construção do conhecimento de forma coletiva e socializada e constituir-se em lugar de inovação para fomentar ações multiplicadoras em humanidades ambientais e atuar na formação continuada em História e meio ambiente com foco na transformação social e na promoção da cidadania.

Palavras-chave: Educação, Meio Ambiente, Patrimônio, Desenvolvimento Sustentável e Museus.

O TICO-TICO E O MONJOLO: natureza, ciência e cultura material no médio vale do rio Mogi Guaçu (1883-1975)

Carlos Alberto Menarin

Laboratório de História e Meio Ambiente (LABHIMA-UNESP/Assis; Secretaria de
Educação do Estado de São Paulo)

Esta pesquisa, ainda em fase inicial, volta-se para a compreensão histórica do papel do rio Mogi Guaçu, em seu médio curso, na região formada pelos atuais municípios de Pirassununga, Porto Ferreira, Santa Rita do Passa Quatro, Descalvado e Luís Antônio. O rio Mogi Guaçu nasce na serra da Mantiqueira, no município de Bom Repouso, em Minas Gerais. Corre rumo ao interior do estado de São Paulo, encontrando o paralelo rio Pardo, entre Pitangueiras e Pontal. São mais de quatrocentos quilômetros de percurso sinuoso. Seu vale compreende quatorze mil quilômetros quadrados, com cerca de um milhão e meio de habitantes em cinquenta cidades. Seu curso atravessa e conecta áreas de biomas diversos e característicos do interior paulista: da Floresta Estacional Semidecídua, com espécies de porte alto e médio, como o jequitibá, a peroba, o jacarandá e o cedro, e as áreas de Cerrado, dos campos abertos cobertos de ervas, aos arbustos e cerradões, onde predominava o arvoredo mais denso, com espécies de folhas pequenas, duras, de troncos curvos, retorcidos e raízes profundas, sendo as mais comuns, o pau-terra, o cinzeiro, o coqueiro-macaúva, por exemplo. Da densa mata ciliar que o acompanhava, das várzeas que as cheias alagavam, dos campos que ao horizonte delineavam seu vale, sobrou pouco. Consumidos em quase dois séculos de atividades agrícolas intensas, como a cafeicultura, citricultura, silvicultura de eucaliptos e o predomínio dos canaviais, parques remanescentes encontram-se nos Parques Estaduais de Porto Ferreira e de Vassununga (Santa Rita do Passa Quatro) e na Estação Ecológica de Jataí (Luís Antônio). Nesse recorte, o rio assumiu um papel significativo no transporte da Companhia de Paulista de Estradas de Ferro, empreendo a navegação entre Porto Ferreira e Pontal, de 1883 a 1903; na década de 1940 floresceram pesquisas arqueológicas em suas margens, a criação de um centro de pesquisas da fauna aquática, atualmente Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental (CEPTA- ICMBIO) e os trabalhos pioneiros sobre o Cerrado desenvolvidos por Mario Guimarães Ferri na região de Emas, em Pirassununga. A figura de Manuel Pereira de Godoy constituiu uma trajetória ímpar atuando em praticamente todos esses empreendimentos envolvendo o vale do rio Mogi Guaçu – exploração arqueológica, pesquisa da ictiofauna e escrita memorialística. Publicou, em 1975, “História Natural e Geral de Pirassununga/SP” (2 volumes) que sistematiza sua interpretação desse passado. Vestígios da ocupação indígena, cafeicultura, ferrovia, escravidão e resistência negra, imigração, organização da vida urbana, caça e pesca, derrubada da mata, degradação do rio e pesquisa científica, são temas recorrentes em seus escritos e que aparecem orientando as narrativas museológicas dos museus de Descalvado, Pirassununga, Porto Ferreira e Santa Rita do Passa Quatro. Emerge a construção de um espaço comum, definido pela presença marcante desse curso d’água. Ao revisitar criticamente essa produção memorialística e sua repercussão nos referidos municípios, por intermédio de outros memorialistas, na história oficial e nos museus locais, buscaremos maximizar as conexões entre esses saberes e instituições, seus acervos e a história local com o entorno, envolvendo as dimensões sociais e ambientais. Pesquisa vinculada ao projeto Museus e História de Municípios – MHIMU/LABHIMA.

Palavras-chave: História Ambiental, Patrimônios, Paisagem Cultural e Desenvolvimento local.

O Brasil e o desenvolvimento sustentável: Estado e recursos naturais (1992 - 2012)

Cássia Natanie Peguim

Laboratório de História e Meio Ambiente (LABHIMA-UNESP/Assis)

A pesquisa teve como objetivo compreender como o Estado nacional brasileiro fez uso da *água*, *biomassa agroenergética de cana de açúcar* e *petróleo* na geração de energia elétrica em um contexto de institucionalização da demanda internacional por políticas promotoras de desenvolvimento sustentável. Realizei uma prospecção de temas e problemas presentes no ingresso do desenvolvimento sustentável no campo institucional brasileiro refletindo sobre: a demanda nacional de políticas públicas de desenvolvimento na Agenda 21 Brasileira (2002), a reforma do Estado, a subsequente *crise do apagão* durante o segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999 - 2003) e o retorno das empresas públicas estatais no planejamento do setor elétrico durante o primeiro governo Luís Inácio Lula da Silva (2003 - 2007). Também observei como o uso dos três recursos naturais citados foi proposto no Plano Nacional de Energia - PNE 2030 e no Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH (2007). O conceito de sustentabilidade foi problematizado como imperativo socioeconômico com capacidade de levantar questionamentos sobre a temporalidade das relações entre ser humano e mundo natural. Observo a posição assimétrica que o Brasil ocupava internacionalmente junto às economias em desenvolvimento nas negociações sobre meio ambiente no âmbito das Nações Unidas. O lugar da sustentabilidade como uma *politic*, ou seja, como uma política de intenção, estaria nas *policies*, políticas de execução, de ampliação da participação da ciência e da tecnologia nas relações multilaterais de cooperação. Concluí que as *politics* foram direcionadas a uma integração do Brasil ao espaço sul-americano e ao fortalecimento das relações Sul-Sul, mas as *policies* de transferência de tecnologias e financiamento de programas de geração de energia com baixa geração de Gases de Efeito Estufa – GEE ficaram restritas a integração do setor energético nacional. Observando a reordenação do território nas *politics* para o uso da biomassa agroenergética de cana de açúcar e do petróleo, encontrei dissensos e consensos sobre o planejamento de médio e longo prazo para o uso da água na geração de hidroeletricidade. O uso da água, da biomassa agroenergética de cana de açúcar e do petróleo incorporaram o vocabulário e o *modus operandi* da política ambiental internacional e do mercado de bens ambientais, mas permaneceram atreladas ao ideal de desenvolvimento da nação brasileira, da segurança energética e da soberania sobre seus recursos naturais. Esta é uma pesquisa de doutorado, concluída e que recebeu auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo FAPESP 2016/23033-0)

Palavras-chave: História Ambiental; Estado; Recursos Naturais; Brasil; Energia Elétrica; Desenvolvimento Sustentável.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: a presença feminina na Faculdade de Ciências e Letras de Assis (2005-2018)

Cíntia Verza Amarante

Laboratório de História e Meio Ambiente (LABHIMA-UNESP/Assis)

Esta pesquisa tem como objetivo compreender, por meio de análise quantitativa dos anuários estatísticos da UNESP, a presença feminina na Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Tem como perspectiva os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015-2030). A Agenda foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e reúne 17 objetivos e 169 metas globais, a fim de percorrer os complexos desafios do chamado desenvolvimento sustentável, até 2030. A articulação entre as esferas política, econômica, social e ambiental orienta as diretrizes para a superação das desigualdades sociais. Os extensos debates sobre a inserção do conceito de gênero como uma categoria analítica no desenvolvimento sustentável encontram espaço no objetivo cinco “Igualdade de Gênero”. As metas apontam a definição de ações, nos âmbitos públicos e privados, para expandir a participação e garantir os direitos e o bem estar de mulheres e meninas. Dentre as demandas para a “igualdade de gênero” e o “empoderamento” feminino estão presentes o acesso à educação de qualidade e ao mercado de trabalho, diretamente relacionados entre si. Esta relação vai alinhar as propostas da educação para o desenvolvimento sustentável, com ações educativas, em espaços formais e não formais, para a construção de valores e comportamentos inclusivos e sustentáveis. A Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), coordenada pela UNESCO, inicia o recorte temporal desta pesquisa ao delimitar as contribuições da educação e das instituições de ensino, neste caso da FCL de Assis, nas estratégias para a coesão social e pela igualdade de gênero. Os objetivos relacionados na pesquisa são, portanto, o número 4- Educação de Qualidade e 5- Igualdade de Gênero, considerando a transversalidade da Agenda. A metodologia é baseada no conceito de desenvolvimento de capacidades, nos moldes apresentados pelo historiador Carlos Lopes (2005). Compondo as três dimensões das capacidades humanas, individual, institucional e social, para refletir o lugar da Universidade Pública no debate sobre as políticas neoliberais e suas contribuições para a igualdade de gênero e o desenvolvimento sustentável, no século XXI. Esta é uma pesquisa de mestrado em andamento que tem fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Processo CNPq 130879/2020-7)

Palavras-chave: Educação, Gênero, História, Meio Ambiente, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE: o caso da cidade de Piraju – São Paulo (1992-2015)

Marcela dos Santos Alves

Laboratório de História e Meio Ambiente (LABHIMA-UNESP/Assis)

A *Agenda 21*, documento criado pela ONU e que dá diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável, lançou aos países que assinaram o acordo ambiental no Rio de Janeiro, em 1992, o desafio de repensarem e criarem novas políticas públicas a fim de elaborar um projeto de desenvolvimento sustentável compatível com a realidade do país, levando também em consideração a finitude das matérias primas e questões de ordem social que engendram as questões ambientais. Sendo assim, a partir de tal necessidade internacional, o Brasil passou a criar ferramentas para incentivar o desenvolvimento sustentável, inicialmente por meio de documentação jurídica, como a *Agenda 21 brasileira* e estimulou a criação de outros documentos de ordem estadual e municipal para a efetivação do projeto. A intenção é ampliar os atores responsáveis pelas mudanças ambientais, incluindo no projeto de ação, além do Estado, a sociedade civil e o mercado, e conseguir, a partir de um plano local, alcançar os objetivos internacionais. A discussão acerca do desenvolvimento sustentável e do papel dos atores para a efetivação de um projeto de sociedade sustentável passa, necessariamente, pela discussão da distribuição de bens públicos globais, já que o meio ambiente é uma questão de ordem pública e universal. As possibilidades de bens públicos globais relativos ao meio ambiente são inúmeras e vão desde a proteção da camada de ozônio, despoluição de lagos e mares até a erradicação da pobreza. Para Inge Kaul (2012), a distribuição de bens públicos apresenta falhas quanto a sua efetivação em instâncias locais. A autora nomeia essas falhas como hiatos e pontua três principais: hiato jurisdicional, hiato de participação e hiato no incentivo. O hiato jurisdicional se dá a partir das dificuldades de transposição da legislação internacional ao âmbito local, justamente porque o local nem sempre possui jurisdição sobre o meio ambiente e não consegue agir com efetividade. O hiato de participação se coloca como problema a partir da dificuldade de criar um canal aberto de participação entre todos os agentes ambientais como sociedade civil, mercado e Estado, buscando também uma equidade de acesso em ambientes de discussão oficiais. Já o hiato no incentivo lança luz à questão da dificuldade de criar incentivos fiscais ou compensatórios para que se cumpram as metas ambientais e evitar que países ou regiões apenas recebam os bens públicos sem ajudar na criação destes, bem como a ausência de comunicação nos projetos ambientais. Para analisar os hiatos relacionados aos bens públicos e investigar de que maneira as demandas globais chegam ao plano local e se conseguem ser efetivadas, usamos como objeto de estudo a cidade de Piraju, interior de São Paulo. A cidade é cortada pelo Rio Paranapanema e possui um histórico de lutas pelas últimas corredeiras naturais do rio, além de estar ligada ao programa ambiental Município Verde Azul do Estado de São Paulo, projeto de incentivo ao desenvolvimento sustentável, ter sido nomeada Estância Turística por suas belezas naturais e também fazer parte do Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema que incentiva projetos ambientais. Esta é uma pesquisa de mestrado em andamento.

Palavras-chave: Políticas ambientais, desenvolvimento sustentável, Piraju e bens públicos.

UFSC – LABIMHA: Breve Histórico

Eunice Nodari (coordenadora)

UFSC, Florianópolis – SC

João Klug (coordenador)

UFSC, Florianópolis - SC

O Labimha nasceu a partir de um núcleo de estudos que se formou no Departamento de História da UFSC em 1992 e simultaneamente foi cadastrado como Grupo de Pesquisa do CNPq. Este núcleo reunia professores e alunos em torno da temática (i)migratória. Decorridos 4 semestres, o referido núcleo ganhou consistência com novos projetos, quando, então, no segundo semestre de 1994, tomou-se a decisão de formalizá-lo junto ao Departamento, através da criação de um laboratório e assim, foi criado o *Labimi – Laboratório de Imigração e Migração*. A justificativa naquele momento (1994) era o de melhor articular as pesquisas (TCCS, Dissertações) em torno do tema Imigração e Migração, cujo interesse era crescente, dentro e fora da academia. Considerando que pesquisas sobre a formação dos núcleos de colonização europeia no Brasil Meridional exigiam uma investigação mais acurada sobre as formas de ocupação dos espaços e a relação entre imigrantes com o meio circundante, no ano de 2000 decidiu-se pela alteração da identidade do Laboratório passando a partir daí a chamar-se LABIMHA, com forte ênfase na variável ambiental. Nestes quase 20 anos de atividades ininterruptas o Labimha formou dezenas de mestres e doutores, estabeleceu parcerias de pesquisa no Brasil e no exterior, consolidou-se na área da História Ambiental e Migrações e assumiu a organização e realização dos Simpósios Internacionais de História Ambiental e Migrações, os quais ocorrem a cada dois anos na UFSC em Florianópolis. Em 2019 esteve a gente na organização e execução do 3º Congresso Mundial de História Ambiental, com apoio de outras instituições.

Migrantes e serrarias no Sudoeste do Paraná: a devastação da Floresta Ombrófila Mista (1940-1970)

André Egidio Pin
PPGHST – Labimha – UFSC

Esta pesquisa propõe a análise do processo de devastação da Floresta Ombrófila Mista na região Sudoeste do estado do Paraná entre as décadas de 1940 e 1970 sob uma perspectiva da história ambiental global. Esse processo teve como protagonistas migrantes dos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, políticas do Estado brasileiro que inseriram a região em contexto mundial através do desmatamento e, posteriormente, da implementação da agricultura industrial. Esses aspectos são evidenciados também a partir de comparações com outros processos de manejo ambiental desequilibrados em outras regiões do mundo. O projeto está escrito com embasamento em bibliografia pertinente, fontes orais e escritas encontradas na região em foco.

Palavras-chave: Migração, desmatamento, madeireiras, agricultura industrial.

Espaços de cultivo agrícola em meio à cidade: uma história socioambiental da Alemanha (do séc. XIX aos dias atuais)

Angela Bernadete Lima
PPGHST – Labimha – UFSC

A tese analisa a história dos espaços de cultivo agrícola em meio a cidade, na Alemanha, tendo como ponto de partida o período de industrialização e urbanização iniciado no século XIX, quando um grande número de pessoas migrou das áreas rurais para as cidades. Esse processo de ocupação urbana foi intensificado nas primeiras décadas do século XX e em muitos casos resultou na precarização das condições de vida nas cidades. Em seguida, estas práticas de agricultura passam a manifestar-se em várias cidades alemãs e em outros países da Europa. Portanto, entendendo possuírem significados que vão além do cultivo de frutas e vegetais, propõe-se conhecer sua importância social, política, cultural e ambiental em meio às cidades. O foco do estudo está, portanto, nos chamados *Kleingärten* (pequenas hortas urbanas) que nos permitem perceber as formas de uso das cidades e a permanência de práticas de agricultura mesmo em meio a intensificação urbana. A tese analisa, ainda, o uso destes espaços no contexto dos conflitos bélicos vividos na Alemanha, destacando sua importância no que diz respeito à alimentação e refúgio. Na atualidade tem-se, além dos *Kleingärten*, outros espaços de agricultura urbana com características comunitárias que estão se organizando nas cidades alemãs, destacando a importância dos estudos urbanos dentro da História Ambiental.

Palavras-chave: *Kleingärten*, ocupação urbana, práticas de agricultura

A História da Utilização dos Campos e a Tecnificação do Espaço Agrário no Planalto Catarinense entre os Séculos XIX e XXI

Cristiane Fortkamp Schuch
PPGHST – Labimha – UFSC

Este projeto propõe uma análise de como os biomas tornaram-se alvo de relações de poder político, econômico, no processo de desenvolvimento da pecuária de gado vacum no Planalto Catarinense. Ao mesmo tempo, propõe analisar, no contexto das permanências estruturais, como o desenvolvimento da ciência no século XX foi capaz de assegurar a preservação de recursos genéticos de flora e fauna, fundamentais na preservação dos campos nativos, e também da genética bovina crioula, componentes do Bioma Mata Atlântica. Tomando por base que um ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades, e através das técnicas que permitem explorá-lo (Paul Claval), tem-se o objetivo de entender o papel da mediação tecnológica nas relações que são construídas entre sociedade e natureza, bem como entender de que forma a adoção de novas técnicas produtivas dialogam com outras tradicionalmente existentes, e quais variáveis permitiram o abandono do conhecimento primitivo de criação, levando os rebanhos de gado nativo à quase extinção até meados do século XX. Assim, a manipulação e a artificialização dos ecossistemas para a produção pecuária tornou-se um ponto de análise deste contexto rural, e que acabou por fomentar outras reflexões, entre elas o processo de (re) valorização dos saberes tradicionais e sua importância na conservação do material genético da raça crioula e da biodiversidade dos campos nativos, em contraponto aos projetos de modernização. O silêncio peculiar sobre a conservação dos campos nos projetos de desenvolvimento também revelam a forma como a sociedade estabelece práticas que aumentam as desigualdades e demarcam as dimensões socioespaciais expressas em níveis locais, nacionais e transnacionais (fluxo de pessoas, projetos, capitais e bens) que interferiram diretamente na reorganização territorial na alteração da biota. Esta pesquisa também aprofunda a discussão sobre as estratégias utilizadas na extensão rural para induzir pequenos proprietários a adotar o “pacote tecnológico” desagregando antigos costumes ligados à pecuária no Planalto Catarinense. Outra questão que se faz relevante neste estudo, é o contexto da importação de genética animal e tecnificação das propriedades, que resultou na resignificação da natureza dos campos e na identidade regional. Desta forma, a história da criação de bovinos ultrapassa o aspecto econômico e produtivo e, ao considerar as características naturais do ambiente campestre, infere sobre a representação da paisagem e sua relação com a identidade regional e as diferentes relações de poder que significam a natureza, uma vez que, atrelada ao modo econômico, a representação utilitária da natureza estabelece uma relação não linear entre o espaço, o tempo histórico e sua materialidade.

Palavras-chave: Pecuária, Sociedade, Meio Ambiente, Ecossistemas.

A Cruz e a Floresta: imigrantes ucranianos e a transformação da Natureza (1895-1965)

Darlan Damasceno

PPGHST – Labimha – UFSC

O movimento migratório ucraniano ao Estado do Paraná, ocorrido durante o final do século XIX e início do XX, inseriu-se no contexto da política governamental de abertura de novas frentes agrícolas aos moldes liberais, através da colonização de terras pelos imigrantes europeus. Essa forma de ocupação buscou estabelecer lotes coloniais onde as famílias imigrantes cultivavam a terra e exploravam a floresta em um ambiente divergente a seus costumes. Oriundos do leste europeu, esse grupo foi formado principalmente por famílias camponesas cuja principal ocupação era a agricultura. Dentro deste contexto, buscamos analisar como ocorreu a transformação ambiental dessas áreas de ocupação e seus impactos na paisagem em que se inseriram. Para tal análise, propomos alguns caminhos: primeiramente buscamos compreender os processos migratórios em seu contexto global, problematizando assim, a ampla rede de trocas e conexões às quais estes sujeitos históricos estavam em contato. Tal abordagem nos possibilita compreender os processos de agência individuais na tomada de decisão de migrar em consonância aos processos capitalistas que culminaram na movimentação de trabalhadores através do Atlântico. Em um segundo momento, analisamos como ocorreu o estabelecimento dos imigrantes em terras paranaenses e sua relação com o mundo natural. Compreendemos que a apropriação do meio ambiente antes de ser física ela é simbólica. Através dessa abordagem, buscamos analisar os modos utilizados por esses sujeitos no processo de resignificação da natureza. Nossa hipótese consiste na compreensão de que as famílias ucranianas ao migrarem, buscaram resignificar o mundo natural tendo a religiosidade como ponto articulador de tal processo. Através dela, o imigrante estabeleceu suas relações com a alteridade, sobretudo com a Natureza, resignificando-a através de ritos, celebrações e na elaboração de suas narrativas. Por fim, buscamos compreender como estes indivíduos transformaram o meio ambiente originando uma paisagem étnica distinta. Nossa abordagem teórica metodológica para esta problemática consiste na análise, sob a ótica da História Ambiental, de cartas e depoimentos de imigrantes que se estabeleceram nas colônias paranaenses durante a primeira fase do processo migratório e também, as suas memórias publicadas nos anos subsequentes. Tais relatos foram publicados nos jornais Svoboda e Prácia entre os anos 1895 a 1965. Buscamos, com essas reflexões, lançar luz sobre como as relações entre os imigrantes e o mundo natural foram construídas historicamente, e compreender as transformações mútuas ocasionadas desse contato.

Palavras-chave: Imigração Ucraniana, História Ambiental, Religiosidade, Natureza, Fronteira.

(Des) africanização do Brasil rural nas páginas da revista Globo Rural (1985-2015)

Denis Henrique Fiuza
PPGHST – Labimha – UFSC

Esse trabalho trata do processo de (des)africanização do meio rural brasileiro a partir da imprensa nacional nas últimas duas décadas. Com base nas matérias de fotojornalismo da revista *Globo Rural*, a metodologia da pesquisa consiste na análise do discurso por meio de uma crítica hermenêutica. As fotografias foram, igualmente, analisadas a partir dos estudos em cultura visual. Para o estudo do processo de (des)africanização da ruralidade na imprensa nacional, fez-se uma análise do discurso sobre a modernização e a globalização. A partir do binômio modernização/globalização nas matérias da revista *Globo Rural* pode-se identificar uma (des)africanização da paisagem rural, inclusive da paisagem humana. Tal fenômeno perpassa várias matérias que abordam atividades rurais e tradições regionais como “africanidades” de um Brasil vetusto. Nas comunidades rurais de afro-descendentes vive-se um impasse, segundo o jornalismo rural: ou elas se modernizam ou vão desaparecer. O Brasil é o país com maior população de origem africana fora da África. Economia e sociedade se africanizaram. O Brasil agrário dependeu por longos séculos do trabalho africano. Com a abolição da escravidão e com a imigração europeia, uma nova política agrária fomentou a migração interna e mesmo o êxodo rural. Ao longo do século XX, novas migrações internas mudaram a paisagem humana do meio rural brasileiro e diversificaram as atividades econômicas, nem sempre em sintonia com as políticas de desenvolvimento rural. Nas últimas décadas, o periódico *Globo Rural* tem contribuído para a promoção da imagem de um Brasil rural moderno e preparado para fazer frente aos desafios da globalização. Resultados parciais apontam para uma associação da ruralidade brasileira a um modelo norte-americano e menos sul-americano e ainda menos africano. Nessa pesquisa, busca-se ainda escrever uma história a contrapelo ao enfatizar o longo processo de africanização da paisagem rural brasileira, com destaque para o contingente humano de origem africana e para o seu patrimônio cultural, inclusive em termos de conhecimento de agricultura e pecuária tropicais, de metalurgia e silvicultura, além do manejo de animais e plantas de origem africana introduzidos no meio rural desde séculos.

Palavras-chave: (Des)africanização, paisagem rural, Globo Rural e história ambiental.

A cidade e o lixo: a construção de uma urbanidade participativa (Porto Alegre, Brasil, 1975-2010)

Esther Mayara Zamboni Rossi
PPGHST – Labimha – UFSC

Nos recentes debates para o pleito de 2020 das eleições municipais de Porto Alegre, a questão do lixo apareceu como uma das mais importantes. Mediada por outros temas como as enchentes e alagamentos, a sujeira em bairros de baixa renda e a saúde dos moradores, assim como do trabalho com reciclagem. Este tema perpassa as discussões acerca da cidade não somente nas últimas décadas, mas porquê? O lixo é de certa forma um indício visível e mal cheiroso da qualidade da administração pública, a preocupação está nos jornais, nos relatos sobre a cidade, nos relatórios e debates da prefeitura ao longo de toda história urbana de diversas formas. Mapeando os lugares de despejo dos resíduos na cidade visualizamos que estes são lugares persistentes e relacionados com a visão da administração municipal sobre a urbanidade. É claro que os objetos e dejetos que formam as “imundícies” se modificam ao longo do tempo. São objetos com materialidades e funcionalidades diferentes, o que nos leva a questionar o que consideramos como passível de ser dispensado e os motivos para tal conforme o contexto vigente. Uma das experiências mais significativas de gestão dos resíduos sólidos urbanos do Brasil situa-se na cidade de Porto Alegre. Esta possui desde 1989 políticas públicas que instituíram a coleta seletiva, uma das primeiras do país. Este Sistema de Gerenciamento e Tratamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos é inovador na medida em que incluiu a participação de cooperativas de reciclagem e desenvolveu mecanismos de decisão participativos na cidade. Este trabalho pretende apresentar os resultados finais da minha tese de doutorado que investigou as Políticas Públicas para resíduos sólidos urbanos entendendo como estas políticas se relacionam com o contexto nacional e local. Para isso escolhi três datas que marcam as grandes transformações nas políticas públicas. Quais sejam 1975, onde as cooperativas ganham força no período de redemocratização brasileiro e o Departamento de Limpeza Urbana de Porto Alegre é criado; 1989, ano da implementação da coleta seletiva de Porto Alegre e 2010, ano de aprovação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Durante o processo de redemocratização brasileiro às Instituições de Participação Popular cresceram junto com os movimentos sociais. Porto Alegre implementou políticas de participação popular, como o Orçamento Participativo que discutia diferentes aspectos da vida pública do município. Não foi diferente com as políticas públicas de resíduos sólidos, onde a participação popular atuava nas instâncias de decisão e proposição. Através das fontes analisadas, entre elas: relatórios da prefeitura, reivindicações das associações de moradores, contratos e registros iconográficos do Departamento Municipal de Limpeza, assim como na análise dos índices da gestão dos resíduos, percebemos uma crescente participação popular na década de 70 e 80, ao passo que na década de 90 e nos anos 2000 há uma estagnação. Assim entendo que nossa participação no antropoceno não se dá somente no dano ao ambiente, mas também na solução ecológica e social também. A história ambiental nos aproxima de alternativas populares de resolução dos conflitos ambientais para a construção de ambientes menos tóxicos.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos, Políticas Públicas, Urbanidade, História Ambiental.

Imigração e erva-mate: uma dinâmica ambiental global

Fabiana Carla Guarez
PPGHST – Labimha – UFSC

A construção do território na Província do Paraná a partir da segunda metade do século XIX ocorreu com o estabelecimento massivo de imigrantes europeus - entre italianos, alemães, ucranianos - uma soma expressiva de indivíduos poloneses. A fixação das colônias de imigrantes poloneses iniciou-se a partir de 1870, estabelecendo-se nas localidades mais próximas à capital e avançando numa ocupação no sentido oeste da Província. Tendo em vista que este processo de estabelecimento de imigrantes tinha como objetivo a fixação de colônias a partir de uma perspectiva de progresso, pautada no desenvolvimento do setor agrário e de produção de alimentos para suprir as demandas do mercado interno e para exportação. Grande parte das colônias polonesas estavam estabelecidas na área de abrangência da *Ilex paraguariensis* em sua forma nativa. Isso fez com que aqueles indivíduos, para além dos desejos do projeto colonizador, se dedicassem também à função ervateira. As fontes indicam uma relação desses sujeitos - direta ou indiretamente - com o processo de produção, beneficiamento e comercialização da erva-mate. Grande parte da comercialização do produto se refere à exportação no cone sul, e segundo a historiografia, sem grande relevância para Europa. Entretanto, as fontes apresentam um projeto de exportação e comercialização da erva-mate brasileira no leste europeu. Essa onda de circulação de sujeitos, mercadorias, plantas e ideias e os vestígios desse processo possibilitam uma análise histórica ambiental global, tendo em vista as transformações no território e a adaptação ao território - por parte dos sujeitos; a introdução de uma nova dinâmica de propriedade que reconfigura o cenário colonial; a relação desses colonos com a população indígena e cabocla e a troca de saberes e conhecimentos no que diz respeito às especificidades de manejo e utilização da flora e fauna nativa. As fontes indicam que a erva-mate aparece como sendo uma opção rentável para os imigrantes até que possam de fato colher os resultados da produção agrícola. Neste sentido, busca-se observar a partir dessa dinâmica de mobilidade humana, o desenvolvimento de práticas agrícolas distintas à experiência agrária dos imigrantes, bem como a participação nesse processo econômico de comercialização de erva-mate. Neste sentido, busca-se investigar dentro dessa dinâmica relacional entre os humanos e o ambiente, a circulação de pessoas, idéias, objetos e mercadorias numa perspectiva ambiental global.

Palavras-chave: História Ambiental; Paraná; erva-mate; imigração; poloneses.

História ambiental da pecuária na Amazônia de Colombia

Fabio Álvaro Melo Rodríguez
PPGHST – Labimha – UFSC

Esta pesquisa busca analisar as transformações socioambientais que a pecuária produziu nos ecossistemas amazônicos da Colômbia durante o século XX no território do atual departamento de Caquetá. Sob a perspectiva da História Ambiental, este trabalho busca responder às seguintes questões: De que forma a introdução da pecuária durante a colonização agrária é responsável pela antropização da paisagem do pé de monte da Amazônia colombiana? Como o meio ambiente amazônico influenciou para que, no século XX, Caquetá se tornasse um departamento com vocação para a pecuária? Quais foram os principais discursos e representações que ajudaram alguns territórios da selva amazônica de Caquetá a serem convertidos em pastagens para a produção de carne bovina? Através da revisão de documentos de arquivo, da análise de jornais nacionais, revistas do setor agropecuário e de entrevistas a colonos e fazendeiros, busca-se construir uma narrativa crítica que permita repensar a colonização agrária em Caquetá como um fenômeno complexo em que a natureza amazônica ocupou um importante papel histórico no processo.

Palavras - chave: Pecuária. Amazônia Colombiana, paisagem, Caquetá.

A vitivinicultura no planalto de Santa Catarina sob a perspectiva da história ambiental global

Gil Karlos Ferri

PPGHST – Labimha – UFSC

A pesquisa tem como objetivo geral investigar o processo histórico e espacial da introdução e desenvolvimento da vitivinicultura na região do Planalto de Santa Catarina. Com base no uso das teorias e metodologias da História Ambiental Global e Spatial History (SIG Histórico), procurar-se-á compreender as interações e interconexões entre a introdução da vitivinicultura, a alteração das paisagens e as pesquisas de melhoramento fitogenético. O principal foco desta pesquisa busca apresentar um balanço histórico e crítico acerca das pesquisas na área fitogenética que têm proporcionado o intercâmbio de conhecimento e de germoplasma de videiras Piwi - que buscam combinar resistência a doenças e qualidade enológica em variedades híbridas/viníferas - entre pesquisadores da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o Institute for Grapevine Breeding Geilweilerhof (Julius Kühn-Institut, Alemanha) e o Instituto Agrario di San Michele all'Adige (Fondazione Edmund Mach, Itália).

Palavras-chave: Vitivinicultura, paisagem, fitogenética, intercâmbio científico.

O rural e o urbano: ruralidades, meio ambiente e expansão urbana em Florianópolis

Giovana Callado Ferreira
PPGHST – Labimha – UFSC

Análise do processo de urbanização de Florianópolis a partir das relações entre o rural e o urbano. No município de Florianópolis, a aproximação entre o rural e o urbano promoveu trocas que se configuram como ruralidades transformadas. Estuda as diferentes ruralidades presentes em Florianópolis, dos plantadores de mandioca aos movimentos em torno da agricultura urbana. São inúmeros os movimentos que reinscrevem o rural em Florianópolis: hortas comunitárias, quintais produtivos, sistemas agrofloretais, produtores de orgânicos etc. Os movimentos em torno da agricultura urbana são percebidos enquanto um direito à cidade. Todo esse movimento que aponta em diferentes direções em torno da agricultura urbana vem acompanhado de tentativas de institucionalizar um programa de agricultura urbana e uma política agroecológica para Florianópolis. O rural e o agrícola em Florianópolis, diante da reformulação do Plano Diretor Participativo tornou-se reminiscência. O esforço empreendido pelo poder público para tornar Florianópolis um município urbano, excluindo o macrozoneamento rural, expôs as tensões desse processo. Desse modo, ser agricultor(a), tornar-se agricultor(a), cultivando para o consumo próprio ou para o mercado, tornou-se fortemente resistência. São modos de usos do solo que vão ao encontro de uma cidade mais democrática, onde o urbano convive com o rural, com a agricultura, com o cultivo de alimentos sem agrotóxicos, com um ambiente centrado na terra e não apenas no cimento. Sendo o município de Florianópolis sediado em grande parte em uma Ilha, com ecossistemas frágeis e complexos, o processo de urbanização que avança sobre a terra através da legislação e da especulação imobiliária é alvo de problematização a partir da perda de espaços rurais. A perda desses espaços tem acarretado implicações sociais, ambientais, culturais e econômicas para a vida na cidade. A presença de ruralidades reelaboradas e transformadas tem sido um movimento fundamental na busca por uma outra cidade, uma cidade que não é somente turística ou pólo tecnológico mas que é também agrícola, rural, pesqueira. Essas ruralidades apontaram na direção de uma cidade onde rural e urbano são partes de uma complexa teia de conexões e possibilidades de vir a ser.

Palavras-chave: Ruralidade, agricultura urbana, ambiente, planejamento urbano

A paisagem do fogo e do agronegócio: Como as políticas ambientais de Vargas nos preparam para o Brasil de Bolsonaro (Região Nordeste de Santa Catarina / Brasil - 1937-1945)

Giovana Zamboni Rossi
PPGHST – Labimha – UFSC

Desde 2018, em um cenário de grande fragmentação política, o Brasil sofre com um rápido dismantelamento do Ministério do Meio Ambiente e uma larga flexibilização da legislação ambiental. Atualmente, o foco do governo federal baseia-se na expansão do agronegócio desenfreado que pouco conversa com o ministério do Meio Ambiente, este desestabilizando as relações diplomáticas do Brasil. Frente a tamanha crise ambiental, se faz necessário rediscutir os caminhos que fizeram deste um cenário possível. Fruto do primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado, este trabalho visa compreender as nuances entre as narrativas presentes nos arquivos oficiais do ministério da agricultura e cartas de imigrantes da região nordeste de Santa Catarina/Brasil enviadas ao vice-consulado da Espanha no Brasil, em relação ao uso da terra, durante 1937-1945. Período presidido por Getúlio Vargas, é marcado por transformações substanciais da estrutura diplomática, econômica, político e social no país. O ministério da agricultura adere a um favorecimento explícito de determinadas regiões politicamente mais fortes e políticas públicas que favoreciam um determinado “tipo ideal” de cidadão. Após a ruptura com os países do Eixo e junto do desejo de forjar um cidadão nacional homogêneo, os imigrantes repentinamente apátridas ficam desamparados de seus direitos civis e sociais. Concomitante à transformação das políticas agrícolas e públicas, também as condutas com a terra, a precificação dos alimentos, e o cotidiano dos imigrantes são afetados de maneira avassaladora. Analisar essa documentação nos faz repensar estatísticas apresentadas pelo governo, tanto no período, quanto hoje, refletindo as múltiplas narrativas, controversas, mas conjuntas, que modificaram o cotidiano de milhares de imigrantes na primeira metade do século XX. Com esse intuito, serão analisadas as mudanças nas políticas públicas de imigração e a política agrária durante a Segunda Guerra Mundial no Brasil, além de repensar a atual conjuntura brasileira enquanto brasileiros pesquisadores de história ambiental.

Palavras-chave: Estado Novo, Agricultura, Imigração, Cidadania, Segunda Guerra Mundial.

Mulheres indígenas catadoras e transformadoras de frutos amazônicos: reprodução social e territorialidade na Amazônia Colombiana

Ivón Natália Cuervo-Fernández

PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas – Labimha - UFSC

O estudo aqui apresentado explora a construção social do território de Tarapacá (Amazonas, Colômbia), um assentamento estabelecido a partir do conflito territorial entre Colômbia e Peru pela fronteira Amazônica. O recorte temporal deste estudo compreende desde inícios da década de 1930, quando iniciou o conflito territorial pelos limites geográficos entre Peru e Colômbia, até a década de 1950. Utilizam-se como fontes documentos históricos e artigos acadêmicos produzidos nos campos da antropologia, a geografia e a história ambiental. Faz parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, que procura explicar as dinâmicas territoriais, com perspectiva de gênero, nesse distrito amazônico.

Palavras-chave: Guerra colombo-peruana. História ambiental. Amazonas-Colômbia.

Viagens pelo pampa: um estudo sobre diferentes formas de percepção ambiental no século

João Davi Oliveira Minuzzi
PPGHST – Labimha – UFSC

Esta pesquisa de doutorado utiliza uma série de dezessete relatos de viagem como fonte para refletir sobre o pensamento ambiental no século XIX. Este século marca intensas discussões a respeito da natureza e visões bem distintas estão presentes. O recorte espacial da pesquisa é o bioma Pampa, um bioma constantemente retalhado pelas fronteiras dos Estados Nacionais nascentes na América meridional. Os Pampas são uma das maiores extensões campestres do mundo e está localizado na bacia hidrográfica do Rio da Prata, atualmente é um dos biomas mais desprotegidos e mais antropizados do Brasil. Foi durante o século XIX, em um período anterior à industrialização, que este bioma sofreu intensos impactos ambientais com o aumento populacional de humanos, a introdução e proliferação de fauna e flora exóticos e outros tantos impactos que podem ser percebidos nesses relatos. Procuro discutir questões de fronteira, de espacialidade e de natureza, partindo de um recorte transnacional que não ignora a existência da fronteira política, mas busca outras formas de realizar o recorte espacial do tema. A agência não-humana, inclusive a agência de objetos, permite a criação de um trabalho historiográfico mais holístico e menos antropocêntrico.

Palavras-Chave: Pampa, história ambiental, relatos de viagem, pensamento ambiental.

Espaços de experiência de produção e consumo em sistemas agroecológicos: Uma análise sobre apropriação social da agricultura em circuitos curtos de comercialização

Julia Coelho de Souza

Graduação em História – Labimha – UFSC

A pesquisa em curso trata de ações coletivas em mercados de venda direta envolvendo a agricultura familiar agroecológica. Investiga-se quais são os potenciais e os limites das ações coletivas de venda direta de alimentos orgânicos/ agroecológicos para o desenvolvimento e promoção da agrobiodiversidade junto à agricultura familiar. A análise acontece a partir de estudo de múltiplos casos em Santa Catarina, especialmente nas regiões serrana, litorânea e metropolitana. O objetivo deste estudo é analisar a promoção da agroecologia que acontece através de ações coletivas no campo agroalimentar, através do engendramento agricultores familiares agroecologistas na gestão de mercados de venda direta, conformando circuitos e redes de comercialização. Entendendo a agroecologia enquanto um novo movimento social, a pesquisa tem seu escopo teórico na sociologia da ação coletiva. Identifica-se que os repertórios de ação utilizados por agricultores e consumidores tem proporcionado rupturas com estruturas sociais e produtivas, e consolidado novas propostas agroalimentares. Os atores sociais, agindo em torno de objetivos e projetos comuns, têm gerado dinâmicas de co-aprendizado, as quais negociam comportamentos e atitudes. Embora a remuneração dos agricultores seja melhor e que os preços praticados nesses circuitos sejam até 468% mais baixos que nos canais convencionais, e que essas experiências contribuam para a construção de lógicas que ultrapassem o viés economicista, persiste o problema do amplo acesso a alimentos agroecológicos e orgânicos, colocando em pauta os debates sobre democratização agroalimentar.

Palavras-chave: Agroecologia, apropriação social da agricultura, ação coletiva, circuitos curtos de comercialização.

Geografia da Devastação: Siderurgia e Floresta na configuração da fronteira do Rio Doce na primeira metade do século XX

Lenício Dutra Marinho Júnior
PPGHST – Labimha – UFSC

O presente trabalho objetiva contextualizar a experiência da fronteira na primeira metade do século XX, no Vale do Rio Doce, Minas Gerais, destacando as interações socioambientais presentes no processo de apropriação da floresta atlântica, sobretudo, decorrentes do projeto siderúrgico a carvão vegetal empreendido por sucessivos governos, por sua vez, conectados aos interesses desenvolvimentistas regionais e nacionais. Para tanto, é fundamental a perspectiva teórica da História Ambiental, que ao conceber os sistemas naturais e socioculturais como indissociáveis, possibilita repensar a complexidade histórica das interações entre natureza e sociedade, bem como os seus efeitos, para ambas as partes, neste caso, na experiência da fronteira do rio Doce. Outra perspectiva teórica importante é a noção de “fronteira”, entendida como uma consequência às demandas do mercado que objetivava, a partir da incorporação de novas terras, a progressiva integração econômica do país. Nesse sentido, principalmente através da pesquisa documental, intenta-se mensurar a apropriação dos recursos florestais e verificar as interações que se estabeleceram entre os sujeitos que experimentaram a fronteira, tendo como pano de fundo a siderurgia a carvão vegetal. Consta-se, provisoriamente, (1) o papel decisivo dos governos na promoção de políticas econômicas favoráveis a implantação da siderurgia no Vale do Rio Doce; (2) o caráter singular da fronteira que se constituiu com base na atividade siderúrgica a carvão de madeira; e, por último, (3) na fronteira do rio Doce observou-se uma convergência entre forças sociais e suas respectivas frentes – ainda que marcada por conflitos pela propriedade da terra – mobilizadas em torno da produção de carvão e lenha.

Palavras-chave: Fronteira, Floresta Atlântica. carvão vegetal, siderurgia.

A inserção em ONGs de proteção animal e sua relação com o abolicionismo de animais não humanos de todas as espécies

Maíra Kaminski da Fonseca

PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas – Labimha – UFSC

Esta pesquisa tem como objetivo fazer uma análise da participação das ONGs de proteção animal do Brasil no processo de abolicionismo de animais não humanos, partindo da ideia da existência de níveis de sensibilidade, que variam de 0 a 3, estando os participantes dessas ONGs presentes nos níveis 2 e 3. A pesquisa parte, portanto, da História Ambiental, amparada em seu caráter interdisciplinar, perpassando os âmbitos da ética, do direito, da educação ambiental, saúde pública, antropologia, entre outras disciplinas. Neste trabalho, o cerne da questão são as ações humanas, e o entendimento de si mesmo no processo de abolicionismo animal, visando dar uma contribuição para os debates atuais acerca do consumo de produtos de origem animal e a sensibilidade hierarquizada, manejo de animais nos centros urbanos, as consequências ambientais e sociais que a presença desses seres provocam, como o exemplo da saúde pública, e as possíveis medidas adotadas para controle e solução de problemas que surgem devido a um manejo equivocado. Essas medidas podem ser inseridas nas discussões sobre o Antropoceno 3.0, em que uma parcela da sociedade humana percebe o dano ambiental e social causado por seus equívocos e busca soluções de curto, médio e longo prazo.

Palavras-chave: Proteção animal, educação ambiental, ética, sensibilidade.

Entre os movimentos identitários e o ambientalismo: da contradição entre as experiências modernas de tempo e de espaço

Renato de Araújo Monteiro
PPGHST – Labimha – UFSC

Estudos apontam o advento da modernidade relacionado à emergência da *história* como um conceito singular-coletivo, ligado a novas temporalidades baseadas nas noções de progresso e aceleração. Em processo análogo, entre o final do século XVIII e início do XIX ocorreram alterações também no conceito de *natureza*, que passou a ser entendido como um conjunto de sistemas global, interdependente e em equilíbrio. A partir destes pressupostos, esta pesquisa trabalha com a hipótese de que o conceito singular-coletivo de natureza, enquanto sistema passível de desequilíbrio antrópico e tributário de uma espacialidade globalizadora de expectativas descendentes e finitas, impõe limites às expectativas ascendentes e infinitas da temporalidade progressista, tal qual incutida no conceito de história. Nesse sentido, importantes fenômenos que marcam o tempo presente, como o ambientalismo ou os movimentos identitários, podem ser compreendidos como relacionados à intensificação dos processos de globalização ao longo do século XX, que radicaliza a percepção de finitude dos recursos naturais, fazendo com que a instalação de um futuro-presente descendente venha a contribuir para o esvaziamento das noções de progresso e para a expansão de um certo passado-presente, seja no âmbito do patrimônio natural ou cultural.

Palavras-chave: Identidade; Globalização; Ambientalismo; Modernidade; Natureza.

LEHA/UEM – Laboratório de Pesquisa em Educação e História Ambiental da UEM

Roger D. Colacios

Universidade Estadual de Maringá

O Laboratório de Pesquisa em Educação e História Ambiental da Universidade Estadual de Maringá (UEM) é uma criação recente, formalizado em 2020, originário de grupo de pesquisa na mesma temática que estava em vigor desde 2018. O grupo é formado em sua maioria por graduandos de áreas diversas, como pedagogia, história, psicologia, direito, tanto da UEM como da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e também conta com pós-graduandos e docentes de outras instituições. As pesquisas realizadas diretamente pelos integrantes do LEHA são relacionadas às seguintes temáticas: educação ambiental e antropoceno, história ambiental do petróleo, meio ambiente e neoliberalismo, educação ambiental e relações internacionais, formação de professores e meio ambiente, ecofeminismo e também mudanças climáticas. No aspecto teórico-metodológico as pesquisas são direcionadas pelo marxismo, particularmente o marxismo ecológico e as propostas ecossocialistas, com referência, além de Marx e Engels, a Elmar Altvater, Michel Lowy, James O'Connor, Paul Burkett entre outros.

Palavras-chave: Laboratório de Pesquisa, Educação Ambiental, História Ambiental, Marxismo, Universidade Estadual de Maringá.

O Ecofeminismo em debate: teorias, ação política e educação ambiental

Bruna Gabriela Bondioli Possebon
(UEM) (Orientanda)

Roger D. Colacios
(UEM) (Orientador)

Este projeto de iniciação científica tem como objetivo analisar, em um aspecto global, os impactos trazidos pelo Ecofeminismo no período de 2015 a 2020. Para tal, serão realizados levantamentos bibliográficos sobre as produções acadêmicas elaboradas durante este intervalo, assim como a procura por ações praticadas por grupos Ecofeministas no âmbito da defesa do mundo natural e suas conexões com a Educação Ambiental. As informações relevantes ao projeto serão obtidas por meio das plataformas online de pesquisa e também por bibliografias físicas. Além disso, a investigação tem um caráter inter-relacional, uma vez que analisará os feitos do Ecofeminismo não somente com a Educação Ambiental, mas também em como as formas de biopoder, fenômeno explorado por Michel Foucault, são capazes de interferir de forma negativa em seus objetivos e na manutenção do status quo atual.

Palavras-chave: Ecofeminismo, Educação Ambiental, Estado da Arte, Ação Política, Biopoder, Periódicos.

Práticas da Educação Ambiental nas escolas de Maringá

Larissa Rodrigues Marçola
(UEM) (Orientanda)

Roger Domenech Colacios
(UEM) (Orientador)

Esta pesquisa de iniciação científica tem como mote a compreensão das práticas de ensino de educação ambiental no Ensino Fundamental I das escolas municipais de Maringá. A investigação tem como base a preocupação sobre a formação de cidadãos conscientes a respeito da crise ambiental da atualidade. Para entender a temática proposta serão realizadas observações em sala de aula sobre a prática de ensino-aprendizado da educação ambiental, além da análise das políticas de educação ambiental utilizadas pelo município. Como resultado, esperamos perceber as possíveis dificuldades e sucessos na abordagem da área disciplinar entre professores e alunos.

Palavras-Chave: Educação Ambiental, Formação de Professores, Ensino Fundamental, Políticas Públicas, Maringá.

Educação Ambiental na esfera da ONU: políticas educacionais em perspectiva internacional

Thais Bon Aleixo

Universidade Estadual de Maringá

Roger Domenech Colacios

Universidade Estadual de Maringá

Esta pesquisa de iniciação científica tem como objetivo analisar os programas de Educação Ambiental da Organização das Nações Unidas ainda em vigor. Desde a década de 1970 a entidade vem promovendo reuniões internacionais, propostas e acordos voltados à educação ambiental. Na Agenda 21 a proposta pedagógica é fundamento para muitos de seus programas e metas, além de compor, na conjuntura histórica recente, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Agenda 2030. As fontes da pesquisa são documentos e projetos elaborados pela ONU, tais como: o *Relatório Brundtland*, a *Agenda XXI*, a declaração *O futuro que queremos*, a *Agenda 2030*, entre outros, procurando identificar o modo com que a instituição compreende a educação ambiental e o processo histórico de elaboração de documentos e diretrizes sobre a temática e consistem em acordos intergovernamentais, programas educacionais, cartilhas e afins. A investigação adota a perspectiva da educação ambiental crítica diante da formação do sujeito ecológico e a análise é pautada no materialismo histórico dialético do marxismo.

Palavras-chave: Educação Ambiental, ONU, Neoliberalismo, Políticas Internacionais, Meio Ambiente.

Laboratório História e Natureza (LabHeN)

Lise Sedrez

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

José Augusto Pádua

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

O Laboratório História e Natureza (LabHeN) é parte das atividades acadêmicas do Instituto de História. Foi fundado informalmente pelo Professor José Augusto Pádua, em 2003, que orientou as primeiras monografias em história ambiental na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estas monografias versavam principalmente sobre história das ideias sobre o ambiente, e estudos sobre territórios e florestas. Em 2008, alunos de pós-graduação ingressaram no Laboratório, que passou a ser uma referência em estudos e encontros de história ambiental no Rio de Janeiro, com encontros de pesquisa e debate todas as quintas feiras, das 14 às 16 horas. Em 2011, quando a Professora Lise Sedrez passou a fazer parte do corpo docente do Instituto de História, o Laboratório pode ampliar suas atividades, com pesquisas em história ambiental urbana e história de desastres. Em 2013 o LabHeN foi formalizado como um laboratório autônomo dentro do Instituto de História, desenvolvendo vários projetos de pesquisa e um projeto de extensão, “História Ambiental para Todos”. Em 2018 se tornou um Grupo de Pesquisa do CNPq, certificado. O Laboratório já organizou eventos nacionais e internacionais, como, por exemplo, a série “Diálogos em História Ambiental”. A primeira versão deste evento, em 2013, reuniu professores dos EUA e do Brasil, enquanto a segunda versão, em 2015, trouxe pesquisadores e professores dos cinco países BRICS para trocar ideias sobre Estado, Sociedade Civil e Historiografia em História Ambiental. Hoje, o Laboratório congrega alunos de graduação, mestrandos, doutorandos, egressos, pesquisadores externos à UFRJ – uma das suas principais características é o apoio a iniciativas diversas sugeridas pelos membros de forma individual ou coletiva, e a forma quase horizontal em que é organizado. As reuniões continuam acontecendo durante a pandemia, o que permitiu, paradoxalmente, a participação de convidados e membros de fora da sede do Labhen. O Labhen também divulga suas atividades em redes sociais, mas é no website (<http://labhen.historia.ufrj.br>) que todos podem acompanhar as publicações e as atividades de todos os seus membros.

História de um País Invadido: Pantanaís entre Bororo, Brasileiros, Belgas e Platinos (1870-1912)

Alexia Helena de Araujo Shellard
Doutora em História Social (UFRJ)

A segunda metade do século XIX trouxe grandes mudanças aos espaços mais ocidentais do Estado brasileiro: territórios não apropriados pelo paradigma moderno e capitalista tornaram-se alvos de projetos nacionais, comerciais e industriais. Na perspectiva de governantes, políticos e estadistas que formulavam remotamente as diretrizes para ocupação dos sertões, a natureza era vista sobretudo como recurso para o desenvolvimento econômico da “nação”. Vastas áreas do Pantanal seriam, então, incorporadas ao território mato-grossense e brasileiro, através do mapeamento de rotas e recursos, da implementação de redes de transporte e comunicação, da instituição de direitos modernos de propriedade, da definição de limites territoriais. Não obstante, as populações nativas, orientadas por lógicas diversas, rejeitariam as imposições desse novo paradigma, tentando manter o domínio sobre suas terras e suas comunidades. A presente pesquisa busca analisar transformações e conflitos ocorridos nesse desencontro entre povos locais, capitais e Estado nacional. Em campos e pantanaís do Alto Paraguai, os Bororo Ocidentais enfrentariam, na transição entre o século XIX e XX, a ânsia colonialista da corporação Cibils que se associaria a órgãos e instituições estatais para impor violentamente formas específicas de interação com a natureza.

Palavras-chave: Capitalismo, Bororo, Pantanal, Companhia Cibils, Mercantilização.

O “revitalizar” indígena na experiência da Escuela-Ayllu de Warisata: indigenismo, educação e meio ambiente nos altiplanos bolivianos entre os anos de 1931 e 1940

Bruno Azambuja Araujo
PPGHIS/UFRJ

O presente trabalho versa sobre uma experiência específica de educação indígena e rural ocorrida na Escuela-Ayllu de Warisata no altiplano boliviano entre os anos de 1931-1940. O questionamento inicial para o desenvolver dessa pesquisa foi a observação de um discurso ecológico atrelado aos saberes das populações indígenas andinas nos últimos trinta anos. A partir desse questionamento, se buscou iniciar um estudo de caso que pudesse revelar onde esses saberes e conhecimentos poderiam ser desenvolvidos e em que medida dialogavam com a expectativa ocidental de referenciá-los como solução a determinados problemas por ela criados e enfrentados. Dentre as principais problemáticas enfrentadas para isso estão os debates acerca do lugar dos indígenas no cenário nacional e latino-americano naquele momento, o papel da educação nesse processo de integração ou assimilação e as relações entre os saberes indígenas e o meio ambiente do altiplano andino. A partir dos escritos autobiográficos de um dos fundadores da escola e de outras fontes secundárias, busca-se compreender que tipos de saberes e conhecimentos eram mobilizados nas práticas agrícolas da escola e de que forma a organização destes revela os aspectos que estavam em disputa tanto no campo intelectual como na prática entre as comunidades indígenas. Acredito poder demonstrar que a experiência de Warisata ao atrelar aspectos da tradição *aymara/quechua* à ideais modernos como o da produtividade e da cidadania revelou ser um modelo híbrido de educação ou um espaço de interstício de epistemologias.

Palavras-chaves: História Indígena. Epistemologia ambiental, saberes tradicionais, agricultura, Altiplano andino

Águas urbanas: a história das relações socioecológicas da cidade do Rio de Janeiro e seus ecossistemas hídricos (1808-1960)

Bruno Capilé

Pesquisador associado do Laboratório História e Natureza (LabHeN/UFRJ) e
Pesquisador do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da FBN/2020

Nessa longa história, em toda sua complexidade, as relações entre a cidade do Rio de Janeiro e suas águas foram ao mesmo tempo consideradas como facilitadoras do funcionamento urbano e como obstáculos para a expansão urbana. Enquanto facilitadoras, os ecossistemas hídricos foram essenciais para o consumo direto por humanos e outros animais urbanos, para a atividade urbano-industrial de uma cidade moderna e para os diversos fins domésticos, recreativos e contemplativos dos habitantes. Aqui a crescente busca pelas águas do alto curso de dezenas de rios resultou numa frequente e incessante necessidade de transformar esses ambientes fluviais, muitos bem distantes do centro urbano carioca. A expansão dessa fronteira de conquista socioecológica dos rios derivou de avanços e investimentos científicos e tecnológicos, e foi seguida pela expansão de conflitos hídricos diretamente derivados dela - desde o antigo Aqueduto da Carioca até os desvios fluviais homéricos do século XX nos rios Lages, Piraí e Paraíba do Sul para o sistema Guandu. Enquanto obstáculos, os corpos d'água cariocas foram interpretados pela Medicina Social como ambientes indesejados associados a doenças contagiosas, e pelo senso comum como áreas de descarte de lixo e esgoto. Afinal, as águas dos rios também fazem fluir esses dejetos, junto à força do recuo das marés nos ecossistemas de manguezais do Rio de Janeiro, no baixo curso dos rios. Junto às lamas, uma população igualmente indesejada aproveitou o vazio demográfico para a construção de moradias informais próximas à oportunidades de mão de obra - primeiramente no antigo Manguezal de São Diogo no século XIX, e depois na região de Manguinhos no século XX. As várzeas dos rios cariocas, fronteiras híbridas e fluidas como os manguezais, também mantiveram-se pouco ocupadas para usos urbanos até as grandes intervenções urbanas que a Engenharia Civil ousou fazer, nos tempos republicanos. Os mangues e várzeas funcionaram, então, como fronteiras internas de expansão da cidade, inserindo-se na dinâmica capitalista de desenvolvimento urbano baseado na precarização do trabalho e da vida humana, e no desmantelamento desses sistemas ecológicos pela erosão, aterros e drenagens. Nesse paradoxo hídrico, os ecossistemas fluviais cariocas possuem uma história ambiental onde emergem protagonistas humanos (agentes do Estado, cientistas, população local, elite social, e outros) e não humanos (cavalos e burros no transporte urbano, moscas e urubus na ciclagem material, porcos e lavouras na alimentação humana, e os próprios rios). Nesse sentido, alguns conceitos auxiliam no léxico dessa história dos muitos rios do Rio de Janeiro, como: socionatureza de Erik Swyngedouw, territórios hidrossociais de Rutgerd Boelens, sistemas hídricos de Terje Tvedt, metabolismo urbano de Molina e Toledo, e outros. Contribuindo para o debate, as ciências naturais oferecem não somente fontes primárias cruciais sobre os fluxos e as características dos ambientes, mas também conceitos que aqui serão ampliados no sentido das humanidades ambientais, como: coevolução, relações socioecológicas, ecossistemas, etc. Na complexidade dessas relações com as águas, as análises sociais se mantêm presente, mostrando a riqueza cultural, as desigualdades sociais, as resistências locais e as produções científicas.

Palavras-chave: História Ambiental Urbana; História do Rio de Janeiro; História da Ciência; Rios Urbanos; Ambientes Alagados Urbanos.

A agência compartilhada de plantas e humanos na elaboração do mosaico de paisagens do Rio de Janeiro oitocentista: uma proposta metodológica

Bruno Capilé

Pesquisador associado do Laboratório História e Natureza (LabHeN/UFRJ)

Pesquisador do Programa Nacional de Apoio à Pesquisa da FBN/2020

Gabriel Paes da Silva Sales

Pesquisador associado do Laboratório História e Natureza (LabHeN/UFRJ)

Doutorando da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio

Ana Marcela França

Pesquisadora associada do Laboratório História e Natureza (LabHeN/UFRJ)

Pós-doutoranda por CONICET (Argentina)

As iconografias sobre o Rio de Janeiro oitocentista, RJ, Brasil, assim como a própria identidade brasileira, foram criadas, principalmente, por uma diversidade que incluía fatores nativos e exóticos da flora, da fauna, das sociedades e das culturas, assim como englobava o próprio olhar estrangeiro. Alinhado ao campo da história ambiental, compreendemos essa complexidade socioecológica como produto da agência compartilhada da transformação da paisagem pelo trabalho das mãos negras, pelos indivíduos vegetais e, particularmente, pela construção estética dos artistas-viajantes europeus. Destarte, propomos uma análise interdisciplinar sobre imagens nas quais buscamos evidenciar a agência compartilhada da flora e do trabalho dos negros/as escravizados/as em conjunto com o olhar estrangeiro. Através da abordagem interdisciplinar proposta, evidenciou-se que estas iconografias são valiosas fontes para a história ambiental, justamente por seu conteúdo histórico, socioambiental e cultural. Nesse processo dinâmico, o Rio de Janeiro se tornou o cartão-postal de entrada para esse “novo” mundo chamado Brasil.

Palavras-chave: História Ambiental, História da Arte, Transformação da Paisagem, Artistas-viajantes, Mata Atlântica.

O Brasil Colonial (1500-1549) sobre a ótica da História Ambiental através das narrativas dos livros didáticos e paradidáticos

Débora Bindes do Carmo Pereira
UNIRIO

Esta pesquisa pretende analisar livros didáticos e paradidáticos, focando nas temáticas que envolvem a História Ambiental. Um dos objetivos é observar nestes instrumentos de ensino em sala de aula pontos que despertam um olhar decolonial. Temas como noção de descobrimento de uma *terra vazia* e o reforço de uma visão eurocêntrica, provocam silenciamentos e a construção de narrativas que reduzem as terras brasileiras e seus componentes humanos e não-humanos a produtores de riquezas para satisfazer os desejos mercantilistas das metrópoles coloniais. Outro objetivo da pesquisa é colocar em discussão como a abordagem histórico-ambiental pode auxiliar na desconstrução da representação de uma natureza utilitarista, a qual corrobora um discurso de uso ilimitado dos recursos naturais. Essa noção é datada e historicamente construída. Com a emergência de pedagogias pós-coloniais e decoloniais, muitos materiais didáticos e paradidáticos começaram a ser revisados sob um olhar mais crítico, visando agregar tais narrativas à formação de estudantes do ensino fundamental. Seguindo as determinações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em vigência (2020), analisaremos como essa narrativa mudou ou permaneceu nos livros didáticos, tendo como objeto 6 livros publicados entre 1999 e 2020, correspondentes ao 7º ano do Ensino Fundamental. Já os livros paradidáticos serão analisados como materiais complementares, pois eles trazem, por vezes, histórias que retratam os territórios das regiões coloniais como terras *livres* ou *vazias*, por meio de um discurso não necessariamente comprometido com as teorias historiográficas vigentes. Assim, a ideia central deste estudo é indicar algumas deficiências do ensino de história quanto ao olhar histórico-ambiental dos primeiros relatos registrados no território brasileiro, bem como, propor formas críticas de ensino, através de ferramentas não-convencionais para a disciplina de História, como livros paradidáticos.

Palavras-chave: Ensino de História, História Ambiental, Decolonial, Brasil Colonial.

O Conselho Florestal Federal sob a gestão de Luciano Pereira da Silva (1946-1951)

Filipe Oliveira da Silva

Doutorando do PPGHIS/UFRJ e Historiador/IPHAN

A presente comunicação visa examinar as linhas de ação da gestão do consultor jurídico do Ministério da Agricultura, Luciano Pereira da Silva, à frente do Conselho Florestal Federal. Entre junho de 1946 e setembro de 1951, o jurista presidiu esta instância estatal criada pelo decreto 23.793/1934 e buscou mediar os usos e apropriações que os diversos grupos sociais estabeleciam com o mundo natural. Neste período, os conselheiros tiveram o desafio de alinhar a instituição ao renovado "espírito democrático" que emergia em decorrência do final da Segunda Guerra Mundial e da ditadura do Estado Novo varguista. Além disso, incumbiam-se da tarefa de atribuir um lugar aos recém-criados organismos internacionais na promoção do diagnóstico e solução do problema florestal brasileiro. Sob um contexto nacional-desenvolvimentista, advoga-se que o órgão colegiado durante esta administração promoveu a articulação institucional desde a escala local à mundial (sobretudo, com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), organizou e participou de conferências de apelo internacional (tais como a Conferência Latino-americana de Florestas e Produtos Florestais, sediada em 1948 na cidade de Teresópolis), fomentou a construção de um plano nacional florestal (discutido na I Reunião Brasileira de Florestamento e Reflorestamento, realizada no Rio de Janeiro em 1949), proporcionou reparos na legislação vigente, bem como adotou medidas efetivas de restauração paisagística (com o apoio na criação do Parque Nacional de Paulo Afonso e na Floresta Nacional do Araripe-Apodi, tal como nas remodelações na arborização da Quinta da Boa Vista). Para defender este argumento, emprega-se uma vasta gama de fontes, dentre as quais: as atas do Conselho Florestal, relatos memorialísticos, discursos e palestras em eventos, periódicos e correspondências intelectuais. Com elas, pretende-se, portanto, compreender as relações entre o desenvolvimentismo e a gestão da natureza nos imediatos anos posteriores à Guerra.

Palavras-chave: Natureza; Desenvolvimento; Nacionalismo; Conselho Florestal Federal; Experiência liberal-democrática.

A questão climática e as estruturas hidráulicas nas matas de caatingas (1825-1884)

Gabriel Pereira de Oliveira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN
campus Pau dos Ferros
Laboratório de História e Natureza – UFRJ

Nesta pesquisa, eu argumento que fenômenos do clima e as discussões a seu respeito foram, de diferentes formas ao longo do século XIX, importantes para os arranjos políticos e sociais do Império brasileiro. Analiso essa questão a partir das discussões sobre os “sertões áridos” do então chamado Norte do Brasil entre 1825 e 1884. As maneiras de lidar com experiências de desastre, em especial as secas, e de situar e dar sentido a essa porção territorial distante da sede do poder monárquico evidenciam uma série de disputas entre elites provinciais de diferentes partes do território monárquico e destas com a Corte imperial. Com base em fontes como anais parlamentares, relatórios dos poderes monárquico e provinciais e estudos de engenheiros, investigo como esses fenômenos do clima foram fundamentais para manter uma ordem que privilegiava a uns poucos em meio a uma sociedade escravocrata e profundamente desigual. Essa pesquisa contribui com os debates historiográficos ao mostrar o peso e as particularidades das discussões sobre clima e seca no decorrer do século XIX, já antes do suposto marco de 1877. Ao mesmo tempo, isso evidencia a importância da historiografia para aprofundar os debates e mobilizações em torno da questão climática hoje, em meio ao cenário de emergência climática que vivemos.

Palavras-chave: Clima, Seca, Brasil Império, Caatinga, História Ambiental.

Trabalhando o sal: natureza e sociedade no processo de industrialização da salicultura na Região dos Lagos Fluminense (1940 – 1970)

Hana Mariana da Cruz Ribeiro Costa
PPGHIS / UFRJ

Este trabalho tem por objeto a produção salineira no entorno da Lagoa de Araruama, onde hoje se localizam os municípios de Saquarema, Araruama e Cabo Frio, durante os anos de 1940 a 1970. Através da História Ambiental temos como objetivo investigar as dinâmicas socioambientais existentes na região e suas transformações ao longo da industrialização que teve início na região a partir de 1940. Buscamos aqui a compreensão das transformações e impactos na Região dos Lagos Fluminense a partir de um projeto político de industrialização nacional, que levou a produção salineira para além do abastecimento regional. Essa mudança deixou reflexos não só na produção do sal, mas também em seus trabalhadores e nas formas destes se relacionarem com o trabalho nas salinas, com as outras atividades que exerciam e com a natureza. Produção voltada para o abastecimento do mercado interno regional, a salicultura desenvolveu-se à margem da Lagoa de Araruama e no litoral do Rio de Janeiro em salinas artificiais a partir da segunda metade do século XIX. O auge de sua produção deu-se na metade do século XX, tendo como momento importante a aplicação da política desenvolvimentista de Vargas na região a partir dos anos de 1940. A partir da década de 1970 essa atividade diminuiu sua produção e abriu espaço para a consolidação do turismo como a principal atividade da região. O uso de fontes primárias como, documentos disponíveis no Arquivo Nacional sobre o Instituto Nacional do Sal; relatórios das salinas e aforamentos disponíveis na Câmara Municipal de Cabo frio e a coleta de relatos de moradores da região, nos permitirão analisar as relações entre humano e natureza mediadas pelo trabalho nas salinas. Buscamos aqui a compreensão das transformações e impactos na Região dos Lagos Fluminense a partir de um projeto político de industrialização nacional, que levou a produção salineira para além do abastecimento regional. Essa mudança deixou reflexos não só na produção do sal, mas também em seus trabalhadores e nas formas destes se relacionarem com o trabalho nas salinas, com as outras atividades que exerciam e com a natureza.

Palavras-chave: Sal, Indústria, Trabalhadores.

Vegetarianismo no Brasil no início do século XX: o caso da Sociedade Vegetariana Brasileira

Janaína Di Lourenço Esteves
UFRJ (PPGHIS/LabHeN)

A presente pesquisa de mestrado concentra-se no estudo do vegetarianismo no Brasil no início do século XX através do caso da Sociedade Vegetariana Brasileira, fundada em 1913, no Rio de Janeiro. A partir da criação da *Vegetarian Society*, em 1847, na Inglaterra, diversas associações vegetarianas surgiram em outros lugares, tais como Estados Unidos da América (1850), Alemanha (1867), Austrália (1886), França (1899), Portugal (1911), dentre outros. As associações mantinham considerável intercâmbio intelectual e, por isso, nosso recorte temporal estende-se de meados do século XIX à década de 1930, momento que, até o atual momento das investigações, marca o fim das atividades da associação brasileira. O objetivo dessa pesquisa consiste na investigação das circunstâncias em torno do surgimento e do desaparecimento da associação no Brasil, bem como na compreensão de suas ideias, justificativas, finalidades e formas de ação política. Também é do interesse deste estudo entender o modo como a organização se insere no contexto mais amplo de emergência de diversas associações do tipo no cenário internacional, a fim de não apenas compreender as trocas de repertório intelectual e político com organizações outras, como também delimitar as especificidades que marcam a Sociedade Vegetariana Brasileira. Para tanto, estão sendo utilizados como fontes, principalmente, o periódico da própria associação, jornais noticiosos e obras que circularam no Brasil à época, escritas por defensores do vegetarianismo. Essa pesquisa insere-se na interface entre História Ambiental e História da Alimentação, partindo do pressuposto de que o vegetarianismo promove uma prática alimentar que se engendra na forma como os humanos concebem e se relacionam com os outros animais e com a natureza de um modo geral. Não à toa, os vegetarianos da Sociedade Vegetariana Brasileira, como também de outras associações ou lugares, compreendiam sua prática alimentar sob um ponto de vista mais amplo, o do naturismo, entendido enquanto uma filosofia prática destinada a combater o carnivorismo, este sendo não somente uma forma de se alimentar, mas também um representante de todos os males sociais que afastavam o ser humano daquilo tido como natureza. Em suma, a presente pesquisa contribui para pensar uma temática ainda pouco abordada na historiografia brasileira, selecionando um momento essencial no qual o vegetarianismo toma corpo enquanto movimento político entre os séculos XIX e XX em diversas partes do mundo. Visa-se contribuir, portanto, ao entendimento do vegetarianismo sob perspectiva histórica, a fim de compreender tanto o seu próprio desenvolvimento histórico quanto às mudanças ocorridas nas relações entre sociedade e natureza nesse processo.

Palavras-chave: Sociedade Vegetariana Brasileira. Século XX. Vegetarianismo. Naturismo. Brasil.

História voraz: consumo de carne e matadouros

Lucas Erichsen

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A história humana sempre ocorre em um mundo cheio que deve ser caracterizado e compreendido por constantes interações entre mundo biofísico, espécie humana e outras espécies animais. Dentre estas interações, a dependência e voracidade da espécie humana para com outras espécies animais, na forma do consumo de carne e de outras materialidades animais, é reveladora da densidade de processos históricos onde é possível reconhecer que habitamos um mundo onde natural e cultural não estão cindidos e que animais não humanos são relevantes em processos históricos. Por se tratar de uma interação que possui uma longa e complexa história - da caça, passando pela domesticação e chegando hoje aos laboratórios com carnes artificiais -, é preciso escolher um ponto focal de convergência. Escolhemos assim tratar da emergência dos matadouros públicos e a história deles até a metade do século XX. A historicidade dos matadouros quando imantada à história ambiental, história humano-animal e história do conhecimento, permite reconhecer a não “naturalização” (no sentido de imutabilidade) das coisas, ao mesmo tempo em que faz notar que o devir da história ocorre em interação com um mundo vivo de multiplicidades ambientais, de espécies, culturais, sociais, de conhecimento, econômicas, desiguais e de diferentes densidades. Conhecer a história dos matadouros é também reconhecer formas não dualistas das relações entre cultura e natureza e o reconhecimento da história enquanto algo que, ocorrendo em interação com um mundo vivo e sempre emergente, leva a efeitos práticos no presente em um mundo cada vez mais complexo.

Palavras-chave: história ambiental, história humano-animal, matadouros.

Gênero, cidade e natureza: mulheres e natureza urbana em Brasília (1957-1980)

Marina Salgado Pinto

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A proposta da tese de doutorado é analisar o desenvolvimento histórico urbano ambiental a partir da relação das mulheres, e seus corpos, com os agentes não humanos de uma cidade, a natureza urbana. A capital do Brasil, Brasília, é a cidade eleita para efetuar a pesquisa, constituindo-se, ao lado de mulheres que a habitam e/ou habitaram, no objeto de investigação. Apelidada de cidade-parque por Lúcio Costa, responsável pelo desenho urbano da capital, Brasília não surgiu simplesmente de forma espontânea ou desordenada. A região biofísica foi minuciosamente perscrutada e os estudos resultaram em projetos que guiaram a construção e utilização de recursos naturais. A ocupação do território, todavia, não ocorreu absolutamente da forma como foi planejada, o que demonstra a agência dos elementos naturais na escrita da narrativa histórica ambiental da cidade. Malgrado a considerável maioria de homens durante os anos de construção, as mulheres se fizeram presentes nessa etapa, e, claro, nas décadas seguintes após a inauguração, sendo parte de significativa influência na história da capital. Sua percepção e registro da paisagem, influência no estabelecimento de políticas públicas relacionadas ao uso de recursos naturais, atuação pela preservação dos espaços verdes são alguns exemplos que evidenciam as particularidades da articulação estabelecida entre esses dois agentes históricos: mulheres e natureza quando se articulam no espaço urbano. O conceito mulher será analisado tanto como categoria homogênea, em seu sentido de história social da mulher brasileira e elucubrações possíveis acerca de sua inserção ou alijamento da estrutura de mercado, e, também, com as particularidades inerentes aos cruzamentos de raça e classe. Neste sentido, trata-se de situar o debate em noções como produção/reprodução, homem/mulher, cultura/natureza, como empreende o Ecofeminismo materialista, um movimento que questiona as noções modernas de trabalho, a figura do *homo economicus*, a alienação da mulher do modelo de produção da sociedade de classes, que a insere em um contexto de reprodução e trabalho doméstico não pagos. Ademais, denuncia que a atual crise ecológica é decorrente de cultura patriarcal eurocêntrica cujo fundamento é a dominação da mulher e da natureza, o que também acarreta no fenômeno chamado de feminização da pobreza, que é particularmente presente quando falamos em mulheres latino-americanas. O desafio é examinar o desenvolvimento urbano brasileiro, no caso concreto a cidade de Brasília, em sua dimensão ambiental e a partir de um recorte de gênero. Finalmente, diluída em meio a esses debates, será estabelecida uma discussão acerca da natureza urbana conforme propõe a história ambiental urbana.

Palavras-chave: urbano, gênero, ecofeminismo materialista, Brasília.

Do mar ao seringal: os cronômetros de precisão do Observatório Nacional, estudos de meteorologia e o Plano de Defesa da Borracha (1909-1916)

Millena Souza Farias

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Em 1916 uma remessa de “instrumentos meteorológicos” foi enviada para o Observatório Nacional do Rio de Janeiro advindos de uma Estação Experimental para a Cultura da Seringueira, alocada na cidade de Cachoeira Grande, no estado do Amazonas. Encontravam-se na remessa dois cronômetros de marinha, um nº 1087 de F. L. Löbner e outro nº 1485 de T.S. & J.D. Negus. Neste período era comum que cronômetros de marinha fossem utilizados em estações meteorológicas por sua precisão e capacidade de resistência às alterações climáticas. Deste modo, os cronômetros Löbner e Negus cumpriam seus papéis de auxiliar os responsáveis pela estação a manter a precisão das observações regulares. Todos os registros das observações diárias deveriam compor um relatório, o qual era regularmente enviado ao Observatório Nacional. A Diretoria de Meteorologia e Astronomia (DMA), criada em 1910, era a seção do Observatório Nacional responsável por centralizar os dados meteorológicos mapeados ao longo do ano. Este mapeamento climatológico deveria abranger pontos de todo o território nacional, fosse através de estações meteorológicas fixas (em pontos estratégicos para observação na longa duração) ou em estações temporárias ou experimentais (para observações de curta duração). A mesma diretoria era responsável pela manutenção e distribuição dos instrumentos científicos que compunham as estações; e, neste contexto, o conjunto remetido pela estação de Cachoeira Grande também obedecia a essa regra. Durante os anos em que as observações eram realizadas de forma analógica, os instrumentos permaneceram no acervo do observatório. Posteriormente, na década de 1980, com a criação do Museu de Astronomia e Ciências Afins, os cronômetros foram incorporados ao acervo de instrumentos históricos. Sua trajetória, como parte do Plano de Defesa da Borracha, foi registrada em sua ficha de composição do inventário. Ela faz referência a um ofício nº 540 do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC), de 17 de agosto de 1916. Assim, partir destes indícios, este artigo visa traçar e problematizar as possíveis trajetórias dos cronômetros Löbner e Negus, discutindo o uso de conhecimentos meteorológicos no contexto do plano de Defesa da Borracha, vigente na década de 1910.

Palavras-chave: Cronômetros, Plano de Defesa da Borracha, Meteorologia, Observatório Nacional, Instrumentos científicos.

A gênese de um gigante: meio ambiente e petróleo no Brasil 1940-1950

Natascha Otoya
Georgetown University

A queima de combustíveis fósseis levou o planeta a uma nova era geológica: o Antropoceno. No Brasil não foi diferente. O desenvolvimento da indústria do petróleo no país trouxe grandes mudanças típicas desta nova era geológica. Hoje, o Brasil é um gigante do petróleo. Também figura entre os dez países com as maiores emissões de CO₂ do planeta. Em 2019, o país produziu um recorde de 1,017 bilhão de barris. Mas o Brasil chegou atrasado à exploração de combustíveis fósseis. Enquanto outros países da América Latina descobriram petróleo na virada do século 19 para o século 20, o Brasil encontrou petróleo apenas em 1939, e quantidades comercialmente viáveis vieram alguns anos depois. Minha pesquisa investiga o desenvolvimento inicial da indústria do petróleo em meados do século 20 no Brasil para mostrar como múltiplas percepções e interações com esse recurso natural moldaram a forma como o petróleo foi explorado no país. O desenvolvimento de uma indústria de petróleo brasileira envolveu muitos grupos sociais, desde políticos a trabalhadores dos campos de petróleo. Esses atores históricos vivenciaram esse momento de maneiras diferentes. Políticos viram a nova indústria como uma solução para o aumento da demanda por energia e uma oportunidade para a grandeza nacional. Geólogos, engenheiros e outros cientistas haviam estudado a geologia do país por várias décadas e seu conhecimento acumulado começava a dar frutos. Para os trabalhadores em terra, a vida nos campos de petróleo apresentava outro conjunto de desafios: o encontro direto com o mundo natural na busca por seus recursos. Longe dos campos, moradores urbanos se beneficiavam da velocidade trazida por seus veículos movidos à gasolina. A própria paisagem se transformou. As primeiras torres de petróleo da Bahia se encontravam em canaviais e ao lado de ferrovias, em praias, matas e ilhas que um dia fizeram parte da exuberante Mata Atlântica. Investigar o início da industrialização do petróleo no Brasil envolve muitos aspectos importantes da história do século 20 do país: os esforços para produzir conhecimento científico sobre o território nacional, os desenvolvimentos de infraestrutura ligados à indústria do petróleo (rodovias, pontes, portos, oleodutos foram construídos para gerenciar a produção e o transporte), as condições de vida dos trabalhadores nos campos de petróleo, a retórica nacionalista da independência por meio do desenvolvimento da indústria nacional. Tudo isso levou a intensas transformações da paisagem e do meio ambiente, contribuindo em última instância tanto para a modernização do país quanto para a poluição e o aumento das emissões de carbono. Assim, a história do petróleo no Brasil está intrinsecamente ligada à Grande Aceleração e ao Antropoceno. Como isso aconteceu - e o que aconteceu com o mundo natural no processo - é uma história que vale a pena contar.

Palavras-chave: história ambiental, Antropoceno, história do petróleo, combustíveis fósseis, história das ciências,

História Ambiental Urbana: as relações sociedade e natureza na favela do Morro da Babilônia na cidade do Rio de Janeiro (1995-2015)

Natasha Augusto Barbosa

Mestra em História Social PPGHIS UFRJ

Pesquisadora do Laboratório História e Natureza LabHeN UFRJ

Os moradores da favela do Morro da Babilônia na cidade do Rio de Janeiro guardam e cuidam de uma floresta urbana. A ocupação do Morro da Babilônia começou no século XVIII com instalações militares protetivas, entre o final de século XIX e início do século XX se tornou gradualmente reconhecida como favela. O projeto de iniciativa municipal Mutirão Reflorestamento foi implementado com objetivo de recompor a cobertura vegetal de encostas e frear o crescimento das favelas cariocas. O projeto começou no Morro da Babilônia no ano de 1995. Em 2001 a fase de plantio foi encerrada e a manutenção desta floresta urbana passou a administração da Cooperativa de Trabalhadores em Reflorestamento e Prestação de Serviços da Babilônia Ltda, CoopBabilônia, composta por moradores da favela do Morro da Babilônia. As interações com a natureza fazem parte da experiência humana e do cotidiano urbano, estão presentes por meio de variadas estruturas construídas e conectadas ao meio biofísico. Com a perspectiva da História Ambiental Urbana se propôs a investigar as transformações ambientais ocorridas na favela do Morro da Babilônia em dinâmica como seus moradores em seu processo de reflorestamento. O extenso levantamento nos jornais, *O Paiz*, *Correio da Manhã* e *O Globo* entre 1901- 2015 contribuiu para acompanhar o processo de ocupação e transformação do Morro da Babilônia em favela ao longo do recorte temporal proposto, 1995-2015. As entrevistas realizadas com metodologia de História Oral favoreceram a apreensão das vivências e interações com o meio ambiente desta favela. A relação estabelecida entre a História Ambiental e a História Oral confeccionou interpretações mais dinâmicas das relações socioambientais. As transformações verificadas na execução e manutenção do reflorestamento apontam para a potencialidade deste projeto como plano ambiental viável para compor e proteger o meio ambiente urbano em interação com os cidadãos. Esta pesquisa é parte do estudo colaborativo internacional, Occupy Climate Change (OCC!), coordenado pelo KTH Environmental Humanities Laboratory, financiado pela agência FORMAS com sede na Suécia. Esta pesquisa se debruça sobre análises de experiências e ações mitigatórias locais em resposta a desastres e perdas relacionadas às mudanças climáticas no espaço urbano. O LabHeN UFRJ coopera no estudo de caso do processo de reflorestamento do Morro da Babilônia, na cidade do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: História Ambiental Urbana. Favela. Morro da Babilônia. Reflorestamento. Mutirão Reflorestamento.

Por uma comida sem veneno: a formação do movimento agroecológico no Rio de Janeiro

Paula Fortini Moreira

Mestranda em PPGHCS – COC/Fiocruz
LabHeN UFRJ

A pesquisa foi motivada por uma carta publicada no Jornal do Brasil em janeiro de 1979, na qual um casal, Joaquim Moura e Lígia Lara, apresenta o descontentamento com a venda e ingestão de “comida morta e contaminada”, além dos seus preços altos. O casal escreve na seção de Carta aos Leitores com a intenção de começar um movimento de produção, consumo e distribuição de alimentos “frescos, puros e baratos”, por conseguinte, livres de agroquímicos. Eles diziam que a tal carta era uma semente, sendo assim, os que tinham os mesmos interesses poderiam enviar-lhes uma carta expressando suas intenções, contribuições e sugestões. Uma nova publicação do Jornal do Brasil, edição 00311, do mês de fevereiro de 1979, menciona que Joaquim e Lara, denominados pelo jornal de “horticultores alternativos”, receberam muitas respostas à carta e essas estavam divididas entre aqueles que ofereciam fazendas no Estado do Rio de Janeiro para produção agrícola, os que ofereciam terrenos na cidade do Rio de Janeiro e futuros consumidores interessados em comprar os produtos. A carta-semente germinou e, em março do mesmo ano, quase 300 pessoas se reuniram no Parque Lage, localizado na cidade do Rio de Janeiro, a fim de discutir os meios viáveis para criar uma cooperativa de produção de alimentos sem aditivos químicos. A partir disso, iniciou-se a formação de um grupo de pessoas que se organizou para produzir alimentos sem agrotóxicos e para criar uma cooperativa a qual denominou-se, posteriormente, Associação Harmonia Ambiental COONATURA. Atualmente, a cidade do Rio de Janeiro conta com o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, que é fruto da mobilização de grupos que produzem alimentos livres de agroquímicos e que, de certa maneira, tem suas raízes na carta-semente escrita ao Jornal do Brasil por Joaquim Moura e Lígia Lara. Diante disso, despertou-se o interesse dessa pesquisa, que tem como objetivo analisar como se deu a formação desse movimento que buscou a produção, consumo e distribuição de comida livre de agrotóxicos, cujo a princípio, compreende-se como agroecológico; quais as motivações e preocupações primordiais que incentivaram a escrita da carta por Joaquim e Lígia, bem como em relação às demais pessoas que aderiram à ideia deles. Pretende-se, também, averiguar a resistência local à hegemonia do agronegócio na produção agrícola e compreender a preocupação com a alimentação livre de agroquímicos em relação à saúde do indivíduo e natureza.

Palavras-chave: agroecologia, história ambiental, agricultura alternativa, coonatura.

Gafanhotos na América do Sul (1897-1952)

Valéria Dorneles Fernandes

Laboratório História e Natureza/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Infestações de gafanhotos são relatadas no Sul da América do Sul desde, pelo menos, o século XVI. Porém, é a partir da última década do século XIX que as infestações passam a ser mais evidentes e a trazer prejuízos para a produção agrícola na região. No início do século XX, as infestações de gafanhotos passaram a ser recorrentes em diferentes partes da Argentina, do Uruguai e do Brasil. No Brasil, as localidades mais atingidas são aquelas no estado do extremo Sul do país, o Rio Grande do Sul. Na Argentina e no Uruguai, as infestações atingem territórios mais abrangentes. No Uruguai, nuvens de gafanhotos destruíram pequenas hortas de subsistência, vegetação ao longo das estradas e, principalmente, e lavouras de maior escala em vários departamentos. Em muitos casos, as nuvens de gafanhotos chegavam quando o milho e outros produtos de lavoura ainda estavam verdes. Quando chegavam antes da colheita, levavam os agricultores a prejuízos econômicos extremos. No Rio Grande do Sul, há relatos de infestações de gafanhotos desde, pelo menos, 1896, porém, é a partir de 1944 que os relatos de infestações se tornam recorrentes. Na Argentina, a partir da segunda metade do século XIX, os gafanhotos passaram a atingir as plantações em localidades mais ao centro do país, onde havia uma maior concentração de lavouras. No início do século XX, as ocorrências de nuvens de gafanhotos se tornam mais intensas, aniquilando diferentes plantações de trigo, milho, alfafa, pequenas hortas, árvores frutíferas, etc. Uma das consequências foi a população pobre do campo ter passado por períodos de decadência econômica e fome. Em face das infestações da *S. Cancellata* ocorridas no final do século XIX, diferentes estratégias foram empreendidas pelos governos destes países para combater estas infestações: algumas leis nacionais foram criadas e publicaram-se manuais para os agricultores com instruções sobre técnicas de extermínio de gafanhotos – que consistiam, basicamente, em ações manuais, como caçar com sacos os gafanhotos e matá-los, e proteger as plantações com barreiras de zinco. A partir da primeira década de 1900, ocorre maior atuação dos governos no combate às infestações de gafanhotos. Sucessivas “comissões de combate ao gafanhoto¹” foram organizadas no Uruguai e na Argentina. A pesquisa científica passou a ser desenvolvida com mais vigor nos respectivos países. No processo de combate ao gafanhoto desencadeado, o papel dos cientistas e dos técnicos foi fundamental, porque eram eles que faziam as investigações sobre as características e os hábitos deste inseto para poder desenvolver, avaliar ou melhorar técnicas e produtos que seriam usados pelos agricultores. As ações de defesa nos cultivos ficavam a cargo dos agricultores e dos agentes do governo. No início de 1900 os pesquisadores se dedicaram a desenvolver técnicas de combate biológica, apenas com a introdução de químicos a partir de 1940 é que se desenvolveu uma série de tipos de inseticidas capazes de eliminar os gafanhotos.

Palavras-chave: gafanhoto, América do Sul, chaco, defesa biológica.

¹ No idioma espanhol, *langosta* é a palavra utilizada para gafanhoto.

Laboratório/Núcleo de pesquisa Memória, Cultura e Natureza – UEPG

Alessandra Izabel de Carvalho
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Robson Laverdi
Universidade Estadual de Ponta Grossa

O grupo é coordenado pelos professores Alessandra Izabel de Carvalho e Robson Laverdi e conta com a participação de mais 4 professoras: Elizabeth Johansen, efetiva do DEHIS, Evelyn Roberta Nimmo, bolsista PNPd e professora colaboradora do PPGH, Lorena Zomer e Maralice Maschio, ambas pós-doutorandas, modalidade sem bolsa, e professoras colaboradoras do DEHIS. O corpo discente do Laboratório é composto atualmente pelos nossos 3 orientandos do Mestrado, 8 orientandos de Iniciação Científica e ainda por alguns ex-alunos que continuam participando das nossas reuniões semanais. O Laboratório se constitui hoje num espaço de integração entre a pós-graduação e graduação, acompanhando a feitura e o desenvolvimento de projetos pautados em reflexões analíticas sobre as interfaces entre memória, cultura e natureza.

Palavras-chave: Memória, Cultura e Natureza.

O conhecimento ecológico tradicional na produção da erva-mate: contribuições da história oral ambiental

Alessandra Izabel de Carvalho
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Evelyn Roberta Nimmo
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Robson Laverdi
Universidade Estadual de Ponta Grossa

A produção de erva-mate em sistemas tradicionais de agricultura familiar tem se mantido, não sem modificações e tampouco alheias às pressões do agronegócio, como dinâmicas sustentáveis muito em função do corpo de valores e saberes das populações que vivem, resistem e produzem nessas realidades há muito mais tempo. Originalmente, a erva-mate se desenvolve no ambiente de sub-bosque da Floresta com Araucária (ou seja, ocorre dentro da floresta), que no passado foi a maior floresta nativa do sul do Brasil, chegando a cobrir um terço de toda a região, mas atualmente apresenta índices bastante alarmantes. Só o estado do Paraná, por exemplo, que há pouco mais de 100 anos atrás tinha cerca de 40% da sua superfície coberta por Floresta com Araucária, tem agora menos de 0,8% dessa tipologia em estágio avançado de sucessão. É exatamente onde se localizam parcelas importantes dos remanescentes florestais da Floresta com Araucária, ou seja, no centro-sul do estado do Paraná e no norte do estado de Santa Catarina, que se encontram também os sistemas agroflorestais tradicionais de produção da erva-mate (e são nessas regiões que desenvolvemos a pesquisa). Esses sistemas ocorrem principalmente em pequenas propriedades familiares em que a produção agroecológica inclui uma variedade de cultivos para a alimentação e outros produtos não-madeireiros, como frutas nativas, milho, arroz, feijão, verduras, além de porcos, gado e galinhas. Um grande desafio para os pequenos produtores na disseminação das suas práticas agroecológicas, no entanto, é que geralmente o conhecimento local, as tradições da produção e as atividades culturais ligadas aos sistemas de produção são mal conhecidos ou pouco valorizados. Essa pesquisa visa então documentar o conhecimento e as percepções associadas às florestas nativas e à produção de erva-mate por meio das entrevistas com os pequenos produtores da planta. Os saberes identificados na pesquisa poderão dar início ao processo de incorporação das várias perspectivas (etnias, geração e classes) na elaboração de modelos de manejo dos recursos florestais e no desenvolvimento de sistemas agroflorestais mais adaptados às realidades locais, e também valorizar o conhecimento ecológico local e a participação das comunidades. Isso porque esse estudo assume a perspectiva de se somar ao corpo de conhecimentos técnicos e sociais de entidades e instituições, sobretudo órgãos governamentais voltados à extensão rural sustentável, sindicatos e movimentos sociais do campo. Para tanto, vale-se da história oral como uma prática de produção de narrativas de agricultores familiares e outros atores a eles relacionados. Constituída metodologicamente numa fronteira entre a produção científica e a prática sustentável da extensão rural, se desafia à criação de um método próprio, a que chamamos de história oral ambiental, modulado entre o pensamento sistêmico e as contribuições da história ambiental. Para além da riqueza dos processos produtivos e dinâmicas culturais narrados

que versam sobre a preservação das florestas nessas regiões, essa pesquisa almeja contribuir na análise e divulgação dos conhecimentos das tradições culturais da produção da erva-mate sombreada como um exemplo das formas de cultivo agroecológicas que prezam a manutenção da vida em resistência aos modelos hegemônicos destrutivos vigentes.

Palavras-chave: erva-mate, sistema tradicionais, história oral, história ambiental.

A historicidade socioecológica na paisagem dos sistemas tradicionais de produção de erva-mate

João Francisco Miró Medeiros Nogueira

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Embora ainda não especificamente conceituados pelas pesquisas científicas, os sistemas tradicionais de produção de erva-mate apresentam-se como relevantes focos de conhecimento e práticas ambientais interessantes ao incremento de ações para a conservação dos últimos remanescentes da Floresta Ombrófila Mista nos estados do Paraná e Santa Catarina. Estes sistemas agrícolas, no qual a erva-mate é manejada em seu hábitat natural, à sombra do sub-bosque florestal, também tem se demonstrado como fonte de possibilidades para o desenvolvimento econômico e social sustentável para grupos de agricultores familiares praticantes deste tipo de manejo agroecológico e tradicional. Apesar de relevantes as características ecológicas praticadas nestes sistemas, o avanço do neoliberalismo associado a grandes corporações capitalistas internacionais nas regiões de ocorrência da Floresta Ombrófila Mista, tem conduzido, somadas a diversas pressões, ao acentuado processo de extinção deste tipo de cultivo agrícola, de extrema importância para a conservação da biodiversidade e estratégica ferramenta de coesão identitária cultural e ambiental na região de estudo, situada no ambiente de Floresta Ombrófila Mista ao longo da bacia do médio vale do rio Iguaçu, no Paraná. Em oposição a este processo, pesquisas científicas vem constantemente propondo que este conjunto de conhecimentos e interação com o meio devem ser preservados, pois associam produção alimentar com conservação do meio ambiente e fazem a manutenção de práticas culturais específicas que valorizam o trabalho e a história de vida do pequeno agricultor. Esta pesquisa, portanto, se propõe, a partir da análise de seis propriedades rurais visitadas, interpretar os processos históricos e socioecológicos que conformam as paisagens dos sistemas tradicionais de produção de erva-mate. A análise da historicidade de cada uma destas propriedades, somada às interpretações da organização do espaço – através das teorias da paisagem e do pensamento paisageiro – prestam-se como fontes historiográficas que trazem à reflexão questões da História Ambiental regional e estimulam a reflexão acerca das interações socioecológicas neste bioma. Possibilitando, assim, novos mecanismos para a divulgação das práticas e da cultura do manejo da erva-mate sombreada como relevante para a conservação ambiental e cultural, mas também interpretando-a como processo histórico.

Palavras-chave: erva-mate, História Ambiental, Floresta Ombrófila Mista, paisagem cultural.

A pecuária nos Campos Gerais: um estudo sobre crimes ambientais (1981 – 2017)

Laureen Silva

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Ao estar entre os fatores preponderantes das primeiras ocupações do território paranaense e, ao mesmo tempo, ser uma atividade vinculada à redução de grande parte dos recursos naturais, a pecuária marcou profundamente a história regional. Este estudo consistiu no levantamento e análise de crimes ambientais cometidos por pecuaristas na região historicamente pertencente aos Campos Gerais e na confecção de um mapa que localiza as modificações na paisagem regional em função das ilegalidades cometidas. O período em questão compreende de 1981, com estabelecimento da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº. 6.938), a 2017, quando foi publicado o último Indicador de Desenvolvimento Sustentável do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). As principais fontes utilizadas foram os autos de infração do IBAMA, as áreas embargadas pelo ICMBio e os indicadores do IPARDES, cuja análise teve aporte teórico na História Ambiental, pois parte do princípio de que a experiência humana não se desenvolve desprendida do mundo natural. Como resultado, obteve-se que menos de 4% dos autos e embargos selecionados foram provenientes da atividade pecuária, que alteram não somente a paisagem, mas a saúde da população – seja através da ingestão de alimento/água contaminados ou através de picada de inseto-vetor, ocasionando o ressurgimento de doenças que até pouco tempo estavam erradicadas. Os dados obtidos foram adicionados ao mapa interativo no QGIS e disponibilizados. Pode-se concluir que, mesmo adotando a Tutela Ambiental Constitucional, a Constituição Federal de 1988 permite a complacência punitiva de delitos ambientais de maior gravidade, sendo as infrações penais ambientais pouco numerosas e as sanções desproporcionais, o que favorece a prática criminal ambiental por empresas grandes e poderosas. Além disso, permite que sigam ocorrendo infrações como a criação de animais para abate em área destinada exclusivamente à agricultura, o despejo direto ou indireto (através do adubamento) de dejetos suínos em rios, a frequência das queimadas para pastoreio e a compactação do solo pela criação de boi em mata nativa, problemas que são em grande parte relatados, ao menos, desde o tropeirismo que movimentou o Sul e Sudeste do Brasil a partir do século XVII.

Palavras-chave: Pecuária, História Ambiental, Campos Gerais, Crime Ambiental, Cartografia.

Os sentidos da memória e das relações de Gênero na organização do Museu do Imigrante Holandês (Arapoti, 2010-2018)

Lorena Zomer

Universidade Estadual de Ponta Grossa

O Museu do Imigrante Holandês de Arapoti (Paraná) é um local de representação cultural-identitária de descendentes holandeses, cuja organização e discursos formam espaços de disputas sobre quais narrativas ou acontecimentos destacar. Assim, o museu tem ocupado lugar central na luta pela manutenção das narrativas imigratórias e também como um "refúgio" de memória holandesa, isto é, uma "quase" unidade cultural acrescida de uma perspectiva de "entre-lugar", visto que seus representados são descendentes de holandeses, mas mantém hábitos culturais brasileiros dadas as gerações já passadas, além de que estas, que são mais novas, não sempre estão envolvidas com a organização e com as atividades do Museu. Para além dessas questões, mulheres fizeram e fazem parte da história da imigração e da curadoria do Museu, entretanto, suas representações são potencializadas somente nos espaços internos, como os das moradias, da escola e da igreja. Nesse sentido, a pesquisa presente propõe uma reflexão sobre as narrativas das mulheres que participaram de tal organização com base na História Oral. As reflexões, cujo último suporte têm a memória de mulheres e de suas subjetividades, trazem uma entrevista produzida no ano de 2018 e pretendem estabelecer relações com outras buscando entender como o Museu do Imigrante Holandês de Arapoti é o resultado de tensões e de discursos também das relações de gêneros presentes na história desse processo histórico, que é a imigração e a criação da sua memória. Com base em depoimentos é recorrente a ideia de que mulheres que chegaram nos anos de 1960 também escolheram sair de seus países, assim como atuaram efetivamente na criação de animais, com longas jornadas de trabalho nos afazeres das chácaras e nas escolhas sobre o que plantar e como explorar o solo, ações que legitimaram e potencializaram a criação da fábrica de leite e da cooperativa. Nesses dois últimos espaços, que ocupam lugares de destaque no Museu, há pouca relação ou representação das mulheres. Estas, não obstante, ainda mantiveram seus lares organizados, criaram filhos e filhas e lutaram contra adversidades de uma terra estranha a elas. Desse modo, ao buscar ouvir sobre a curadoria do museu com base em depoimentos de suas organizadoras, que são em geral descendentes de mulheres imigrantes reflito sobre quais são as representações e os sentidos da memória das mulheres imigrantes no Museu do Imigrante de Arapoti, bem como suas relações com a terra e com o desenvolvimento dos lugares que escolheram para se estabelecerem. Ao fazer isso evidencio os vários sentidos de memória que um museu representa ou aqueles que são os mais evidentes, camuflando diferenciações, práticas, valores de gênero na construção social e identitária da memória holandesa de Arapoti.

Palavras-chave: Memória; História Oral; Gênero; Museu do Imigrante Holandês; História Ambiental.

Entre religiosidade e meio ambiente: as práticas socioculturais de benzimento em Clevelândia/PR

Maralice Maschio

Universidade Estadual de Ponta Grossa

O presente resumo tem por objetivo apresentar o intuito da pesquisa de pós-doutoramento em História, em vigência desde 2019. Procuramos estabelecer uma pesquisa de mapeamento etnográfica, sob o ponto de vista histórico e no terreno da História Oral, numa cidade do interior paranaense, Clevelândia/PR, que se apresenta com cunho de cultura ordinária e tradicionalmente católica. Nessa perspectiva construímos um acervo de entrevistas orais, com histórias de vida, com 13 benzedeadas e um benzedeador da cidade e região. Aqui abrimos um parêntese, pois pelo método bola de neve iniciamos sob a perspectiva de produzirmos entrevistas apenas com benzedeadas da cidade, mas acabamos encontrando conexões entrevistados da cidade e região, por isso, estendendo nosso leque de entrevistas. Assim, procuramos dar continuidade na construção de observações e construções sistêmicas, entre nossos entrevistados, a partir do uso de plantas e ervas medicinais que fazem uso em suas práticas de benzimento e rituais, bem como nos serviços que prestam aos seus atendentes, tais como indicações de chás, produções de xaropadas e remédios caseiros para doenças, alguns deles com autorização e serviços associados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Os eixos da memória, cultura, natureza, gênero e classe se desenham em nossa pesquisa a partir da rica construção do mapeamento com o qual nos deparamos, disponibilizada por nossos entrevistados e delimitada pelos limites próprios da pesquisa. Nesse sentido, fomos conduzidos pelos próprios fios e meandros que o trabalho de campo tem nos permitido alçar e, acima de tudo, atingir e dialogar com teóricos como Michel de Certeau, Raymond Williams, Fritjof Capra e Alessandro Portelli, como possibilidades diante de um universo tão rico como o das fontes exploradas e mapeadas, seja pelas conexões entre nossos entrevistados, seja pelas narrativas em seu conjunto, seja pelo diálogo entre fragmentos comuns e, também conflituosos, expressos nas falas.

Palavras-chave: Religiosidade, Meio Ambiente, Benzimento, Práticas e História Oral.

Sentidos da alimentação de consumidores de agroecológicos em Ponta Grossa/PR

Murilo Carlos Siqueira

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Alessandra Izabel de Carvalho

Universidade Estadual de Ponta Grossa

A alimentação pode ser considerada uma constante em todas as sociedades humanas e é a forma imperativa da sua relação com a natureza. Nela os seres humanos intervêm em um conjunto de relações da dinâmica natural, domesticando e manipulando animais, plantas, microorganismos, solo e clima para atender a finalidade específica de produção do seu alimento. A agroecologia surge como um conjunto de práticas e conhecimentos que visam a renovação política e sociocultural de sistemas técnicos que, no contexto capitalista de produção, se orientaram cada vez mais ao mercado e a especialização mundial em detrimento à subsistência, levando à desigualdade, pobreza e perda de diversidade biológica e cultural. Nos últimos duzentos anos, em função do avanço da indústria química, da ampliação da capacidade de transporte e armazenamento, uso do plástico, corantes e realçadores de sabor artificiais, houve uma transformação radical da cultura alimentar. Em contrapartida, especialmente a partir dos anos de 1980, há uma crescente preocupação com a saúde e meio ambiente, valorização de produtos locais, livres de agrotóxicos e aditivos químicos. Nesse sentido, os produtores agroecológicos desenvolveram através de feiras, entregas diretas, festas e visitas nas propriedades, sistemas de transação comercial que também desempenham o papel de espaços de sociabilidade, troca de conhecimentos e de criação de vínculos de solidariedade entre produtores e consumidores. O objetivo da pesquisa é investigar o sentido dado à alimentação por consumidores de produtos agroecológicos no município de Ponta Grossa/PR. Entende-se que a produção e o consumo de agroecológicos são permeados de processos de múltiplas dimensões e pretende-se estudá-las a partir da experiência de alimentação dos próprios consumidores, investigando quais dimensões perpassam essa prática, que noções são mobilizadas, se reconhecem ou vinculam alguma experiência de aprendizado ou reflexão ao consumo. As principais referências teóricas e metodológicas utilizadas são a história oral e a história ambiental. A escolha da história oral se dá porque busca-se compreender a dimensão subjetiva desse fenômeno através da narrativa dos consumidores. A pesquisa também se vincula diretamente a um conjunto de questões das quais a história ambiental se dedica a estudar que são as percepções, valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação da relação dos indivíduos e grupos com a natureza. No momento, para a elaboração das entrevistas e estratégias de execução estão sendo realizadas revisões teóricas e bibliográficas sobre história oral, história ambiental e agroecologia. Espera-se através da pesquisa levantar questões sobre o consumo de agroecológicos que contribuam com o entendimento da relação entre produtores e consumidores e, de maneira mais específica, nas reflexões dos diversos projetos e iniciativas de grupos e redes de consumo de agroecológicos.

Palavras-chave: História Oral, História Ambiental, Produtos agroecológicos, Consumidores e Alimentação.

Expedições científicas e a natureza antártica: percepções e sensações em meio a imensidão gelada (1910-1917)

Renato Ricardo Schnell Junior
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Desde o século XVIII, o continente Antártico foi alvo de inúmeras expedições que tinham como objetivo desvendar a incógnita que o continente representava. Sua fase mais intensa ocorreu entre os anos de 1895 momento em que pela primeira vez uma missão teria desembarcado no continente, à 1914, com início da Primeira Guerra Mundial. Durante esses aproximados 20 anos muitas nações como a inglesa, norueguesa, alemã e francesa destinaram esforços em uma disputa pelo pioneirismo em ser a primeira expedição a alcançar o aclamado Polo Sul geográfico. Esse período ficaria conhecido como a Idade heroica da ciência antártica onde seus participantes eram considerados como verdadeiros heróis nacionais por arriscarem suas vidas em meio aquele ambiente. Entre essas expedições três se destacaram: a inglesa do *Terra Nova* (1910-1912) a norueguesa do *Fram* (1910-1912) e a também inglesa do *Endurance* (1914-1917). As duas primeiras conhecidas pela corrida em busca do Polo, e a terceira por ser considerada como a última das expedições do período. O objetivo desta pesquisa consiste em analisar os relatos de viagens deixados pelos seus participantes, buscando problematizar como a natureza antártica é percebida e experienciada por eles e então descrita nesses relatos. Além desta, a pesquisa frisa outras questões como: problematizar os sentimentos, sensações e percepções nos relatos; perceber como o viés científico do início do século XX investiga e explora a natureza; e analisar a construção de uma ideia de ambiente antártico. Para que esta pesquisa se torne possível é realizada com base no referencial teórico da história ambiental em diálogo com o campo da ecocrítica e das categorias de análise literária, de representações e sensibilidades.

Palavras-chave: História ambiental, Ecocrítica, Expedições Científicas, Continente Antártico.

Processo de ocupação em torno da Represa do Alagados em Ponta Grossa (PR), de 1945 a 1955

Willian Mateus Lisboa

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Este estudo busca investigar como se deu o processo de ocupação do manancial do Alagados. Situado na região limítrofe dos municípios paranaenses de Ponta Grossa, Castro e Carambeí, a represa do Alagados foi criada em função da construção de uma barragem no rio Pitanguí, na foz do rio Jutuva, em 1929, com o objetivo de geração de energia elétrica pela Companhia Prada de Eletricidade S/A. Posteriormente, devido à necessidade de aumentar a barragem em 12 metros, originou-se um grande lago na região, que a partir da década de 1940 começou a atrair moradores e turistas para a finalidade de lazer, o que provocou aumento no número de propriedades no local, como casas de veraneio e fazendas, além das estradas de acesso a esses imóveis. Em 1972 a represa passou a ser administrada pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL e, em 1977, a Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR assumiu a gestão da represa, com o objetivo de captação de água para o abastecimento de Ponta Grossa. Com o auxílio de pesquisas em acervos e trabalho de campo, este projeto pretende analisar o processo de ocupação territorial em torno da represa entre os anos de 1945 e 1955, se houve e quais foram as tensões entre novos e antigos moradores da região e os impactos socioambientais decorrentes. Busca-se problematizar a presença humana em torno do manancial por meio de relatos históricos presentes em jornais, códigos de leis e depoimentos a partir do referencial teórico da história ambiental.

Palavras-chave: História ambiental, manancial Alagados, processo de ocupação.

NEHSA - Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente

Profa. Dra. Ana Isabel RPC Reis
Universidade Regional do Cariri - URCA

O Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente - NEHSA é um grupo de pesquisa vinculado ao Departamento de História da Universidade Regional do Cariri - URCA. Inicialmente denominado Grupo de Pesquisa em História Regional, passou à nova denominação em 2012, fruto do aprofundamento da reflexão teórica de seus membros e do crescimento do grupo para além das fronteiras de origem, contando com pesquisadores de outras universidades brasileiras. Dois eixos articulam-se, sustentando sua identidade: a História Social e a História Ambiental, e é por meio dessa articulação que se expressam as preocupações com a análise dos fenômenos históricos, dando sentido à existência do Núcleo. O Nehsa tem quatro Linhas de Pesquisa cadastradas: 1- História Social da Cultura: A linha de pesquisa tem como objeto as manifestações culturais, as vivências e sociabilidades dos sujeitos a partir de suas experiências sociais, de forma plural: valores identitários, representações, festas, laços familiares, práticas de descanso e de lazer e experiências emancipatórias. 2- História Social do Trabalho: A linha está voltada para pesquisas sobre o mundo do trabalho: as relações de classe, as experiências e lutas dos trabalhadores sociais nas esferas cultural, econômica e política; as questões da desigualdade social, da relação entre a pobreza e a riqueza; as formas de opressão da classe dominante e de resistência dos trabalhadores, nos diferentes cenários da luta política. 3- História, Sociedade e Natureza: O objetivo da linha de pesquisa é analisar as relações sociais e econômicas historicamente estabelecidas pelos homens com o mundo natural. Nesse sentido, interessa discutir a ocupação de territórios, diversos processos de urbanização, bem como o impacto do uso da técnica na formação da sociedade, tanto no espaço urbano quanto no rural. 4- Memória, Identidade e Representação: Busca-se compreender a construção da identidade através das manifestações do inconsciente coletivo de um determinado grupo e discutir o significado das representações sociais expressas pelos símbolos e arquétipos. Analisa a relação entre identidade, memória e representação, utilizando-se da História Oral como instrumento de interpretações.

O Ceará em linha reta: tempo e espaço na produção de um território moderno*

Profa. Dra. Ana Isabel RPC Reis
Universidade Regional do Cariri - URCA

Sem rios perenes e navegáveis que facilitassem o acesso ao interior do território, o sertão cearense foi tomado por estradas de chão, durante o período Imperial, forjadas pelo estratégico exercício do poder do Estado. Esse projeto que teve seu ponto alto na projeção das chamadas estradas em ‘linha reta’, conforme consta na documentação estudada. Antes da ferrovia, essas estradas de chão, entre elas as em ‘linha reta’, constituíram o centro do projeto de modernização do território do Ceará, que visava suplantando a natureza, na instituição da velocidade nos trajetos entre interior e litoral. Nessa estratégia, a superação da natureza era diretamente proporcional a superação veloz da distância que separava a capital da província do interior do território, sobretudo a região sul (o Cariri), mais afastada de Fortaleza e mais próxima de Pernambuco. As estradas em ‘linha reta’ projetadas pelo poder provincial reorganizaram e desestabilizaram as bases espaciais do território cearense, e modificaram as relações de poder, com a instituição de novos caminhos e estradas no Ceará, observados na própria imposição de uma instância pública, administração imperial e provincial, sobre os interesses privados dos proprietários das terras atravessadas pelas novas estradas. Assim, importa analisar a constituição do Ceará, enquanto estado territorial e parte integrante da moderna nação brasileira, no Império do Brasil, anterior à projeção da ferrovia. Para compreender em que medida esse conjunto de estradas de chão podia ser, de fato, considerado moderno, sobretudo no que concerne à projeção e tentativas de implementação das chamadas estradas ‘em linha reta’. Também, até que ponto a projeção de novas estradas para o Ceará do período Imperial eram aproveitamento de antigos caminhos. Posto que, o processo de imposições das Razões de Estado, no estabelecimento de um conjunto de estradas para a província do Ceará, contribuiu, conseqüentemente, para o silenciamento de outras experiências com o território, como as demarcações das territorialidades nativas (não sem resistências). Além do estudo que contribua na identificação do projeto moderno para estradas de chão no Ceará, é mister a produção de uma base cartográfica que destaque em mapa o que foi constituído como moderno sobre vias de comunicação no Ceará antes da estrada de ferro.

* Financiado pelo Edital FUNCAP - BPI N° 02/2020 – Bolsas de Produtividade em Pesquisa/Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica.

Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR)

Marcos Gerhardt

Universidade de Passo Fundo (UPF)

O Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR), registrado como um Grupo de Pesquisa no CNPq desde 2015, filia-se à linha de pesquisa “Economia, Espaço e Sociedade” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF) e congrega, ainda, professores pesquisadores e estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e da UnoChapecó, de Santa Catarina. Investiga nos campos da História Agrária, História da Agricultura e História Ambiental e tem, como principais temas de pesquisa: reocupação e apropriação da terra, conflitos fundiários, movimentos sociais, fronteiras agrárias, políticas e ambientais, relações socioculturais e socioambientais de grupos rurais, imigração e migrações. Especificamente em História Ambiental, dois projetos de pesquisa principais estão em desenvolvimento: “Uma História Ambiental da modernização da agricultura no Norte do Rio Grande do Sul” e “Gestão de recursos hídricos e História Ambiental: o rio Jacuí”. Ambos têm a segunda metade do século XX como recorte temporal, pois foi um período de intensas transformações na região estudada, ou seja, o norte do estado do Rio Grande do Sul. Essas pesquisas são importantes para compreender as transformações socioambientais regionais provocadas pela introdução de tecnologias e de políticas agrícolas ligadas com a Revolução Verde e com a introdução da soja no Brasil. A história ambiental do alto rio Jacuí se insere na mesma lógica, pois dedica atenção aos usos humanos do rio e às transformações socioambientais provocadas pelas práticas agrícolas no espaço dessa bacia hidrográfica. Algumas pesquisas de mestrados e doutorandos vinculados ao NEHMuR, em História Ambiental, estão conectadas aos dois projetos principais e estudam realidades e ambientes com recortes mais específicos.

Palavras-chave: História ambiental rural, modernização da agricultura e história dos rios.

Transformações nas paisagens da Floresta com Araucária: a fronteira entre Brasil e Argentina

Débora Nunes de Sá

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Integrante do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA) e do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMuR/UPF)

Bolsista CAPES/DS

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Nodari

Coorientador: Prof. Dr. Marcos Gerhardt

A pesquisa em andamento analisa e historiciza transformações socioambientais e (re)construções de paisagens na Floresta com Araucária, que se encontra na região da fronteira político-administrativa entre Argentina e Brasil. Na Argentina, Província de Misiones, a Floresta com Araucária se estendia na década de 1960, por 210.000 hectares da grande área da Selva Misionera, predominantemente nos Departamentos de San Pedro e General Manuel Belgrano. O recorte espacial se constitui pelo “*jogo de escalas*” que em determinadas análises considera a fronteira política e noutras não. O recorte temporal inicia-se na década de 1940, percorrendo diversas nuances históricas, desde incentivos para o desenvolvimento da indústria madeireira em Misiones até as atuais políticas públicas de manejo e conservação dos remanescentes florestais fronteiriços. Para compreender esse processo histórico se utilizam fontes de tipologias variadas: relatos de escritores-viajantes e técnicos, fotografias, inventários florísticos realizados por botânicos e fitogeógrafos argentinos, a legislação ambiental referente aos usos e conservação da *Araucaria angustifolia* de Brasil e Argentina e a própria paisagem da região fronteiriça. Nesse sentido, os resultados parciais da pesquisa indicam que a Floresta com Araucária em Misiones, apesar das inúmeras ações antrópicas que contribuíram para sua fragmentação e redução, possui áreas de conservação, como os Parques Provinciais (Parque Provincial la Araucaria, Cruce Caballero e Piñalito) importantes para a conservação genética de diversas espécies da fauna e flora nativas. Além disso, a Floresta com Araucária presente na região fronteiriça entre Argentina e Brasil, possui suas paisagens alteradas por conta do avanço da fronteira agrária, que se deu com maior intensidade junto aos movimentos migratórios e de colonização ocorridos no sul do Brasil e na Província de Misiones, durante o século XX. Transformações nas paisagens que são derivadas também das distintas concepções sobre usos humanos dos bens naturais. A pesquisa, portanto, pretende contribuir para a compreensão das transformações socioambientais fronteiriças. Tem a função social de despertar um olhar ambiental mais crítico para esse espaço, além de subsidiar o debate de como pensar e aplicar novas e atuais formas de manejo, que permitam a conservação desse patrimônio socioambiental transfronteiriço, importante para todas as formas de vida, seja ela humana ou não.

Palavras-chave: *Araucaria angustifolia*, Selva Misionera, Misiones, Fronteiras e Paisagem.

Gestão de recursos hídricos e História Ambiental: o rio Jacuí, Rio Grande do Sul

Marcos Gerhardt

Universidade de Passo Fundo (UPF)

Atualmente, parte da gestão dos recursos hídricos é feita de modo compartilhado. Os comitês de gerenciamento de bacia hidrográfica têm um papel importante nessa gestão, pois reúnem os diferentes usuários e os responsáveis pela conservação desse bem natural. Pouco se conhece, contudo, sobre a história das bacias hidrográficas e os usos que a água teve no passado. Este projeto objetiva pesquisar, a partir dos referenciais teóricos e metodológicos da história ambiental, a história da bacia hidrográfica do alto rio Jacuí, no norte do estado do Rio Grande do Sul. O Jacuí é um dos maiores rios do estado, tanto em extensão quanto em volume de água. Sua importância está ligada à ecologia, cultura, pesca, extração de areia, abastecimento urbano, lazer, turismo, geração de energia elétrica, navegação e irrigação de lavouras. Em suas proximidades acontecem diversas atividades economicamente relevantes, como a agricultura para exportação e a mineração de basalto. Suas águas contribuem, de maneira decisiva, para a formação do rio Guaíba e da Lagoa dos Patos. O conhecimento histórico produzido na pesquisa poderá subsidiar decisões, políticas e ações dos comitês de bacia. O recorte temporal, de 1940 a 1990, considera um período de intensas transformações socioeconômicas no planalto rio-grandense, motivadas pela colonização por imigrantes e pelo aumento da produção econômica, especialmente a partir da modernização da agricultura vinculada com a Revolução Verde. A metodologia de pesquisa consiste na interpretação de variada documentação, em especial de imagens, periódicos, documentos do Poder Judiciário, relatórios do governo estadual, legislação ambiental, cartas topográficas, plantas e mapas, bem como a interpretação da própria paisagem, tomada como fonte de pesquisa. Apoio: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

Palavras-chave: Bacia hidrográfica, história ambiental, rio Jacuí, usos da água.

As transformações socioambientais provocadas pela modernização da agricultura no norte do Rio Grande do Sul: 1960-1990

Marcos Paulo de Oliveira Júnior
Universidade de Passo Fundo (UPF)
Bolsista: Fundação UPF
Orientador: Marcos Gerhardt

O processo de modernização da agricultura no Rio Grande do Sul intensificou-se a partir da década de 1960, com a forte intervenção e subsídio do Estado e a adoção de um pacote tecnológico vinculado à Revolução Verde. A pesquisa busca compreender as transformações socioambientais introduzidas pela modernização da agricultura no norte do estado do Rio Grande do Sul, onde, atualmente, se encontram os municípios de Carazinho e Não-Me-Toque. Esse recorte regional está articulado com o processo global de transformações da agricultura e precisa ser compreendido nesse contexto. O recorte temporal coincide com o início da modernização da agricultura na região, que ocorreu na década de 1960 e se estende até os anos de 1990, quando se iniciou um novo processo histórico de modernização tecnológica. A pesquisa emprega as referências conceituais da História Ambiental e utiliza como fontes: mapas de agrimensores, material iconográfico, jornais e fontes orais, especificamente os testemunhos de engenheiros agrônomos, madeireiros e agricultores que viveram tal processo de modernização da agricultura. Conclui, preliminarmente, que as principais mudanças socioambientais foram o desmatamento de algumas áreas da Floresta Ombrófila Mista para abertura de novos espaços agrícolas, a conversão de áreas de campo nativo para a agricultura, a generalização do cultivo da soja combinado com o cultivo do trigo, a contaminação do meio ambiente pelo uso de agroquímicos, especialmente inseticidas, fungicidas e herbicidas e o êxodo rural. Nessa perspectiva, conclui que, por um lado, a modernização agrícola gerou crescimento econômico, renda e a melhoria da infraestrutura para uma parte da população regional, mas, por outro lado, trouxe impactos socioambientais significativos para a região em estudo.

Palavras-chave: Impacto Socioambiental, Modernização da Agricultura, História Ambiental, História Rural, Rio Grande do Sul.